

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**COLÔNIA RONDINHA/SANTA LÚCIA:
COLONIZAÇÃO E RELIGIOSIDADE NA REGIÃO
DAS MISSÕES DO RIO GRANDE DO SUL (1921-
1937).**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Mauro Marx Wesz

Santa Maria, RS, Brasil.

**RONDINHA/SANTA LÚCIA: COLONIZAÇÃO E
RELIGIOSIDADE NA REGIÃO DAS MISSÕES DO RIO
GRANDE DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1921-
1937).**

Mauro Marx Wesz

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós
Graduação em História, Área de Concentração em História, Poder e
Cultura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para a obtenção de grau de
Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

**Santa Maria, RS, Brasil,
2016**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós- Graduação em História
Mestrado em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**RONDINHA/SANTA LÚCIA: COLONIZAÇÃO E
RELIGIOSIDADE NA REGIÃO DAS MISSÕES DO RIO GRANDE
DO SUL (1921-1937).**

elaborada por
Mauro Marx Wesz

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA:

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Maria Cristina Bohn Martins, Dra. (UNISINOS)

Roselene Moreira Gomes Pommer, Dra. (UFSM)

Luis Augusto Farinatti, Dr. (UFSM)
(Suplente)

Santa Maria, 31 de maio de 2016.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que em algum momento fizeram parte dessa caminhada acadêmica até que essa pesquisa pudesse ser concluída. Meus professores da UNIFRA com quem aprendi muito, na UFSM da mesma forma quando tive a oportunidade de ainda na iniciação científica trabalhar com essa temática. Todos tiveram um papel fundamental na minha compreensão de História, e só tenho a agradecer.

Minha família pelo apoio ao longo dos anos. Minha namorada Mariana pela convivência, e principalmente por muitas vezes ter presenciado as dificuldades envolvidas nessa jornada. Quero ainda agradecer a Larissa e ao Guilherme pela ajuda com os gráficos, ao Mateus pelas várias estadias em Porto Alegre para pesquisa nos arquivos, e todos meus amigos com quem pude expor o tema dessa pesquisa, e que através de suas visões aproximadas do objeto pude perceber questões que me fugiam ao olhar, mas que pude considerar justamente por essas conversas.

Meu muito obrigado ao professor Charlei, e a professora Irene que me emprestaram valioso material bibliográfico sobre Caibaté e região, através dos quais pude reforçar algumas hipóteses, e considerar outras, agradeço imensamente.

Meu orientador Júlio Quevedo a quem sempre serei grato pelas orientações, e por se interessar em trazer à tona uma perspectiva mais crítica da História, pois muitas vezes nos falta alguém que instigue um olhar diferenciado sobre determinado tema ou objeto, por isso só tenho a agradecer ao professor Júlio.

Por fim, agradeço aos professores da banca pela disponibilidade e contribuição para a pesquisa, e a toda coordenação do Programa de Pós Graduação em História da UFSM, com quem sempre pude contar.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História
Universidade Federal de Santa Maria

COLÔNIA RONDINHA/SANTA LÚCIA: COLONIZAÇÃO E RELIGIOSIDADE NA REGIÃO DAS MISSÕES DO RIO GRANDE DO SUL (1921-1937).

AUTOR: MAURO MARX WESZ

ORIENTADOR: JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 31 de maio de 2016.

Esta pesquisa procura explicar questões relacionadas ao povoamento e as representações históricas assumidas pela comunidade de Rondinha/Santa Lúcia/Caibaté na região das Missões, noroeste do Rio Grande do Sul, ao longo das primeiras décadas do século XX. Tomamos por eixo de análise as formas de apropriação territorial neste local para melhor compreender o processo de integração entre indivíduos de diferentes origens que formou a comunidade rural de Rondinha/Santa Lúcia. Seu povoamento ocorreu a partir de colonos e caboclos, neste caso, descendentes de imigrantes europeus que buscavam novas propriedades para o cultivo, e indivíduos que já se encontravam no local, em menor número e ligados às atividades agropecuárias de estancieiros historicamente presentes naquele espaço. A fundação da vila Santa Lúcia e a construção do Santuário do Caaró apresentam-se como aspectos intrínsecos para a compreensão das primeiras atividades enquanto coletividade daquela sociedade e também a noção dos referenciais de passado que deveriam ser seguidos. Para isso utilizamos o conceito de missionarismo, que continua a ser formulado em meio a Romaria do Caaró, de caráter penitencial, bem como a produção de suas narrativas. Dessa forma poderemos explicar um pouco mais sobre as peculiaridades deste local, e quem eram os agentes envolvidos neste emaranhado de relações sociais existentes nesta colônia mista nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Povoamento. Missionarismo. Missões jesuítico-guaranis.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Professional Graduation Program in History
Universidade Federal de Santa Maria

COLÔNIA RONDINHA/SANTA LUCIA: COLONIZATION AND RELIGIOSITY IN THE REGION OF MISSEOS, RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL (1919-1937).

AUTHOR: Mauro Marx Wesz

ADVISER: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Defense Place and Date: Santa Maria, May 31th, 2016.

This research seeks to explain issues related to the settlement and historical representations undertaken by the community of Rondinha/Santa Lúcia/Caibaté, in the Missões of Rio Grande do Sul, southern region of Brazil, in the early years of the twentieth century. We take as axis of analysis the territorial appropriation of this location to a better understanding of the process of integration between individuals of different origins that occurred in the rural community of Rondinha/Santa Lúcia. Its settlement occurred from settlers and shifting cultivators, in this case, descendants of european immigrants who were seeking new properties for economic growing, and a group of other persons who were already living there, and were linked to agricultural activities and usually linked to ranchers historically present in that space. The foundation of the Santa Lucia village and the construction of the Sanctuary of Caaro present themselves as intrinsic aspects to understand the firsts activities while community of that society, and the notion of past benchmarks that should be followed. Also we propose to understand how this concept of missioneirism continues to be made among the Pilgrimage's of Caaró of penitential character, as well the production of their narratives, for this it's essential to relate every aspect mentioned above. That way we can explain a little more about the peculiarities of this place, and who were the agents involved in the tangle of existing social relations in this mixed colony in the early decades of the twentieth century.

Key Words: Settlement – Missioneirism – Jesuit Guarani Missions.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de negócios rurais e urbanos.....	37
Gráfico 2 – Média dos valores das terras em Santa Lúcia e no interior.....	38
Gráfico 3 – Descendência imigrante ou nacional conforme os sobrenomes.....	39
Gráfico 4 – Profissão dos moradores em Santa Lúcia em 1928.....	40
Gráfico 5 - Compradores e vendedores de terras em Santa Lúcia em 1928.....	41
Gráfico 6 – Taxa de alfabetização entre compradores e vendedores.....	42

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A.....	67
Nomeação do Pe. Weng enquanto vigário cooperador de São Luiz Gonzaga no povoado de Santa Lúcia.	
ANEXO B.....	69
Primeiros registros dos Livros Tombo da Paróquia Santa Lúcia (1938).	
ANEXO C.....	70
Termos da visita pastoral (1938).	
ANEXO D.....	71
Menção à compra da propriedade onde foi construído o Santuário do Caaró.	
ANEXO E.....	72
Registro de compra e venda de 1925, no qual um dos herdeiros de Joaquim Gomes Pinheiro Machado negocia um lote colonial com Jacob Seffrin, descendente de imigrantes.	
ANEXO F.....	73
Capa da versão original da obra “Polianteia Missioneira” (1944).	
ANEXO G.....	74
“Inauguação do 8º Distrito – Rondinha – perto de Caaró”.	
ANEXO H.....	75
“Um vigário na região missioneira”.	
ANEXO I.....	76
“Os fundadores da Colônia Cerro Azul na partida de Tupanceretan 01-10-1902”.	
ANEXO J.....	77
Jornal não identificado de 1975 que percorre a história do povoado de Santa Lúcia.	
ANEXO L.....	78
“Resumo histórico do município de Caibaté”.	
ANEXO M.....	111
“Caibaté, 15 anos de história, contada pelos líderes da emancipação Política, Econômica e Social”.	
Anexo N.....	113
Relação de nomes e profissões 1927-1928.	

Anexo O.....	122
---------------------	------------

Transcrição da entrevista com o Sr. Vilibaldo Otílio Welter.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.....	47
Localização da Vila Santa Lúcia e Rondinha.	
Figura 2.....	60
“Construção da capela em Caaró – P. Max von Lassberg, SJ e os trabalhadores – 1937”.	
Figura 3.....	72
Quadro de Nossa Senhora Conquistadora na escola Educandário Nossa Senhora Conquistadora.	
Figura 4.....	78
Monumento em homenagem aos três mártires da Igreja Católica no centro de Caibaté/RS.	
Figura 5.....	79
Hospital Roque Gonzáles, Caibaté/RS.	
Figura 6.....	82
Igreja do Santuário do Caaró.	
Figura 7.....	83
81ª Romaria do Caaró.	
Figura 8.....	83
81ª Romaria do Caaró.	
Figura 9.....	84
“Lugar do Mártirio”.	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. O PLANALTO MERIDIONAL: DO “MÁRTIRIO” NO SÉCULO XVII AO INÍCIO DO POVOAMENTO EM SANTA LÚCIA NO COMEÇO DO SÉCULO XX.....	17
1.1 As populações indígenas e a colonização ibérica.....	18
1.2 As disputas geopolíticas do século XVIII.....	25
1.3 Imigrantes e descendentes de imigrantes na região das Missões.....	30
1.4 O povoamento em Santa Lúcia.....	32
2. O PROJETO JESUÍTICO DO FINAL DO SÉCULO XIX E A REGIÃO NOROESTE, “REPOVOAR NOVAMENTE A ANTIGA REGIÃO DAS MISSÕES AO LONGO DO URUGUAI”.....	45
2.1 Santa Lúcia e Serro Azul no início do século XX.....	46
2.2 As novas colônias e os projetos católicos de integração.....	51
2.3 Diferentes grupos sociais e formas de sociabilidade.....	62
3. O MISSIONEIRISMO E A INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA COLONIAL EM CAIBATÉ/RS.....	70
3.1 O mito fundador.....	70
3.2 Missioneirismo e a comunidade imaginada.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS.....	95

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado do projeto de Mestrado intitulado “Colônia Rondinha/Vila Santa Lúcia: Colonização e Missioneirismo na região das Missões do Rio Grande do Sul”, vinculado ao Mestrado em História, Poder e Cultura do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Propomos a partir desta pesquisa, situar historicamente a comunidade de Caibaté/RS, pouco estudada em suas particularidades na região das Missões. A existência do Santuário do Caaró fez com que este local e seus cidadãos adquirissem um olhar muito particular para a história do assassinato dos jesuítas missionários que ocorreu em 1628, ainda no período reducional. Trezentos anos depois este acontecimento foi retomado, ressignificado e culminou na beatificação dos padres jesuítas Roque Gonzales de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e Juan del Castillo, mártires da Igreja Católica, questão que abordaremos no decorrer desta pesquisa. Buscamos compreender a história da ocupação deste local para então analisar de forma crítica a identidade missioneira que se formou ao longo das décadas do século XX, a partir de referenciais pautados principalmente pelos jesuítas, e em seguida expandidos para o âmbito político. Mas antes de iniciar propriamente os temas que esta Dissertação de Mestrado busca esclarecer, algumas considerações prévias à pesquisa e sua escrita devem ser feitas.

Inicialmente devo dizer que escrever sobre a história do município de Caibaté é também escrever sobre partes fundamentais de minha história pessoal, pois não somente vivi 18 anos lá, como também se trata do local onde a maioria de meus parentes paternos e maternos ainda reside. Estudei os oito anos iniciais do ensino básico no Educandário Nossa Senhora Conquistadora, único colégio da cidade que era administrado pelas Irmãs Filhas do Amor Divino, o qual somente passou a ser mantido pela comunidade local recentemente (formada pelos pais dos alunos) devido à ordem de retorno das irmãs para Porto Alegre. A influência do ensino religioso nos anos iniciais de ensino e o contato propiciado pela escola com o Santuário do Caaró e Nossa Senhora Conquistadora, me fizeram perceber (posteriormente) o quanto este local de memória é apropriado pelos cidadãos caibateenses, por outro lado, somente com ao passar dos

anos, e já cursando a graduação em História que pude perceber a escassa abordagem sobre os elementos que compõem a história do Santuário do Caaró que não seja na perspectiva religiosa. Acredito que as experiências pessoais que antecedem propriamente à pesquisa acadêmica tendem a influenciar na perspectiva do pesquisador e seu modo de tratar as fontes e demais objetos, na tentativa de minimizar esses efeitos faz-se necessário ter consciência dessas implicações e questionar ainda mais as fontes e objetos escolhidos. A postura crítica não significa necessariamente um olhar negativo sobre o objeto ou qualquer postura nesse sentido, mas para além da contemplação ou perspectiva “neutra” trata-se da busca de respostas que superem a mera observação. Dessa forma, o Santuário do Caaró, por exemplo, passar a não ser somente espaço de fé, mística, retiro religioso/espiritual ou qualquer função desse tipo, mas sim um local de memória, pois quem o procura é compelido a encarar aqueles acontecimentos do século XVII, e refletir sobre o passado do local.

Retornando a essa pequena reminiscência, os três anos do ensino médio cursei na Escola Estadual José Adolfo Meister, completando, portanto, toda minha formação inicial no município. Na escola estadual não tenho recordações de falas ou explicações sobre o Caaró, nem mesmo sobre a história de Caibaté, talvez porque o foco do ensino fosse outro e o número de alunos era muito mais extenso, mas quando mencionado normalmente era remetido às romarias que lá ocorrem anualmente. Minha intenção além de demonstrar a proximidade com o local de pesquisa é evidenciar que pouco se percebe a abordagem crítica da história do crescimento da comunidade e o patrimônio cultural que abriga, em geral são homenagens regidas pelo catolicismo e certo discurso do pioneirismo de alguns colonos.

A existência do Santuário do Caaró (construído em 1933 em homenagem à memória dos três padres jesuítas assassinados em 1628) é entendida exclusivamente na região como um espaço de devoção, no entanto, o historiador deve atentar para a análise do contexto que resultou no episódio do assassinato dos jesuítas missionários, Roque Gonzáles, Afonso Rodrigues e Juan Del Castillo, pois é um acontecimento relacionado com a resistência indígena frente à evangelização cristã empreendida a partir do século XVI. A versão unilateral expressa na perspectiva jesuítica¹ nos apresenta uma história

¹Alguns estudos sobre este acontecimento aprofundam a discussão: OLIVEIRA, Paulo Rogério de. **O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque Gonzáles nas tierras de Ñezú**. 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. QUADROS, Ezeula Lima. **A defesa do modo de ser guarani. O caso de Caaró e Pirapó, em 1628**. 162 f. Dissertação (Mestrado em História).

desprovida de contradições no âmago do seu processo histórico, e a partir dessa perspectiva passa a ser muito comum, por exemplo, que as pessoas não questionem os elementos envolvidos neste acontecimento. Pode-se perceber ainda que este discurso é normatizado tanto pelo poder público quanto pela Igreja Católica. A Romaria do Caaró nos revela a devoção do povo católico e a sua veneração aos três santos “mártires” e contribui para o turismo religioso, e para o aprofundamento do missionarismo, afinal, o martírio, a fé, e a devoção, alimentam e movimentam a identidade missionária reificando as lembranças do passado histórico na atualidade. Isto confere ao local um lugar de memória do sagrado e a construção de um dos mitos fundadores do Rio Grande do Sul, a partir das Missões. Desde que a romaria foi instituída tem atraído milhares de romeiros de diferentes lugares da América Latina. A discussão do conceito de missionarismo consta no Capítulo 3, mas em linhas gerais trata-se de características da identidade missionária e suas negociações com o passado histórico, passível de percepção diante do constante uso de referenciais aos jesuítas e ao período missionário. O missionarismo não se restringe para Santa Lúcia/Caibaté, mas ele pode variar em seus matizes e ocorre em uma série de outros municípios da região das Missões.

Caibaté situa-se nas Missões do Rio Grande do Sul, região que no século XIX também era referida em sua nomenclatura como Região de Matas, definição que abrange os atuais municípios de Ijuí, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Guarani, Cerro Largo, dentre outros. Compreender as características deste espaço no período que propomos (1921-1937) implica necessariamente em estudar o contexto do Rio Grande do Sul no momento de formação de Santa Lúcia e também anterior a ele, como o intenso fluxo de indivíduos em busca de novas propriedades. Também devo destacar a necessidade de analisar essa comunidade em seu conjunto de relações com outras colônias e municipalidades vizinhas, como por exemplo, as relações que Santa Lúcia mantinha com a colônia Serro Azul, atual Cerro Largo, especialmente no sentido econômico e religioso. Ao longo dos anos 1920 quando a Coluna Prestes avançava a partir de São Luiz Gonzaga, deve ser ressaltado que tanto a colônia Rondinha quanto Serro Azul não aderiu ao movimento de contestação nacional proposto pelo Tenente Luiz Carlos Prestes, e ambas integraram a então chamada “Liga de Defesa Colonial”, governista, cujos esforços eram para dificultar o máximo possível o avanço dos comandados por Prestes. Por mais que o foco desta Dissertação não seja a Coluna Prestes e seus desdobramentos, devemos referir que esta foi o inimigo discursivo utilizado pela religião católica através de seus vigários e bispos para manter e conquistar

fiéis frente ao medo da desordem. Todos esses elementos serão considerados para compreendermos as características culturais assumidas por Santa Lúcia/Caibaté e que sedimentaram o missionarismo.

As relações deste estudo com a linha de pesquisa “Política, Fronteira e Sociedade” do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria são variadas, pois buscamos articular a formação étnica e cultural de Caibaté e seus embates com as tradições inventadas no momento de organização da então Vila Santa Lúcia, o que significa inferir sobre a dinâmica fronteira da comunidade por ocorrer à constante chegada de novos indivíduos e o contato com diferentes grupos sociais. Assim devemos entender este local enquanto espaços de fronteiras culturais, onde a relação de alteridades se coadunava e conjugava, formando comportamentos, tolerâncias, rejeições, conforme os casos proporcionados pelas diversas origens das pessoas que adquiriram terras e lotes coloniais e aquelas que já moravam nos arredores desta vila. A compreensão da história das Missões para as pessoas naquela época fora mediada pelos jesuítas e demais setores do catolicismo, os quais se tornaram fulcrais nas construções identitárias e se consolidaram nas subjetividades e sentimentos de pertencimento da população da região a partir do século XX. Nesse sentido as nossas compreensões acerca do conceito polissêmico de fronteira se elaboram e são perceptíveis na complexidade das inflexões culturais, étnicas, políticas, geográficas e socioeconômicas. Esse esforço para compreender a trajetória dessa comunidade e suas características necessariamente implica em reconhecer a dinamicidade das sociedades, assim, não podemos excluir questões políticas e econômicas mesmo que não seja a intenção adentrar nos domínios específicos destes campos de pesquisa.

Em termos metodológicos foram utilizados diferentes tipos de fontes, além das análises historiográficas de Roche (1962), Zarth (1997), Both (2011) para entender o povoamento do planalto e as diferentes formas de conflito. No capítulo 1, vamos abordar a história da região das Missões, uma região fronteira desde o interesse ibérico no século XVII. Nos últimos subitens deste capítulo, utilizamos parte da documentação produzida pelo cartório de Santa Lúcia em 1927,1928 na tentativa de compor parte da estrutura agrária de Santa Lúcia no período em questão. A partir desses registros de compra e venda, dentre outros elementos pode-se identificar datas de fundação de instituições do local, as profissões predominantes, o nível de alfabetização das pessoas e a diversidade dos sobrenomes. Por isso, o marco cronológico da pesquisa

1921-1937 é justamente pela documentação apontar para algumas datas significativas das atividades dessa comunidade, 1921 quando começam a serem vendidos os lotes coloniais neste local, e 1937 o ano em que a Paróquia Santa Lúcia termina de ser contruída no povoado com auxílio da população local.

No capítulo 2, estabelecemos vínculos entre Santa Lúcia e Serro Azul, esta última fundada em 1903 e cuja composição social nos ajuda na compreensão do contexto do planalto sul-rio-grandense daquele período, isto é, a mobilidade de indivíduos e incentivo à criação de colônias e povoados. Talvez o principal elemento agregador entre Santa Lúcia e Serro Azul tenha sido a religião, pois a intensa comunicação entre os vigários dessas colônias gerou uma interessante documentação que nos evidenciam seus projetos e as inúmeras celebrações religiosas que organizavam. Alguns padres que adquiriram proeminência em atividades junto às colônias de imigrantes e descendentes de imigrantes não somente no Rio Grande do Sul, mas também Santa Catarina, aparecem presentes nas Missões nesse período, como Max von Lassberg S.J., Thedor Amstad S.J., Johann Rick S.J., Monsenhor Estanislau Wolski, clérigos que em meio ao contexto de imigração buscavam auxiliar nas condições materiais desses novos povoados, além de sistematizar e consolidar a crença nos três mártires. A partir da documentação eclesiástica dos Livros Tombo da Paróquia Santa Lúcia e dos Livros Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Serro Azul estabelecemos relações entre vigários, bispos, de diferentes comunidades, e cuja atividade conjunta garantiu êxito ao catolicismo nesta região.

No capítulo 3 priorizamos o Santuário do Caaró e a ressignificação do “martírio” a partir de 1928, data do tricentenário e início das romarias nas Missões. O caráter religioso atribuído à história local e a reverência ao ‘mártirio’ muitas vezes oculta o elemento de integração que houve entre diversos grupos sociais naquele espaço e que contribuiu para o estabelecimento e crescimento do povoado. Finalizamos com uma perspectiva contemporânea da comunidade de Caibaté que em 2016 completa 50 anos de emancipação política no dia 15 de maio, a análise dos monumentos escolhidos para o centro da cidade, os nomes de instituições e locais do comércio que se remetem ao passado colonial entre outros meios, demonstram a valorização de determinada história e podem nos dizer muito sobre a identidade missioneira no século XXI.

Portanto, analisaremos primeiramente a estruturação dessa sociedade a partir de seus primeiros povoadores, para então compreender as formas pelas quais as crenças do catolicismo foram se consolidando a partir do incentivo e da presença de religiosos, por

isso dentre as fontes utilizamos muitos relatos jesuíticos, e os livros tombo das paróquias, onde essas ações estão expressas com clareza. O esforço inicial de compreender o contexto dos acontecimentos relacionados à morte dos três padres missionários na região de Caaró ocorre pela necessidade de analisar este fato a partir de outros olhares que escapem de respostas e conclusões simplistas. Dessa forma, por mais que o espaço aqui seja curto para entrar em questões historiográficas que ainda são debatidas e temas de vastas pesquisas como são, por exemplo, o tema das navegações e das políticas mercantilistas europeias, são questões que se fazem necessárias para que se consiga uma compreensão mais dinâmica deste processo no período colonial.

Outro aspecto a ser considerado é a nomenclatura utilizada para definir este local, que no século XIX e primeiros anos do século XX era conhecido como Rondinha ou Colônia Rondinha, e a partir dos anos 1920 com o loteamento deste espaço e a construção da paróquia foi denominado vila Santa Lúcia. E finalmente, em 29/12/1944 através do Decreto-Lei nº 720 passou ser chamado de Caibaté, como se mantém até hoje. Em relação ao município vizinho, Cerro Largo, que buscamos uma série de elementos para estabelecer vínculos com Santa Lúcia, na época foi fundado como Serro Azul, por isso quando nos referimos ao início do século XX tratamos de utilizar a nomenclatura corrente na época, e não Caibaté e Cerro Largo.

1. O PLANALTO MERIDIONAL: DO “MÁRTIRIO” NO SÉCULO XVII AO INÍCIO DO POVOAMENTO EM SANTA LÚCIA NO COMEÇO DO SÉCULO XX

O Capítulo 1 é composto pela análise historiográfica acerca do povoamento da região das Missões, consideramos pertinente compreender o contexto do ‘martírio’ dos padres jesuítas em 1628 que originou a construção do Santuário do Caaró, bem como os diferentes momentos da colonização lusitana e por fim, o estabelecimento de Santa Lúcia. O processo histórico de formação de comunidades na região noroeste do atual Rio Grande do Sul no início do século XX deve ser entendido a partir dos muitos aspectos que caracterizaram as políticas de povoamento do planalto e a forte presença católica na região. Nosso objetivo neste capítulo é, portanto, estabelecer historicamente a inserção dessa comunidade rural em um contexto geral, não somente dos desdobramentos da colonização com imigrantes no sul do Brasil a partir do século XIX, mas também nos conflitos geopolíticos que reduziram consideravelmente o número de indígenas que viviam na região. Por mais que o povoamento de Santa Lúcia tenha início no final do século XIX com Rondinha, antes disso as tropeadas, a existência das estâncias, a pecuária, os ervais, a questão indígena, a imigração, essa dinâmica social é parte fundamental da história das Missões.

Iniciaremos a abordagem a partir das primeiras incursões ibéricas no extremo sul da atual América Latina, as quais alteraram radicalmente a chamada região do Tape, além disso, analisaremos o funcionamento do modelo reducional implantado pelos jesuítas, e os fatores envolvidos na Guerra Guaranítica. A existência de grandes propriedades e a pecuária predominou nas terras no entorno de Caibaté/Santa Lúcia, o que demonstra a herança lusitana na região, assim, é necessário que nos detenhamos nesse assunto para registrar o modelo implantado pelos portugueses na efetivação do projeto colonial no Rio Grande de São Pedro. No último subitem centramos no início do século XX e nas primeiras formas de apropriação territorial na Vila Santa Lúcia, utilizamos registros de compra e venda de propriedades urbanas e rurais, e fizemos uma análise de parte da estrutura fundiária a partir dessa documentação produzida pelo cartório de registros civis do 8º Distrito de São Luiz Gonzaga, Santa Lúcia, nos anos de 1927 e 1928.

1.1 As populações indígenas e a colonização ibérica

Quando visitamos especificamente o município de Caibaté, mas que também é o caso de várias outras cidades na região das Missões, logo notamos a inexistência ou um número muito baixo, em comparação com o período colonial, de indígenas vivendo nas cidades ou mesmo em seu entorno. Este fator merece destaque, pois se deve ao protagonismo das populações originárias a predominância bem sucedida do modelo reducional/missioneiro por mais de um século. Mas vamos às razões para que isso tenha ocorrido, e ao levarmos isso em consideração devemos retornar ao período moderno e a época das grandes navegações, quando teve início o processo de conquista ibérica na busca pelo ouro e pela honra, e o evangelho enquanto justificativa.

A região platina nos séculos XV e XVI abrigava enorme diversidade de populações indígenas, este fator dificultava a exploração do extremo sul das Américas nas primeiras décadas da “conquista” ibérica no Novo Mundo. Para pautarmos didaticamente essa discussão:

A chegada da pequena frota era para oficializar a conquista, fixando o padrão de posse, não acaso ou simples visita. A história brasileira – como a americana – tem seu começo com a convencionalmente chamada História Moderna, de 1473 a 1789, período conhecido por mercantilismo, pela filosofia política e econômica que o inspira e determina. Portugal tinha cerca de 1,1 milhão de habitantes em 1500, segundo estimativas, ou 1 326 000 em 1527, de conformidade com um censo obviamente precário. A nova terra – Vera Cruz, Santa Cruz, Brasil – teria milhões de nativos chamados índios, de número de impossível determinação. Fala-se de 2 a 4 milhões de nativos segundo estimativas prudentes (jamais se saberá o número exato, o que explica a variação de 2 a 4 milhões, por exemplo; houve quem falasse em número bem superior, mas sem base criteriosa). Calcula-se em 20 a 40 milhões para a América: a enorme diferença de cálculos atesta a sua insuficiência. Impõe-se o sistema colonial: cresce tendo em vista a exploração do Novo Mundo, revivescência do imperialismo antigo. (IGLESIAS, 2006, p. 111).

Dentre esses povos indígenas que ocupavam a região sul, o de maior predominância era o Guaraní, dentre suas características constava a economia de subsistência autossuficiente, migração constante (‘Ivy Marãey’, ou a ‘Terra Sem Males’) e a territorialidade, características culturais que não tiveram chance de

adaptação diante do avanço ibérico. Acerca da predominância dos guaranis na região meridional:

Existiam três grupos de indígenas nas áreas do sul deste atual país, em diferentes locais: nas áreas de Campanha, grupos caçadores-pescadores; no Planalto, grupos caçadores-coletores mas, também, cultivadores. Entre os deste último grupo, e derivando de um grupo maior (o *Tupiguaraní*), estavam os Guaraní. Estes apresentavam aspectos culturais diferenciados, em virtude dos diversos grupos e espaços territoriais ocupados, já possuíam característica de agricultores e encontravam-se no Sul do Brasil, desde o litoral até o Paraguai, e desde sua área Amazônica até o noroeste da Argentina, sendo fisicamente bem formados e robustos, mas também proporcionais e ágeis. (QUADROS, 2011, p. 44)

Durante milhares de anos esses grupos indígenas eram os senhores das matas e jamais tinham encarado ameaça como a que se seguiria, imposta pelos colonizadores ibéricos:

Quando os portugueses aqui chegaram, no início do século XVI, os Tupi ocupavam a parcela mais significativa do litoral brasileiro, desde o Ceará até São Paulo, enquanto os Guaraní estavam estabelecidos desde a Ilha de Cananéia, em São Paulo, até a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, além de importante áreas ocupadas no interior do Uruguai. Esses dois grandes grupos se subdividiram, ao longo da expansão do território em vários outros grupos tribais (...) Na longa luta pelo domínio do litoral, os Tupi e Guaraní, por estarem mais bem organizados, dispondo de técnicas de agricultura, de produção de cerâmica, de habitações bem construídas, de canoas e contando com uma boa estrutura para defesa e ataque, derrotaram e expulsaram os demais grupos que habitavam o local. Aos povos vencidos eles atribuíram o apelido de tapuia, que na língua tupi significa selvagem, inimigo bárbaro. Quando fizeram seus primeiros contatos com os portugueses, os Tupi transmitiram a eles o seu desprezo pelos tapuia, sentimento este incorporado pelos recém chegados, que usavam a expressão tapuia para designar qualquer tribo não pertencente ao Tupi. As pesquisas sobre a densidade populacional ameríndia no final do século XV apontam para uma população de 57.300.000 habitantes em todo o continente. (MARIN, M. 2000, p.27).

O modo de vida de todas as populações indígenas foi radicalmente alterado quando as Monarquias de Portugal e Espanha em 1494 partilharam os continentes americano, africano e asiático através do Tratado de Tordesilhas. Este acordo diplomático contou com o beneplácito da Santa Sé, as Coroas Ibéricas em nome do Catolicismo, tiveram amparo legal que lhes garantia a ocupação das terras e definia o início do processo de apropriação e usurpação das terras indígenas, reduzindo

substancialmente os seus territórios e restringindo as suas práticas culturais. Gradativamente os povos originários tiveram as suas reservas florestais – seus recursos de sobrevivência pela caça, coleta, pesca – infimamente reduzidas. Aliás, a apropriação das terras indígenas ainda é uma luta dos tempos contemporâneos, e nela vemos os empresários do agronegócio negligenciando os direitos indígenas e utilizando os mesmos discursos de posse e dominação que os conquistadores utilizavam para se apropriarem das terras indígenas, em pleno século XXI. Dessa forma, os mecanismos utilizados pelos ibéricos desde o século XV ainda mantém os seus vínculos com a contemporaneidade, assim podemos dizer que este processo de retirada das terras indígenas começou lá e se mantém aqui, na atualidade.

No processo de conquista dos novos territórios, somente a costa leste da então Ilha de Vera Cruz constava nas prioridades de ocupação territorial da monarquia portuguesa, a região meridional principalmente pela inexistência de condições materiais para exploração, os inúmeros perigos impostos pela floresta tropical, e a incerteza do que encontrariam pela frente fizeram com que a região ficasse em segundo plano no projeto colonial português. Pelo lado de ambos os invasores, portugueses e espanhóis, a região meridional do atual Brasil era tratada como ‘terra de ninguém’, esta denominação é exatamente a ideologia colonizadora que retira os direitos indígenas as suas terras, aos seus modos de ser indígena, é uma forma de camuflar a violência simbólica e física.

Pode-se dizer que as primeiras atividades de exploração e contato com os povos indígenas que habitavam o extremo sul do atual Brasil foram ações efetuadas pela Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola (1491-1556) em 1534 e reconhecida pela Igreja Católica em 1540. A atuação da Companhia de Jesus nas Américas foi favorecida pela conjuntura política da União das Coroas Ibéricas², que em 1580 unificava as ações portuguesas e espanholas. O desaparecimento inesperado de D. Sebastião (1554-1578) iniciou uma crise dinástica em Portugal, Filipe II (1556-1596), integrante da dinastia Habsburgo, aproveitou-se da vacância e unificou os dois reinos.

O ocidente europeu atravessava por uma época de grandes dificuldades, após séculos de guerras, epidemias e períodos de fome, dúvidas e incertezas atingiram até mesmo o poder espiritual. A Reforma Protestante³ surgiu na Europa nesse período crítico, onde muitas pessoas não acreditavam mais nas respostas oferecidas pelo

²Após a Guerra de Secessão Portuguesa (1580-1583), o monarca espanhol Filipe II regeu politicamente a Península Ibérica até 1640, período conhecido como União Ibérica.

³ Iniciada por Martinho Lutero em 1517, data da pregação das 95 teses na Igreja de Wittenburg.

catolicismo. A elaboração das diretrizes da Contra Reforma nas diversas reuniões do Concílio de Trento⁴ definiu a estratégia que também teria seus desdobramentos no Novo Mundo, ou seja, o catolicismo decidia pela “salvação” das almas dos povos originários através da Companhia de Jesus e seu Projeto Apostólico-Político. No âmbito político, o absolutismo, amparado na teoria do direito divino dos reis era o modelo cada vez mais consolidado, em linhas gerais a monarquia de Felipe II nos confere uma boa ideia desse contexto:

El reinado de Felipe II estuvo caracterizado em el interior por esta agobiante presión económica y por el fantismo religioso. El monarca, ardiente defensor del catolicismo, practicó una dura política de represión contra los elementos que pudiesen turbar la fe religiosa, em especial, protestantes y moriscos. La Inquisición cortó radicalmente los brotes protestantes que habían aparecido en algunas ciudades españolas. Mas grave fue el problema morisco, localizado em el reino de Granada. Los moriscos granadinos se sublevaron em la region montañosa de las Alpujarras y comenzaron una feroz resistencia (...) La unión con Portugal fue, sin embargo, um éxito de la política exterior, deseada desde los Reyes Católicos. Felipe II tenía derecho al trono portugués, vacante em 1580. Tras una breve guerra, Felipe II fue reconocido rey de Portugal y se consiguió la total unidad peninsular y de los extensos imperios de ambos reinos. (ROLDAN, 1986, p. 71,74).

Para os jesuítas a unificação ibérica facilitava pela possibilidade de livre circulação em ambos os territórios na América portuguesa e espanhola, assim como aumento do número de religiosos enviados para o Novo Mundo. O primeiro projeto empreendido nas Américas pelo Catolicismo, através Companhia de Jesus, foi o Projeto Apostólico-político, que procurava converter os grupos étnicos indígenas – particularmente o guarani – a Fé Católica e a submissão ao governo espanhol, tornando-os súditos do rei. Os grupos indígenas eram considerados pelos missionários como os gentios da terra, o que segundo as Sagradas Escrituras, lhes garantia o direito de serem convertidos à Cristandade Ocidental. No bojo do projeto Apostólico-político foi construída a prática reducional, traduzida por Reduções, ou seja, povoados de indígenas católicos que viviam de forma comunitária, praticando a economia de subsistência e autossuficiente, efetivamente economia de reciprocidade. Conhecidas por Reduções jesuíticas, e essas visavam ‘amarrar’ os indígenas ao aparato estatal ibérico, fazendo dos índios verdadeiros súditos do monarca. As Reduções só foram possíveis devido às

⁴ De 1545 a 1563 na cidade de Trento, Itália, a Igreja Católica organizou seu 19º encontro ecumênico, medidas foram definidas para combater o avanço do protestantismo, entre outras mudanças internas no culto e na vida dos religiosos.

alianças entre os grupos indígenas e os missionários, como forma de superar os diferentes conflitos existentes, entre eles o avanço violento dos conquistadores ibéricos, os quais pautados pelo Tratado de Tordesilhas empreendiam a violência física e simbólica aos seres humanos e à ocupação avassaladora das terras indígenas:

As atividades de que os jesuítas eram incumbidos pela Coroa Espanhola e pela Companhia de Jesus para atuarem na cristianização ou conquista espiritual do gentio, na América espanhola, se constituíam na sua missão. No desenvolvimento desta missão, ou ação missionária, foram sendo formadas as reduções num processo geralmente designado como reducionismo, cujo termo indica o resultado da missão implantada pelos jesuítas, segundo define o padre Antonio Ruiz de Montoya, S.J.: “Note-se que chamamos Reduções aos povos ou povoados de índios, que, vivendo a sua antiga usança em selvas, serras e vales, junto a arroios escondidos, em três, quatro ou seis casas apenas, separados um dos outros em questão de léguas, duas, três ou mais, ‘reduziu-os’ a diligência dos padres, a povoações não pequenas e à vida política (civilizada) e humana”. Conforme também evidencia Montoya, a missão que os jesuítas tinham de converter o *gentio* à fé cristã era acrescida da ideia de que estavam efetivando uma ‘conquista’ espiritual e que, com a evangelização, também traziam a civilização aos indígenas que seriam “transformados de gente rústica em cristão civilizados com contínua pregação do evangelho”. (QUADROS, 2011, p.20).

A Redução se apresentava como um projeto alternativo no sistema colonial espanhol que contemporizava com a violência do colonizador, porém, este projeto também possuía seus aspectos de violência simbólica, quando negava a cultura indígena relegando-a a inferioridade. A percepção dessa violência muitas vezes levou os indígenas à resistência, como a violência na morte dos padres do Caaró em 1628, onde hoje se situa Caibaté:

Na aceitação do sistema de reduções pelos Guarani, além da inicial convivência com práticas cristãs, vários fatores conjugaram-se. Entre estes estavam autopreservação, defesa, proteção, sobrevivência e estabilidade, que os índios não tinham ou que haviam perdido nos seus contatos com os espanhóis. A isto, somou-se ainda quase falta de opção, visto que forças superiores, como o governo espanhol e as autoridades locais, tomaram decisões quanto a evangelização e o reducionismo. (QUADROS, 2012, pg.101).

O assassinato dos jesuítas missionários, Roque Gonzáles de Santa Cruz (1576-1628), Afonso Rodrigues (1532-1628), e Juan del Castillos (1595-1628) ocorreu neste

contexto, do ciclo reducional na região do Tape, a qual proporcionava aos jesuítas o contato com indígenas que ainda não tinham convivido com os colonizadores. Quadros (2012) estudou este acontecimento de Caaró⁵ e Pirapó, e ao perspectivar o indígena frente à evangelização do século XVII, constata vários elementos relacionados ao contexto do universo guarani e jesuítico que devem ser levados em consideração para entendermos este ato de resistência, que demonstra também a disposição para a luta e manutenção do “modo de ser guarani” ou Ñande Reko⁶, segundo a autora:

Através do comportamento do cacique Neçú, e dos próprios episódios ocorridos em Caaró e Pirapó, em 1628, comprova-se que a ação jesuítica, nessa área, não foi aceita de forma unânime ou uniforme. Também é evidente que as maiores reações vieram através das lideranças indígenas, em especial dos pajés, xamãs ou feiticeiros e evidenciaram-se nos choques de interesses desses com os jesuítas. Por este motivo, mesmo quando havia bom relacionamento entre padres e caciques, em muitas ocasiões ocorriam situações de oposição e sublevação de índios. Em relação à ação dos jesuítas, as reações indígenas ocorreram em defesa da manutenção de costumes, normas de parentesco, organização e hierarquia tribal e, no campo religioso, em específico, se deram quando os índios buscavam manter suas crenças e práticas. Muitas referências a situações que foram obstáculos à ação jesuítica, evidenciam os motivos que os indígenas tinham para não aceitar os novos processos, tanto o evangelizador como o reducional. Entre esses motivos, está uma natural resistência cultural às inovações e mudanças no desejo de manter os aspectos culturais anteriores. Nesse sentido, muitos caciques, temendo a perda de seus poderes e influência, não aceitavam os padres. Esse temor foi mais acentuado nos pajés ou xamãs que viam os religiosos como rivais, face às suas pregações e representatividade nas comunidades indígenas. (QUADROS, 2012, p. 121).

Na segunda metade do século XVII, o projeto Apostólico-político promovido pela Companhia de Jesus em comunhão com grupos indígenas foi aprimorado, e no âmago das Reduções foram organizadas as Missões Jesuíticas. Tais povoados eram compostos por indígenas convertidos ao catolicismo e por padres que produziam de forma autossuficiente.

⁵ Local onde teria sido fundado em 1º de novembro de 1628 a Redução de Todos os Santos de Caaró ou Mártires. Caaró, na língua guarani quer dizer “casa de vespas”.

⁶ Ñande Reko – A tradução do termo significa “nosso modo de ser”, no entanto pode significar uma série de outros elementos e refere-se à identidade do povo guarani, sua língua, organização social e política, religião, sua cultura. Fonte: QUADROS E, L. **A defesa do modo de ser guarani. O caso de Caaró e Pirapó, em 1628.** 162 f. Dissertação (Mestrado em História).

Com a exploração e a imposição cultural, desagregou-se cada vez mais a vida dos índios Guarani que, por viverem mais próximos dos assentamentos espanhóis e terem, desde o início, convivido com os conquistadores foram os mais visados. Toda essa situação de contato, exploração,... faz com que, as áreas em que se localizavam possam ser caracterizadas de *zona de fronteira*. A mesma realidade de *zona de fronteira* se configurou no Guairá, no Uruguai e no Tape, onde os índios foram alvo dos conquistadores. Aos espanhóis, por exemplo, serviram como mão-de-obra no trabalho com escravos. Nessa realidade, portanto, é que o Guarani, acossado pelos conquistadores, por tribos inimigas e pelos bandeirantes, tornou-se *objeto* de trabalho dos jesuítas. (QUADROS, 2012, p.98).

O bom funcionamento das Missões chamava a atenção dos bandeirantes que procuravam indígenas para fins de escravização e transporte para o litoral, onde eram direcionados para o trabalho nas fazendas de cana de açúcar e mineração, além disso, também visavam o roubo do gado. A solução para tais problemas foram concessões cedidas aos indígenas pela Monarquia espanhola para que o porte de armas de fogo fosse normatizado, não que diante das necessidades seu uso não fosse corrente, mas enquanto súditos do rei, a possibilidade de defesa, e a proteção das regiões de fronteira interessava às pretensões da Espanha.

(...) a partir de 1680, os povoados organizados pelos jesuítas passaram a ter a missão de resguardar as fronteiras do Império Colonial espanhol na região do Prata. Todas as vezes que os guaranis missioneiros eram chamados pelos governadores, atendiam-nos. Eles lutavam não só contra o luso-brasileiro, mas também iam contra os inimigos exteriores, índios infieis, súditos rebeldes. (QUEVEDO, 1997, p.13).

A restauração da independência portuguesa frente à União Ibérica reconstituiu novamente a soberania de Portugal em 1640, e as consequências geopolíticas dessa ruptura afetaram diretamente as Américas portuguesa e espanhola, vê-se, no Novo Mundo, o ressurgimento da questão dos limites americanos dos impérios coloniais. Os espanhóis por sua vez, contavam com os jesuítas e os povoados das Missões para conter o avanço português. A economia desses reinos para manter as colônias ultramarinas passava a depender muito de novos territórios anexados e de riquezas obtidas além-mar, principalmente através da mineração. Dessa forma, o período que se seguiu após a dissolução da União das Coroas Ibéricas foi caracterizado pelos inúmeros conflitos armados entre portugueses e espanhóis. Porém, a fundação Colônia do Santíssimo Sacramento em 1680, um forte no período, demonstrava a capacidade do projeto

português de anexação do território platino na América Meridional, e seus interesses econômicos na região. Após a fundação da Colônia do Sacramento, seguiram-se mais algumas atitudes dos lusitanos para consolidar o povoamento do extremo Sul, como por exemplo, doação de sesmarias que marca o início da ocupação efetiva do extremo sul do Brasil.

1.2 As disputas geopolíticas do século XVIII

O conjunto de ações que levaram os reinos de Portugal e Espanha a efetivarem projetos de colonização pautados por tratados políticos com bases geográficas, nos leva a definir o conceito de geopolítica, para nos auxiliar na explicação desse contexto.

A busca de um tratamento interativo da compreensão do ambiente geográfico justifica-se pela conexão inevitável com o elemento humano, o ambiente econômico e a dinâmica política. Desde o ponto de vista etimológico, se a política é a arte de governar, o uso do prefixo *geo* significa aplicação dos conhecimentos geográficos para esse escopo. Por essa razão, a geopolítica reflete a combinação de fatores geográficos e políticos que determinam a condição de um Estado ou região, enfatizando o impacto da geografia na política. A mais sintética e abrangente afirmação de Friedrich Ratzel (In: Mattos, 1975, p. 5) diz que: “Espaço é poder” então se pode sustentar que é elevado o fator geográfico até absoluto que se suporia determinante do Poder e, por conseguinte, o destino dos Estados. Mattos (1975 p.6) sintetiza este pensamento dizendo “*Geopolítica é destino*”. Adoto aqui que “*Geopolítica é projeto*”. (MURADÁS, 2008, p.14).

Logo no início do século XVIII várias mudanças ocorreram na orientação política espanhola, os Bourbons após um período de guerra civil ocuparam o trono espanhol, essa sucessão era justificada pelo cenário de crise interna e incapacidade de reerguer-se enquanto o império que Espanha havia sido nos séculos anteriores:

Sobre a pura e total exaustão do país no final do século XVII poucas dúvidas existem. O reinado de Carlos II, *el hechizado* (1664-1700), revelou-se um completo desastre, uma melancólica história de derrota militar, bancarrota da coroa, retrocesso intelectual e fome generalizada. A população descera um milhão abaixo de seu nível no reinado de Filipe II (...) Por mais desesperadora que pudesse parecer a situação da economia, foi o

enfraquecimento da coroa que ameaçou a sobrevivência do país. Derrotado pela França na luta pelo domínio da Europa, o Estado Habsburgo caiu vítima de adversários internos. (...) O preço final de uma coroa enfraquecida foi a guerra civil, a invasão estrangeira e a partilha do patrimônio dinástico. (BETHELL, L. 1989, pgs. 391,392).

O Estado Bourbon caracterizou-se pelo controle rigoroso das colônias, para isso foram realizadas reformas administrativas cuja intenção era a maior eficácia do aparato burocrático. Vários problemas afetavam a política mercantilista espanhola como o contrabando das cidades na América, a corrupção interna e nos Vice-Reinos, impossibilidade de aumentar os gastos com o exército, fatores que fizeram com que o interesse Espanhol nas regiões litigiosas com Portugal fosse aos poucos diminuindo.

Para tornar mais efetiva a política ministerial, novas unidades administrativas foram criadas levando-se em conta a realidade geográfica. Além dos vices reinos já existentes, o do Peru e o da Nova Espanha, outros dois novos se formaram após a reorganização administrativa. O de Nova Granada, estabelecido definitivamente em 1739, compreendia, originalmente, o território das atuais Repúblicas de Venezuela, Colômbia e Equador. O vice-reino do Prata, criado em 1776, e do qual fazia parte o Alto Peru, abarcava os territórios que hoje formam as repúblicas na Argentina, Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia. Ambos reduziram a imensa extensão do vice-reino do Peru. Para outorgar maior poder de decisão às autoridades regionais dentro dos vices reinos, foram criadas as capitanias gerais: a da Guatemala, que compreendia toda a América Central, menos o Panamá, que permanecia ligado ao vice-reino de Nova-Granada; a do Chile, a da Venezuela e da de Cuba. (WASSERMAN, C. 2000, pg. 93,94).

Portanto, não se tratava unicamente de uma alteração na sucessão ao trono, mas outro posicionamento com relação aos investimentos, ao modo de encarar os povos indígenas nas Américas, entre outros fatores correntes na política da era moderna.

Há um primeiro reformismo que se inicia com a ascensão de Filipe V (Bourbon) ao trono Espanhol, sobretudo depois do término da Guerra de Sucessão da Espanha. No reinado de Filipe V (1700-1746), as reformas foram principalmente de caráter administrativo e econômico, seguindo os moldes franceses, inclusive um mercantilismo colbertista. (...) O Absolutismo esclarecido espanhol teve características econômicas e administrativas, com especial apoio à agricultura e às manufaturas, assim como ao comércio. No comércio e nas manufaturas predominaram as preferências neomercantilistas de Campomanes (1723-1802), sendo implementadas grandes mudanças nas relações com os domínios da América, na esteira de reformas administrativas. Todavia, apesar dos discursos em contrário, as reformas quase não tocaram no patrimônio fundiário da nobreza e apenas arranharam o clero, deixando

praticamente intactos o poder e influência desses dois estados. (FALCON, 2006, pg 61).

O direito internacional buscava regular a ocupação e atuação dos reinos europeus interessados nas Américas. Os tratados de Utrecht, que diziam respeito às posses ibéricas, definidos entre 1713 e 1715 nos Países Baixos, deram a Portugal a posse e a legitimidade da Colônia do Sacramento, porém o entorno da região, segundo o tratado, deveria ser espanhol, bem como as regiões já ocupadas pelos portugueses no Brasil passariam a ser consideradas legítimas. O Tratado de Madrid de 1750 impôs aos indígenas e à Companhia de Jesus uma situação muito delicada, pois segundo este acordo diplomático, a Colônia do Sacramento passaria a ser território espanhol e o território oriental do rio Uruguai, dentre eles os chamados Sete Povos das Missões, as estâncias implantadas pelos jesuítas, e os ervais das Missões passavam a ser de Portugal:

Portanto, a quem interessava as relações cordiais e pacíficas, expostas na introdução do Tratado de Madrid? Evidentemente ao Estado Absoluto, porque era um momento de acerto político, onde delineia-se, pela primeira vez, a integração do Cone Sul. Por outro lado, basicamente, percebe-se que o tratado propalava o equilíbrio e comprometia as possibilidades de barganha das Missões jesuítico-guaranis, frente à Coroa de Espanha, a partir do instante que restringia o espaço de atuação das mesmas enquanto guardiãs da fronteira. Boa parte da área geoeconômica missioneira passaria aos domínios da Coroa de Portugal, diminuindo o número de povoados, gado e plantações que estaria sob a égide da Espanha. Vê-se a marginalização gradativa do guarani-missioneiro no transcorrer do processo histórico. Basta observar que o tratado predispôs as Missões à margem das decisões governamentais, das cláusulas e da execução, demonstrando que nada representam, porque na verdade foram excluídas das decisões. Coube-lhes apenas a função de executar as ordens. Esse é um momento de desafio crucial à experiência missioneira, pois profundas alterações históricas ocorreram no tempo (segunda metade do século XVIII) e no espaço, da margem oriental do Rio Uruguai até as proximidades dos rios Quaraí e Jacuí (hoje território sul-rio-grandense). (QUEVEDO, 1997, p. 72).

O contexto da Guerra Guaranítica (1754-1756) é definido pelo caráter de intransigência e impossibilidade de qualquer negociação que amenizasse a situação indígena, de um lado o avanço do colonizador, e do outro a resistência de uma população, assim seguia o massacre dos povos originários, que apesar da evangelização ainda buscavam manter de alguma forma suas referências em meio à nova realidade. A

superioridade militar dos ibéricos frente aos que recusaram abandonar à própria terra foi determinante para que fosse uma guerra injusta e desigual.

No discurso dos ilustrados, os jesuítas aparecem como os instigadores da Guerra Guaranítica. Todavia, dos escritos jesuíticos despreende-se a ideia de que os padres tudo fizeram para persuadir os índios a transmigrarem, conforme Juan Escandón, e aceitarem o Tratado de Madrid. Os jesuítas culpavam a má condução de Gomes Freire nos negócios da delimitação. O certo é que o massacre daqueles guaranis foi uma das implicações da reestruturação da política ibérica. A situação de conflito foi desencilhada pelo não entendimento das autoridades constituídas do processo histórico missioneiro. Por fim, a guerra serviu de pretexto para inculcar o antijesuitismo dos novos governos ibéricos no seio da sociedade. (QUEVEDO, 1997, p. 91).

Após o término da guerra, as relações da Companhia de Jesus com as cortes ibéricas foram se dilacerando, o que culminou com o decreto de Carlos III em 1767 que expulsava os jesuítas tanto da Espanha quanto das possessões ultramarinas espanholas, atitude que já tinha sido tomada pelo reino de Portugal, o projeto apostólico/político das Missões chegava ao fim. Da mesma forma, os jesuítas foram expulsos de Portugal, e do Brasil, ambos os reinos ibéricos suspeitavam de certa forma, da maneira como estavam organizados os territórios possuídos pela Companhia de Jesus, afirmavam, dentre outros fatores, que a demasiada autonomia dos povoados missioneiros poderia ser prejudicial em algum momento.

A monarquia afirmou seu poder sobre a Igreja de maneira dramática quando em 1767, Carlos III seguiu o exemplo de Portugal e decretou a expulsão de todos os jesuítas de seus domínios. Era, naturalmente uma medida que advertia a Igreja sobre a necessária obediência absoluta. Pois os jesuítas eram conhecidos pela sua independência da autoridade episcopal, por sua intransigência em relação ao pagamento dos dizímos eclesiásticos, por sua devoção ao papado, por sua riqueza extraordinária e por sua habilidade em litígios com a burocracia real. No Paraguai haviam estabelecido um virtual Estado dentro de um Estado, governando 96 mil índios guaranis protegidos por sua própria milícia armada. Em outros lugares, como Sonora e as províncias amazônicas de Quito, a ordem dirigia uma série de unidades missionárias. Igualmente importante, em todas as principais cidades do Império, os colégios jesuítas educavam a elite crioula. (BETHELL, L, 1997, p.404).

Devido à revolta dos indígenas dos chamados Sete Povos das Missões⁷ que ainda resistiam a essas mudanças, o Tratado de Madrid foi anulado em 1761. Além disso, continuavam os conflitos na região, com tropas espanholas invadindo a ilha de Santa Catarina e áreas do Rio Grande do Sul. Foi assinado então o tratado de Santo Ildefonso (1777), onde Portugal ficou com a ilha de Santa Catarina e quase todo o Rio Grande; a Espanha, com a Colônia do Sacramento e os povoados missioneiros ao leste do rio Uruguai. Por fim, com o Tratado de Badajós em 1801, Portugal manteve a posse dos Sete Povos das Missões, enquanto Espanha renunciava a esse território.

Percebe-se, portanto, que os conflitos armados eram recorrentes na América do Sul neste período, e não eram somente Portugal e Espanha a quem interessava o projeto colonial, a lógica da colonização e do imperialismo era praticada pelas potências da época, Inglaterra, França, Holanda, não somente nas Américas, mas na África e na Ásia. A invasão do nordeste do Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais, empresa mercantilista holandesa é um exemplo, de vários outros possíveis, das práticas vigentes no período. Frequentemente regiões de fronteira eram ameaçadas, nesse sentido que os acordos diplomáticos passam a ter enorme importância no cenário internacional, pois era cada vez mais penoso aos cofres reais o confronto direto com outros reinos.

No século XVIII, Portugal estabeleceu definitivamente seu modelo de colonização no extremo Sul, assim, a instabilidade fronteiriça que predominou nessa região através de inúmeras disputas geopolíticas ao longo dos séculos XVII, XVIII, diminuiu um pouco de ritmo, mas não cessou, no século XIX temos vários exemplos de conflitos que não envolviam mais um inimigo estrangeiro, e eram movidos por outras motivações. Assim, podemos dizer que esse clima de instabilidade não deixou de existir pelo menos até o século XX.

A apropriação das terras e a formação das estâncias pastoris do sul do Brasil teve no seu bojo uma forte presença militar. O militar, desde que a ocupação do território sulino pela coroa portuguesa no século XVII, recebia como prêmio áreas de campo como incentivo para defender ou conquistar novas áreas dos castelhanos na Bacia do Prata. No século XVIII, esses militares passaram a constituir uma poderosa classe de grandes proprietários – militares que procuravam expandir a apropriação dos campos nativos em direção às áreas ocupadas por castelhanos. (ZARTH, 1997, p.51).

⁷Povoados Missioneiros de São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço Mártir, São Miguel Arcanjo, São João Baptista e Santo Ângelo Custódio.

Dentre as razões que explicam o interesse português na colonização e povoamento do sul do Brasil era principalmente o ponto estratégico de fronteira com os territórios platinos e as possibilidades comerciais que se abriam com os portos do Rio da Prata. Assim, o povoamento do sul se intensificou e cidades como Rio Grande, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre e Rio Pardo consolidavam a presença lusa no sul do Brasil.

O início da conquista ocorreu no período 1701-1725, quando os luso-brasileiros desenvolveram uma sondagem lenta e gradual da terra, observando suas possibilidades e problemas, muito bem expressos nas crônicas dos que percorriam o território entre a colônia do S. Sacramento e Laguna – SC. Com a “Tropa de João de Magalhães” foram incorporadas as terras litorâneas, sendo que a doação das primeiras sesmarias em 1733, inseriu o Rio Grande no colonialismo luso, transformando a região em domínio português. No nordeste e leste do conhecido Continente de Rio Grande ou Campos de Viamão, os luso-brasileiros concentraram-se durante um bom tempo e por isso passou a ser necessário tomar posse definitiva da região conquistada, litoral do Rio Grande, o que levou à construção do Presídio Jesus-Maria-José em 1737. (QUEVEDO, 1992, p.147).

Estas cidades coloniais teriam influência regional e nacional, em termos econômicos, somente no século XIX⁸, dentre vários fatores, dentre eles, a inexistência de investimentos na industrialização e nas manufaturas, e o próprio mercado interno ainda incipiente. Viotti da Costa (2007) nos confere um panorama da urbanização do Brasil no século XIX, e como foi tardio o processo de surgimento de cidades fora dos moldes coloniais ou dos “potentados rurais”:

O trabalho escravo ou semi-servil, o latifúndio, a economia baseada na exportação de produtos tropicais, bem como a instituição de um sistema político paternalista baseado num sistema de clientela e na marginalização de extensas camadas da sociedade foram responsáveis, no século XIX, por um tipo de urbanização que não segue as formas de modelo clássico de urbanização fundado na análise do processo urbano nas áreas centrais do sistema capitalista. As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX – desenvolvimento de ferrovias, imigração, abolição da escravatura, crescimento relativo de mercado interno e incipiente industrialização - não foram de molde a alterar profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial quando, com exceção dos principais

⁸ Em 1809 ocorreu o primeiro vilamento da Capitania de São Pedro, por ato do Príncipe Regente D. João, que definiu as primeiras quatro vilas: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância vivendo na órbita dos potentados rurais. (DA COSTA, 2007, p.235).

A grande disponibilidade de campos, o trato com o gado, a vida agrária e o sustento através da agropecuária consolidaram o modelo da grande propriedade e grupos sociais como os fazendeiros, arrendatários, posseiros, geralmente indivíduos ligados a terra e a sobrevivência a partir dela poderiam ser encontrados principalmente no sul do atual Rio Grande do Sul, por outro lado, apesar de também existirem latifúndios no norte, ainda predominava as florestas, os ervais e vastas propriedades não demarcadas e assim uma população dispersa, que perdurou até o final do século XIX.

1.3 Imigrantes e descendentes de imigrantes na região das Missões

O Brasil tornou-se independente nas primeiras décadas do século XIX, construído sob o regime político monárquico de caráter imperial, em 1824 quando outorgada a primeira Constituição que garantiu ao Brasil a soberania internacional e por ela a antiga capitania de São Pedro, o RS tornou-se Província do Rio Grande de São Pedro, o qual se manteve até o início do regime republicano em 1889. Entre os debates nacionais que ocorriam naquele período podemos destacar a integração do território rio-grandense ao Brasil, isto é, a integração da região à nação. No entanto, este debate é uma das tantas heranças coloniais da região, pois a colonização e povoamento português do atual território do Rio Grande do Sul foram tardios em comparação com as outras regiões do Brasil. As paragens sulinas só foram integradas a América portuguesa em meados do século XVIII, mesmo que o ano de 1730 date da doação da primeira sesmaria portuguesa em terras sul-rio-grandenses, somente em 1760 é que o governo português criou a Capitania de São Pedro, cumprindo o acordo diplomático assinado em Madri, em 1750.

Nas primeiras décadas dos oitocentos a ideia do “branqueamento”, não era exclusividade do Império brasileiro, no sul, a intenção não era substituir a mão de obra escrava como comumente poderia se pensar, mas branquear o país com imigrantes europeus, além de povoar regiões inóspitas para o Império. Para tomarmos como comparação e percebermos como era tendência política na época, a Argentina como um

país que investiu maciçamente na imigração recebeu um total de 8.091.253 imigrantes entre 1870 e 1960 (FAVERO, B, 2013 p.66), principalmente alemães e italianos, ficando somente atrás dos Estados Unidos no número total de entrada de imigrantes. O Rio Grande do Sul foi o terceiro estado brasileiro a receber maior contingente de imigrantes.

Na imigração para o Brasil, ao longo do período 1872-1969 mantêm-se os portugueses (entre 20% e 60% do total de imigrantes), seguidos por italianos e espanhóis, como grupos majoritários. Quando os alemães não formam o quarto grupo do período em pauta (início da República até o pós-Segunda Guerra), manifesta-se a imigração russa, nos primeiros anos da década de 1910, e posteriormente, a japonesa. (SCHÄFFER, 1994, pgs.166,167.).

Especificamente sobre a intencionalidade dos projetos migratórios para o Rio Grande do Sul:

No caso do Rio Grande do Sul, é importante lembrar que o estabelecimento de imigrantes teutos, a partir de 1824, não visou à substituição do trabalho escravo, mas sim a colonização das terras meridionais através do estabelecimento de núcleos coloniais onde os imigrantes tornar-se-iam pequenos proprietários dedicados a uma agricultura policultora. Foi a possibilidade de tornarem-se proprietários de terras que motivou um grande número de agricultores e artífices alemães a emigrarem para o Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. Como já ressaltou Helga Piccolo (1989), a imigração alemã iniciou no Rio Grande do Sul quando o sistema escravista ainda não estava em crise no Brasil e, portanto, o imigrante alemão não pode ser visto como um substituto do escravo. (...) Os imigrantes que se dirigiam para o Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os à terra, formar colônias que produzisse gêneros necessários ao consumo interno. Localizavam-se próximos de um centro urbano, mas suficientemente distantes das áreas da grande propriedade, de modo a não representar uma ameaça à sua hegemonia política e econômica (ZUBARAN, 1994, p.19, 66,67).

Os projetos de imigração no alvorecer do Império Brasileiro foram distintos e a alternância política também influenciava nas políticas migratórias, a intenção não era provocar mudanças na sociedade estabelecida a partir do latifúndio e da mão-de-obra escrava.

Foi o governo brasileiro que atraiu os emigrantes europeus, oferecendo-lhes diversas vantagens em dinheiro ou em espécie. Por resolução imperial introduziu-se essa colonização. O Imperador D. Pedro I interessou-se,

pessoalmente, pelo povoamento e pela exploração de novas regiões do Brasil por brancos não-portugueses. (...) A história administrativa da colonização não deixou de sofrer influência da história política e divide-se, como a do Brasil, em duas grandes fases: uma vai do começo da colonização até a queda do Império, a outra corresponde á República. Contudo, cada uma dessas fases abrange diversos períodos, conforme a colonização dependia do governo central ou do governo local e gozava do favor ou desfavor oficial. (ROCHE, 1962, p. 93,94).

Na perspectiva de Roche (1964), o processo de imigração sistemática para o Brasil pode ser dividido em fases e períodos. A 1ª fase compreende o período de 1824 a 1889, onde a colonização fora dirigida pelo Império, nesta fase, três períodos distintos são apontados: o primeiro entre os anos 1825 a 1847, caracterizado pelo próprio Governo Imperial dirigindo a colonização; no segundo período entre os anos 1848-1874 onde então o Governo Provincial assumiu as responsabilidades e iniciativas para com os imigrantes e as colônias; e um terceiro período que compreende os anos de 1874 a 1889, marcado pela frieza e descaso dos governos locais para com a colonização, sendo esta conduzida, portanto, pelo Governo Geral. Na 2ª fase temos, então, a administração republicana. Assim, o quarto período abrange os anos de 1890 a 1914, onde o Governo Republicano recebeu novas atribuições e foi responsável pelo desenvolvimento e criação de novas colônias; no quinto e último período que é a partir de 1914 a imigração perde cada vez mais força, restando a manutenção do que já havia sido estabelecido:

Na segunda metade do século XIX, o governo do Rio Grande do Sul procedeu a um levantamento minucioso das terras devolutas disponíveis, bem como à medição e legalização das posses privadas, atendendo às exigências estabelecidas pela Lei de Terras de 1850 e o Ato Adicional de 1854. No início da República, essa fiscalização foi mais rigorosa, com a aprovação do Regulamento de Terras e Colonização, em 4 de julho de 1900 (IOTTI, 2001), com o objetivo de recuperar novamente as terras apropriadas irregularmente por fazendeiros e posseiros, revendendo-as posteriormente a particulares e empresas de colonização. A grande região Norte/Noroeste do estado, também chamada de região serrana, Cima da Serra, geograficamente integra o Planalto Médio gaúcho. O município mais antigo e proeminente era Cruz Alta, fundado em 1834. Ao longo do século XIX, instalaram-se nessa região grandes latifúndios de criação de gado, ocupando as áreas de campo. Paralelamente, desenvolveu-se o extrativismo sazonal da erva-mate nos ervais públicos, fonte de renda dos pequenos lavradores nacionais e posseiros. Em menor escala, praticava-se uma agricultura de subsistência nas áreas relegadas pelo latifúndio. Predominavam, contudo, extensas áreas de terras devolutas, cobertas de mata nativa, as quais foram incorporadas gradativamente às zonas coloniais. (NEUMANN, 2012, p.4).

Neste período que o Rio Grande do Sul recebeu expressivo número de imigrantes, a fundação de colônias, juntamente com financiamentos e incentivos estatais para o estabelecimento dos novos colonos era política permanente, com seus defensores e críticos.

É avultado o número de imigrantes que entraram no Rio Grande do Sul no período que se estende entre os anos 1889 a 1925. A grande maioria dos recém-chegados dirigia-se para a região florestal, e além deles, também havia o grande número dos descendentes de colonos oriundos de colônias velhas, os quais se encaminhavam para cima da serra em busca de novas terras. Assim, pode-se afirmar que a região conheceu uma grande explosão demográfica no período e sua consequência maior foi o acirramento das disputas relacionadas ao processo de apropriação territorial. Para se ter uma ideia, o aumento populacional nessa região foi tão intensivo que, entre os anos de 1872 e 1920, o número de habitantes que lá viviam cresceu mais de 8 vezes o seu montante inicial passando de 34.822 habitantes para 284.777. No mesmo período, a população do Rio Grande do Sul, que era de 446.962 pessoas em 1872, passou para 2.182.713 em 1920, ou seja, cresceu 4 vezes seu número inicial. O Brasil, por seu turno, registrou um crescimento populacional de 3 vezes a sua quantidade inicial: de 10.112.061 habitantes em 1872, passou para 30.635.605 em 1920. (BOTH, 2011, p.64).

O final do século XIX e início do XX marcou o contexto de transição republicana, também se alteraria o cenário do Planalto sul-rio-grandense que antes era caracterizado pelas regiões florestais e as grandes propriedades receberiam investimentos estatais para o desenvolvimento de novas colônias e linhas, que seriam fundadas a partir do avanço sobre a mata, e as terras em seu entorno demarcadas para venda ou para registro de posse:

Pela carta Constitucional de 24 de fevereiro de 1891 o Governo Federal transferiu o domínio das terras públicas aos Governos Estaduais. Passou, assim, o Estado do Rio Grande do Sul a responsabilizar-se totalmente pela colonização, iniciando nova fase pela zona a noroeste do Estado, região onde foram fundadas as colônias de Guarani e Ijuí. Mais tarde, a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, passando pelo município de Passo Fundo, deu novo impulso à colonização dessa zona. Foi criada então a colônia de Erechim, que teve desenvolvimento rápido, tanto assim que, em apenas dez anos, foi elevada a município. (NOGUEIRA, HUTTER, 1975, p. 156).

Both (2011) destaca a diferença na formação e consolidação de cidades do norte e do sul do Rio Grande do Sul:

(...) Por esta justaposição das duas malhas, fica visível o quanto os espaços de colonização sofreram, ao longo do século XX, um intenso processo de divisões e subdivisões, enquanto no sul, alguns municípios – Alegrete, por exemplo – continuam atualmente com a mesma dimensão que tinham no início do século passado. Grande parte dos municípios criados da região de matas são originárias de colônias públicas e privadas. No espaço que, em 1900, situavam-se Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Ângelo e Palmeira das Missões, foram fundados, desde 1912 até o ano de 2009, em torno de 170 municípios, sendo alguns originários de linhas coloniais que, inicialmente, eram as divisões tradicionais dadas às colônias. (BOTH, 2011, p. 47).

No início século XX era o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que se encontrava a frente do governo estadual, seus principais líderes eram Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. As iniciativas econômicas do partido, com relação à política de apropriação territorial resultaram em medidas para regularizar o processo de privatização das terras, que também era uma nova estratégia para gerar novas alternativas em termos de arrecadação e aumento das receitas do estado.

A política fiscal do PRR no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República (1889-1930), foi de tal forma modernizadora e inédita no contexto nacional, seu contemporâneo, que serviu de laboratório para a futura política fiscal e econômica do que viria a denominar-se o “Estado desenvolvimentista brasileiro”. (...) Brevemente, a política fiscal meridional mexeu com um dos pilares sociais do Estado, pois taxou a grande propriedade fundiária e isso foi extraordinário para um país agrário, e, desde sempre, predominantemente dominado pelos interesses dos grandes proprietários fundiários. (TARGA, 2007, p.246).

A criação de órgãos estatais aponta para a demanda de questões a serem resolvidas, relacionados à colonização e comercialização de terras, evidenciando que este processo era permeado por problemas sociais.

Embora muito dos projetos políticos de colonização e povoamento do governo republicano tenham herdado características e concepções do período imperial, a partir da República, novos elementos são introduzidos nas políticas públicas relacionadas à agricultura, à imigração, ao controle sobre as terras devolutas e à constituição de um tipo de agricultor ideal. A criação, pelo Governo Federal, em 1909, do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) e, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), são exemplos disso. Já em termos locais, entre 1907/1908, acontece a estruturação da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) a qual, no Rio Grande do Sul, foi responsável

por gerenciar os temas relacionados à questão indígena, à agricultura e à colonização. (BOTH, 2011, p.41).

Essa realidade da região noroeste é um dos focos da tese de Both (2011) “*Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*” onde através dos relatórios da DTC e da documentação da burocracia estatal constata que:

O objetivo principal perseguido pelos funcionários de Estado era manter o controle sobre o processo de apropriação territorial, buscando garantir que as rendas advindas da privatização de terras devolutas ficassem com o Estado. Além disso, também existia a preocupação de formar um tipo específico de trabalhador rural, cuja peculiaridade deveria ser o reconhecimento da propriedade da terra e a prática de uma agricultura definida como racional e geradora de divisas para o estado. (...) Uma das conclusões possíveis de se formulada, a partir da leitura dos diferentes relatórios e mensagens, é a de que o processo de apropriação territorial do Rio Grande do Sul foi atravessado por problemas. Nesse sentido, as questões relativas à apropriação irregular de grandes extensões de terras, a existência de um contingente considerável de pessoas que ficaram à margem do processo, os conflitos relativos à demarcação de posses, fundação de colônias e estabelecimento de imigrantes são assuntos recorrentes ao longo dos documentos. Contudo, segundo os autores dos relatórios e das mensagens, tais problemas eram herança do passado imperial, sendo que o governo republicano vinha realizando esforços no sentido de pôr uma regularidade ao processo. (BOTH, 2011, p. 25,27).

A diversidade étnica originada pelo contexto imigrante é interessante e presente na maioria desses novos povoados do início do século XX. O autor destaca esse elemento no próprio título, ou seja, “Babel do Novo Mundo”, essa designação vai ao encontro da definição de colônia mista, o qual parece se aplicar à Santa Lúcia. Essa expressão foi usada pelo padre polonês Antoni Cuber “originário da Silésia e primeiro vigário da Colônia Ijuí, em suas memórias descreve-a como Babel do Novo Mundo” (BOTH, 2011, p.144). A existência nesta região de imigrantes e seus descendentes poloneses, húngaros, italianos, alemães, dentre outros, é uma particularidade que define muitas comunidades fundadas no planalto neste período. Este fator resultou muitas vezes em conflitos étnicos nessas comunidades, pois passou a fazer parte da política governamental criar núcleos populacionais etnicamente heterogêneos, e não raramente colocava em contato populações que em suas regiões originárias na Europa, eram “inimigas”. Ao longo do segundo capítulo continuamos neste domínio das relações entre pessoas de diferentes origens sociais em Santa Lúcia, pois foi mediante a

integração desses diferentes grupos sociais que o povoamento e a criação de instituições tornaram-se possíveis.

1.4 O povoamento na vila Santa Lúcia

As origens do município de Caibaté nos remetem primeiramente ao século XIX, quando tropeiros denominaram por “Rondinha” um local propício para a pastagem e descanso do gado, porém a explicação para o povoamento do atual núcleo urbano do município encontra-se no loteamento das terras do antigo proprietário, Joaquim Gomes Pinheiro Machado, pelos seus herdeiros, e a posterior regularização para venda em lotes coloniais pelo engenheiro Henrique Leopoldo Seffrin⁹, que ocorreu a partir de 1921. A predominância da designação colônia ocorria pela presença de descendentes de imigrantes, alemães ou gringos, conforme a denominação que ainda é corrente na região das Missões. Como dito anteriormente, em 1927 foi localizada a primeira sede distrital, naqueles anos Santa Lúcia era conhecida como 8º distrito de São Luiz Gonzaga. A oferta de lotes coloniais não era exclusividade da região noroeste, em todo o norte do Rio Grande do Sul o intenso fluxo de descendentes de imigrantes, o avanço sobre as regiões de mata, e a criação de povoados e colônias era muito comum no período. No Anexo E (Registro de Compra e Venda de 1925) consta este registro de transação de propriedades rurais onde são mencionados Tranquilino Ribas Pinheiro, envolvido na venda e herdeiro, e Jacob Seffrin, que adquiriu propriedades no local.

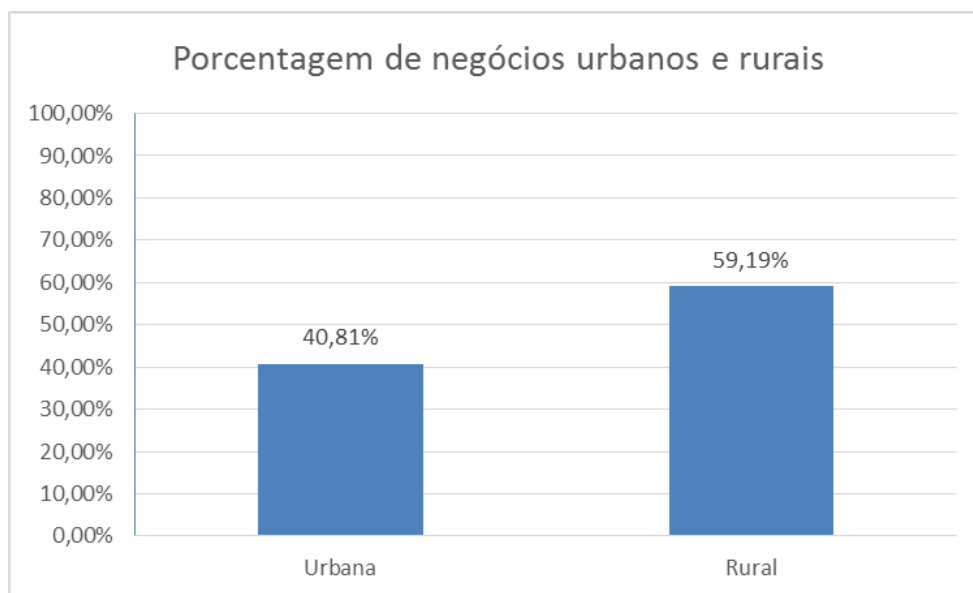
A economia da região neste período e os indivíduos que buscaram a compra de propriedades em Santa Lúcia fazem parte do que Jean Roche (1969) definiu como “enxamagem”, e pode ser explicado por vários fatores, o modelo de pequena propriedade, o desgaste do solo praticado pelas primeiras gerações de imigrantes cujas consequências com o decorrer do tempo foram de ordem demográfica, econômica e

⁹ANEXO J (Resumo Histórico do Município de Caibaté) - A colônia de Santa Lúcia pertencia a um herdeiro de Joaquim Gomes Pinheiro Machado, que se chamava Tranquilino Ribas Pinheiro. Este herdeiro vendeu sua parte hereditária para o engenheiro civil Henrique Leopoldo Seffrin, de Santo Ângelo, mediante uma procuração em causa própria que foi passada em princípios de dezembro de 1919 no Cartório de Santo Ângelo. Nesta procuração o engenheiro Seffrin teve que pagar uma entrada de 600 contos de reis. Uma vez regularizada esta parte o engenheiro civil começou a dividir as terras. Naturalmente levou alguns anos para fazer a exploração das águas, fixar divisas com outros herdeiros, fixar divisas com herdeiros de João Antunes Ribas. Todo esse trabalho o engenheiro Henrique Leopoldo Seffrin fez com o auxílio de operários desempregados que moravam nessa zona.

social, o que para este autor teria modificado o equilíbrio do Rio Grande do Sul. A vila Santa Lúcia deve ser inserida nesse contexto de mudanças, onde pessoas de diferentes origens sociais compuseram a história de sua criação, esta característica lhe confere a denominação de colônia mista, pois os agentes sociais presentes nesta colônia variavam entre caboclos/lavradores nacionais e colonos imigrantes e seus descendentes, sem exclusividade de alguma nacionalidade. No entanto, essas definições possuem suas variações.

Entre os historiadores, não há consenso relativo ao emprego do termo *caboclo*. Para Paulo A. Zarth (1998), *caboclo* não pode ser sinônimo de camponês no sul do Brasil, visto que há uma distinção nítida entre dois tipos de camponeses que formam o campesinato regional. O *colono* é o camponês imigrante ou descendente de imigrantes europeus de origem não ibérica, enquanto *caboclo* se refere ao *lavrador nacional* e ao seu modo de vida diferenciado, que se aproxima ao modo de vida indígena – por essa razão Willems (1980) e Waibel (1979) consideraram que muitos imigrantes alemães haviam se *acaboclado*. Tanto para o colono quanto para o caboclo, a terra constitui um lugar de trabalho, necessário para a produção e a reprodução do seu modo de vida. (NEUMANN, 2012, p. 8).

A seguir, apresento alguns gráficos baseados na transcrição de 49 registros de compra e venda produzidos pelo Cartório de Registros da Vila Santa Lúcia entre 1927 e 1928.

Gráfico 1.

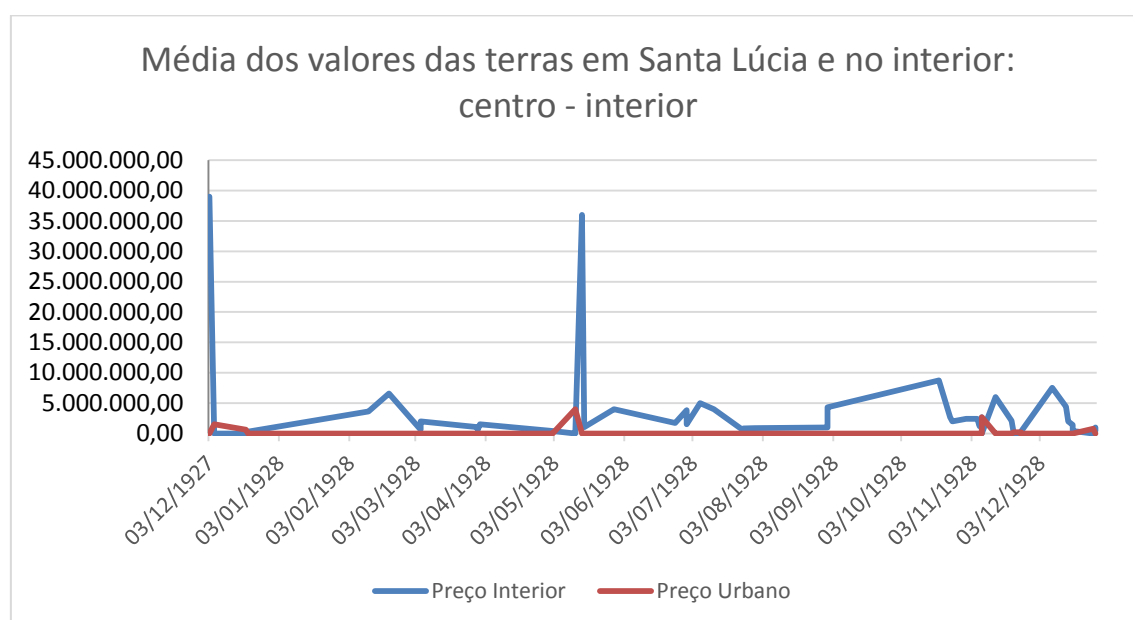
Fonte: 49 registros de compra e venda na vila Santa Lúcia em 1928, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

O número de negócios que dizem respeito a terras e propriedades com mais de 10 hectares era mais comum que a compra de lotes coloniais, segundo os registros de 1928. Os preços das propriedades na documentação selecionada também demonstram que terras e matos eram mais valorizados que lotes coloniais. Sobre essa estimativa de preço das propriedades, a partir de 1890 com o número de imigrantes os valores das terras aumentavam cada vez mais, bem como a demanda.

Além dessas questões de mercado e de projetos de desenvolvimento agrícola, o sentido da imigração consistia, sobretudo numa estratégia de valorização das terras, o que explica, entre outros motivos, a insistência nos imigrantes em detrimento dos lavradores nacionais. Outro aspecto importante considerado pelas autoridades locais para justificar a necessidade de imigrantes, e que também se relaciona com a política de valorização de terras, é o isolamento da região. A colonização se fazia necessária para amenizar o relativo isolamento regional. As queixas nesse sentido eram tantas que alguns estancieiros locais e políticos chegaram a propor a autonomia política da região através da criação da Província das Missões. (ZARTH, 1997, p.80).

Tomando por base algumas décadas mais tarde, em 1940 no Brasil¹⁰ a população rural e urbana em relação à população total era 68,76 rural para 31,24 urbana, o que ajuda explicar as possíveis causas dessa diferenciação, portanto no fim da década de 1920 a concentração de pessoas nas áreas rurais em Santa Lúcia era maior, assim como a disponibilidade de terras para negociação, o número de campos e matos nas transações também.

Gráfico 2.



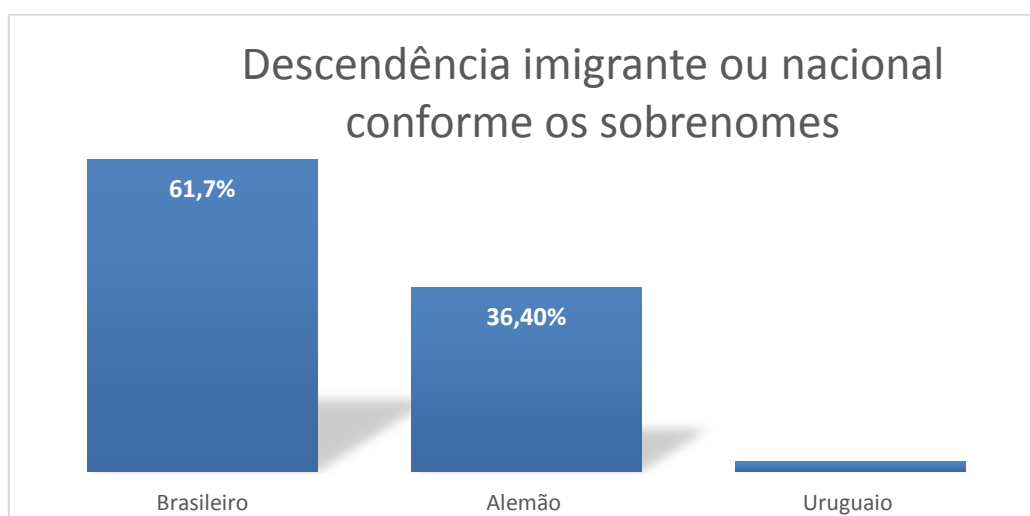
Fonte: 49 registros de compra e venda na vila Santa Lúcia em 1928, APERS.

Nesta mesma perspectiva constatamos a enorme discrepância entre os valores envolvidos na venda de terras e matos na comparação com lotes coloniais, mesmo porque os lotes muitas vezes não passavam nem de cinco hectares e a região por ter a pecuária dentre as suas principais atividades econômicas elevava o preço da terra. Também devemos registrar que pela série ser curta este é um dos fatores que pode limitar a análise, o ideal seria uma década ou mais o que demandaria analisar todos os Livros de Registros disponíveis no APERS.

¹⁰ Fonte: GONÇALVES, M, A, I. A População Brasileira de 1872 a 1970: Crescimento e Composição por Idade e Sexo. Cebrap, São Paulo Brasil.

Uma das hipóteses iniciais desta pesquisa era a de que a maioria dos indivíduos que moravam nesta comunidade em 1928 seria de origem imigrante não ibérica, portanto a maioria de colonos imigrantes e seus descendentes, mas o que percebemos através dessa seleção é que das pessoas que fizeram parte do mercado de terras e buscaram o Cartório de Registros da 8ª Comarca de São Luiz Gonzaga, Santa Lúcia, o número de caboclos/ lavradores nacionais/ colonos brasileiros, fazendeiros, foi maior naquele ano. Dentre algumas conclusões possíveis é que o processo de compra e venda no povoado estava começando naquele período e se intensificaria nas próximas décadas, como por exemplo, nos anos 1950/1960 quando o êxodo rural causou grande transformação em todo o Brasil. Ainda sobre este gráfico devemos lembrar que nos referimos à descendência do sobrenome, e não sobre a nacionalidade, pois praticamente todos eram brasileiros.

Gráfico 3.



Fonte: 49 registros de compra e venda na vila Santa Lúcia em 1928, APERS.

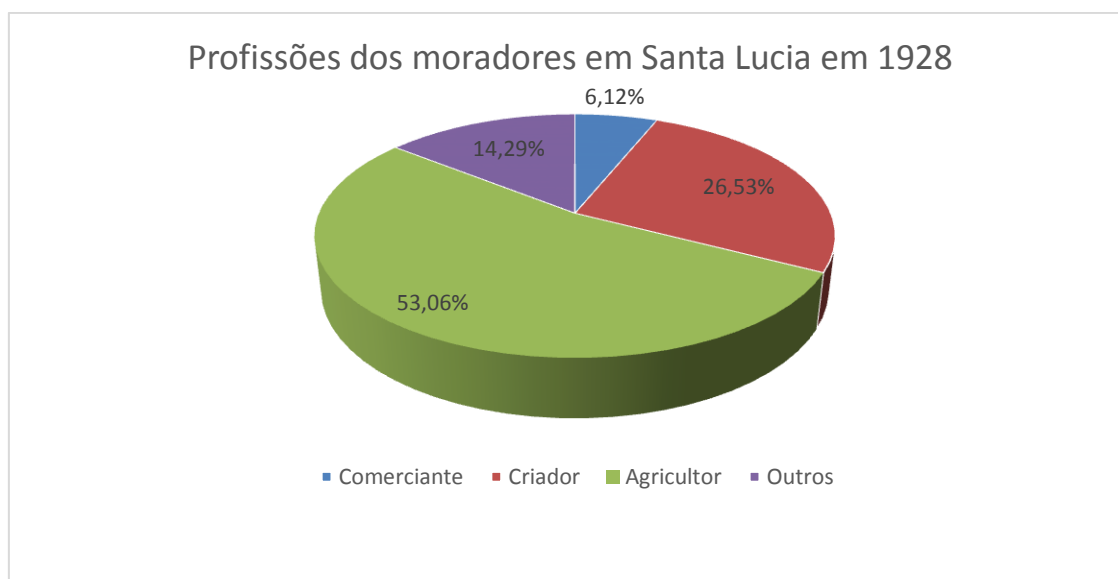
Nesses registros de compra e venda nem sempre havia somente um comprador ou vendedor, a partir da análise dos sobrenomes foi possível realizar um levantamento que nos demonstrou famílias ligadas às grandes propriedades e negociantes de terras, como é o caso de Cristiano Teixeira Machado, primeiro subprefeito de Santa Lúcia em

1928, presente não somente na documentação relacionada ao comércio de terras, mas como testemunha de quitações de dívidas, negócios envolvendo familiares, e que em uma dessas vendas negocia 650 hectares. Trata-se de um dos moradores de Santa Lúcia que aparece com maior frequência na documentação.

Deve ser ressaltado que a incidência de origem alemã nos sobrenomes não exclui a existência de outras descendências, este resultado ocorreu, provavelmente, pela seleção e análise não se expandir para um período maior de tempo, que resultaria em uma amostra mais diversificada dos indivíduos e negociações no local.

O gráfico abaixo leva em consideração os 49 registros selecionados, e a porcentagem da incidência das profissões de agricultor (53,06%), criador (26,53%), e comerciante (6,12%), e outros (14,29%), nesses documentos. Dentre outros fatores, pode ser demonstrado através dessas profissões, o caráter rural dessa sociedade em formação.

Gráfico 4.



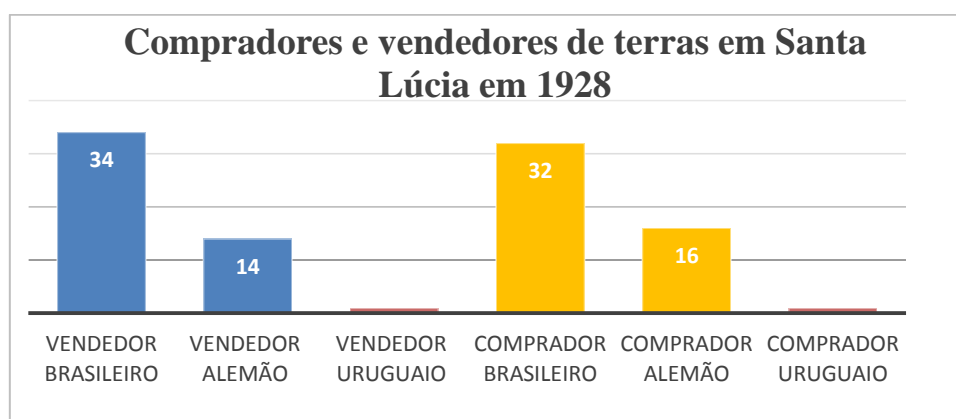
Fonte: 49 registros de compra e venda na vila Santa Lúcia em 1928, APERS.

No Anexo N (Relação de Nomes e Profissões) disponibilizamos uma lista das pessoas e suas profissões conforme a documentação os mencionava, a grande

quantidade de criadores e agricultores reforça a predominância para a valorização do preço de campos e matos. A profissão de comerciante foi a terceira mais citada, o que aponta para a existência de considerável fluxo populacional. O Anexo N refere-se a outros documentos, dentre eles os Instrumentos de Procuração Bastante, onde se registrava quitação de dívidas, registro de filhos naturais, procurações diversas. Com a criação do Cartório na vila de Santa Lúcia não existia mais a necessidade de deslocamento para São Luiz Gonzaga (em torno de 48 km de distância do centro de Santa Lúcia), e a procura pelo Cartório foi grande de acordo com a documentação que produziu. Dentre os ofícios ligados aos moradores de Santa Lúcia consta professor, agenciador, médico, negociante, funcionário público, empregado do comércio, de lidas domésticas, parteira, industrialista, vigário, ferreiro, proprietário e engenheiro civil. Nem sempre a profissão era mencionada, pois ocorria de só ser menciononado o nome do primeiro outorgado/outorgante. Ainda sobre a listagem das profissões, a documentação do Anexo N se estende até 1932, ao contrário dos registros de compra e venda de imóveis que são referentes a 1927 e 1928.

No gráfico a seguir apresentamos a quantidade de documentos, dentre os 49 de compra e venda, onde pudemos fazer um levantamento da origem dos negociantes.

Gráfico 5.

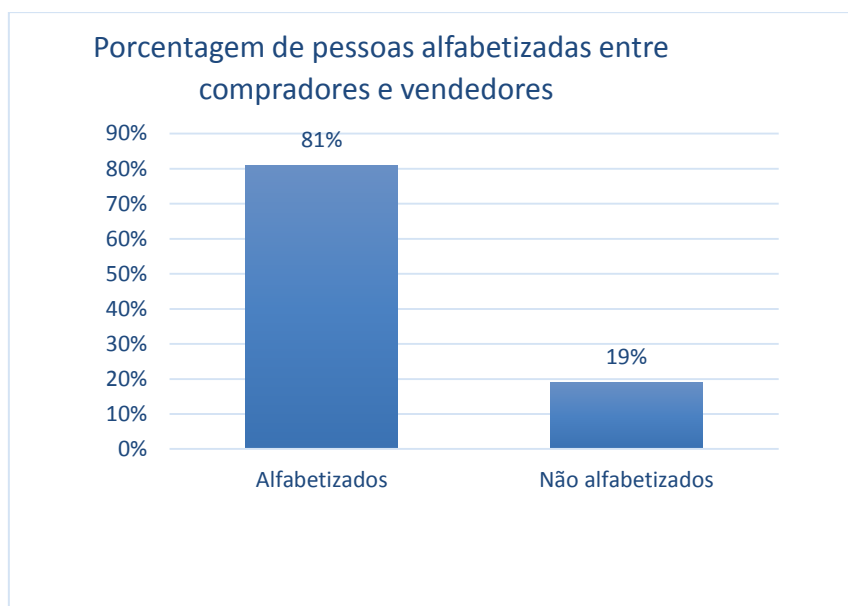


Fonte: 49 registros de compra e venda da vila Santa Lúcia em 1928, APERS.

Ao analisarmos a distribuição entre compradores e vendedores e sua origem imigrante ou não devemos considerar que o processo de privatização do local começou na década de 1920, e que nos primeiros anos de Santa Lúcia a população nacional era maior do que imigrantes e descendentes de imigrantes como nos revelam esses registros.

Finalizamos essa análise com a taxa de alfabetização em Santa Lúcia em 1928, e constatamos que a média era acima do normal em comparação com outras regiões do Brasil no mesmo período. Em 1920 no Brasil¹¹, na faixa de 15 anos ou mais, de um total de 17.564 habitantes, 11.409 eram analfabetas. Já em 1940 de um total de 23.648, o número de analfabetos seguiu na mesma tendência, com 13.269 pessoas. Outra explicação é o tipo da documentação, pois as pessoas que procuravam com maior frequência o Cartório de Registro de Imóveis poderiam possuir maior grau de instrução levando em consideração que escolas paroquiais e comunitárias já existiam no Rio Grande do Sul desde o século XIX. Além disso, nesses registros somente o sobrenome era necessário para concluir a negociação e nem todos que assinavam seus nomes eram alfabetizados, o que explicaria esse número elevado.

Gráfico 6.



Fonte: 49 registros de compra e venda da vila Santa Lúcia em 1928, APERS.

¹¹ Fonte: GONÇALVES, M, A, I. A População Brasileira de 1872 a 1970: Crescimento e Composição por Idade e Sexo. Cebrap, São Paulo Brasil.

Essas questões apresentadas possibilitam afirmar que apesar do menor número de procura pelos lotes urbanos começava naquele período a urbanização de Santa Lúcia, ficam evidentes que a grande propriedade voltada para a pecuária, e a agricultura de subsistência constituíam as atividades predominantes no local. O mercado de terras e a privatização do local que conhecemos hoje por município de Caibaté iniciam a partir desse contexto. Sobre ser uma colônia mista, aspecto que abordamos acima, os grupos sociais que compunham a sociedade eram os novos moradores, geralmente imigrantes e seus descendentes oriundos do processo de enxamagem, e a população que já estava naquela região, de forma dispersa, fazendeiros, caboclos e lavradores nacionais relacionados ao passado colonial da região. A partir do crescimento da vila e da chegada de novos moradores, essas pessoas se integraram e motivados pela atuação e discurso jesuítico na década de 1920 e 1930, trabalharam em conjunto para construir a capela que seria mais tarde o Santuário do Caaró.

Ao longo deste capítulo procuramos demonstrar que as investidas ibéricas alteraram radicalmente a vida dos povos indígenas que viviam nessas terras, as disputas geopolíticas no período colonial, quando se constituíram as Missões jesuítico-guaranis no século XVII cessaram somente por volta do século XIX, o que demonstra a instabilidade e o caráter frouteiriço desse território durante muito tempo. A partir daquele contexto, propomos a discussão acerca de possíveis motivações que levaram os indígenas à resistência frente ao projeto de evangelização cristã, e constatamos que a análise deste evento não deve ser reduzida a uma perspectiva unilateral. Como dissemos no início, é marcante o fato de que na contemporaneidade temos de fazer um esforço para encontrarmos indígenas na região das Missões, apesar da história colonial ser conflituosa e ter diminuído radicalmente o número das populações originárias, os séculos seguintes após a conquista ibérica não melhoraram a situação indígena. Com a predominância do latifúndio e o interesse desses proprietários, juntamente com os incentivos à imigração em massa, essa situação os deixou à margem do processo de apropriação de terras e foi mais um fator desagregador que ajuda a explicar a inexistência de um número mais expressivo de indígenas nestes locais na atualidade.

No capítulo seguinte buscamos evidenciar a rede de conexões existente entre comunidades rurais que se formaram no final do século XIX e início do XX no noroeste do Rio Grande do Sul, isto é, as atividades religiosas compartilhadas nessa região, e sua atuação nos diversos meios da comunidade. Em Santa Lúcia foram padres católicos que consagraram a Romaria do Caaró, e consolidaram a crença nos três mártires católicos.

Em Serro Azul os jesuítas foram atuantes desde a fundação da colônia, suas atividades se diversificaram com o passar tempo, resultando, por exemplo, em Associações de Agricultores e Caixas Rurais, temas que analisaremos na sequência.

2. O PROJETO JESUÍTICO DO FINAL DO SÉCULO XIX NO PLANALTO, “POVOAR NOVAMENTE A ANTIGA REGIÃO DAS MISSÕES AO LONGO DO URUGUAI”.

Neste segundo capítulo abordaremos duas comunidades rurais que se desenvolveram no planalto meridional, bem como as relações e nexos estabelecidos a partir dos vigários responsáveis pelas respectivas paróquias, que orientavam as formas de devoção e o ensino nesses locais. A rede de trocas entre essas comunidades rurais permite identificar a presença de jesuítas, colonos nacionais, caboclos, e descendentes de imigrantes, grupos sociais que permearam nossos estudos no projeto intitulado “Colônia Rondinha/Vila Santa Lúcia: missioneirismo e colonização na região noroeste do Rio Grande do Sul no início do século XX”.

A proximidade e as formas de integração, entre a colônia Serro Azul (atual Cerro Largo), e a Vila Santa Lúcia (atual Caibaté), principalmente a partir dos vigários, e o modelo de povoamento similar são características que fazem Serro Azul imprescindível para entendermos as novas colônias do planalto no início do século XX. O interesse eclesiástico neste espaço aumentou de forma significativa quando o Pe. Carlos Teschauer¹², historiador orgânico da Companhia de Jesus, afirmou ter encontrado o “Caaró”, local onde teria ocorrido o “martírio” de dois dos três padres jesuítas missionários Roque Gonzáles de Santa Cruz, Afonso Rodriguez e Juan Del Castillo que ocorreu em 1628. Posteriormente esta tese seria reafirmada pelo Pe. Luiz Gonzaga Jaegger S.J.¹³ na legitimação do local enquanto sagrado.

Primeiramente vamos historicizar a criação destas duas colônias formadas por indivíduos e famílias que usualmente visavam à agricultura de subsistência, na sequência serão analisadas as fontes produzidas pelos vigários e bispos, as quais citam os agentes envolvidos na aquisição dos terrenos na construção do Santuário do Caaró, a

¹²TESCHAUER, C. **Vida e obras do Venerável Roque Gonzáles de Santa Cruz primeiro apóstolo do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Rio Grande do Sul: Edição da Livraria Americana, 1913. Emérito historiador da Companhia de Jesus, Carlos Teschauer (1851-1930) foi membro da Academia Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

¹³JAEGGER, L. G. **Os três mártires rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria, Selbach, 1951. Emérito historiador da Companhia de Jesus, Luiz Gonzaga Jaegger (1889-1963) foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, além de professor do Colégio Anchieta em Porto Alegre e também fundador do Instituto Anchietano de Pesquisas.

criação da Paróquia Santa Lúcia, e vários outros elementos presentes nos Livros Tombo.

2.1 Colonização e povoamento no noroeste do Rio Grande do Sul: Santa Lúcia e Serro Azul no início do século XX.

A colônia Serro Azul foi inicialmente composta por descendentes de imigrantes europeus provenientes de vários locais do Rio Grande do Sul, mas principalmente Tupanciretã, conforme o Anexo I (Os fundadores da Colônia Cerro Azul). Oficialmente a fundação desta colônia data de 1902 e seu planejamento estratégico ocorreu por vários fatores, um deles porque fazia parte do projeto do governo republicano construir uma via férrea que contemplaria a região, cada vez mais exportadora.

Em 1900, foi concluída a ferrovia Santa Maria - Cruz Alta, e o governo pretendia ligar Tupanciretã a São Luiz Gonzaga, São Borja, Uruguaiana, Palmeira das Missões e, mais tarde, a Lagoa Vermelha e Caxias do Sul. O Sr. Horst Hoffmann, diretor da firma alemã Pró-ferrovia, recebeu trinta mil marcos para inspecionar e dirigir a construção da via férrea. Em 1901, Carlos Culmey desbravou as matas da colônia, deixando 30% das matas preservadas. Em 1902, os Srs. Wilhen Hansen, então presidente da Bauerverein, e Jorge Frantz conseguiram do governo estadual o deferimento do projeto de colonização de Serro Azul. Serro Azul foi criada para abrigar o excedente de colonos das colônias velhas, conservando-os reunidos étnica e religiosamente. (...) Dessa forma, em 1900, a recém fundada Associação de Colonos intitulada Bauerverein, com sede no município de São José do Hortêncio, interessou-se em colonizar uma área de terras na região noroeste, entre os rios Ijuí e Comandáí, que abrangia terras de propriedade da Nordwestbahn, uma companhia férrea alemã que havia adquirido as terras do governo do Estado. Pelo contrato, a empresa deveria construir uma ferrovia interligando Tupanciretã e São Luiz Gonzaga a Uruguaiana e, em troca teria o direito de vender lotes de terra dentro de uma faixa de 5 km ao longo da estrada. O projeto fracassou e, a partir de 1900 os diretores da Nordwestbahn e representantes do Bauerverein começaram a negociar e evoluíram para um contrato entre ambas as partes e o Governo do Estado. Pelo acordo o Bauerverein, comprometia-se a colonizar as terras em um prazo de 10 anos. Assim em 1902 o “Bauerverein” adquiriu duas áreas de terra da Nordwestbahn e comprometeu-se a colonizar a colônia Serro Azul, atual município de Cerro Largo e a colônia Boa Vista, atual município de Santo Cristo. (RAMOS, 2006, p.44,45).

Em meio a essas negociações, setores do catolicismo, neste caso especificamente os jesuítas tomavam parte nas decisões de planejamento e fundação de novas colônias, e eram vistos como responsáveis por orientar os colonos, descendentes de imigrantes e imigrantes na execução de projetos designados previamente.

Apenas no começo dos anos 1880 veio a ideia de repovoar de novo a antiga região das Missões ao longo do Uruguai. O Pe. Steinhart e o Pe. Schleipen foram destacados para uma viagem até lá, quando, não sabemos por que razões, os superiores se declararam contra a execução do plano. A questão voltou de novo à tona mais tarde. O Pe. Max von Lassberg ofereceu-se para acompanhar os colonos em busca da região do rio Uruguai. Presume-se que foi algo de caro ao coração dos jesuítas a tarefa de verem povoadas novamente por mãos cristãs aquela terra que fora regada com suor e sangue de seus predecessores e da qual haviam sido expulsos de uma forma tão humilhante. (...) a comissão realmente se deslocou para lá, e o Pe. Max von Lassberg a acompanhou. O parecer da comissão, e aquele posterior a este último soou positivo e, como consequência, já em setembro de 1902, um grupo de colonos partiu para Serro Azul, sob a coordenação do citado padre. (SCHUPP, [1912], 2004, p.211).

Nesse fragmento do discurso deste jesuíta percebe-se o projeto de retomada da região das Missões, cujo cerne era: “repovoar de novo a antiga região das Missões”, por isso, também não é por acaso que seguidamente os padres se referem à Santa Lúcia como Caibaté. Num outro documento que trata da Romaria do Caaró em 1939, temos a seguinte informação: “Recorte do jornal “Deutsches Volksblatt” [que circulava entre os alemães]. A Romaria do Caaró serviu de preparação para o congresso dos católicos, previsto para 16-18 de fevereiro de 1940 [...] Foram recebidos em Caibaté (= Santa Lúcia) pelo pároco Pe. Paulo Weng. Pernoitaram lá, nas famílias. De manhã, missa e partida. Chegada em Caaró um pouco depois das 12:00.” (SPOHR, 2013, p.61).

Distante cerca 30 km de Cerro Largo, a Comunidade Católica Santa Lúcia foi criada em 1925¹⁴, 1927 foi ano em que passou a integrar o 8º Distrito, naquele período as referências ao local variavam entre Colônia Rondinha, Rondinha e vila Santa Lúcia. Nos arredores da vila, o antigo povoado que inicialmente deu origem ao nome

¹⁴ “Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 1925, nesta sede de Santa Lúcia, sétimo Distrito do município de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul, no prédio destinado a este fim aonde se acharam presentes as habitantes desta colônia, abaixo assignados fica fundada a “Comunidade Católica Santa Lúcia” com sede nesta colônia. A sociedade terá por fim propagar a fé *cathólica*, digo a religião *cathólica* e o ensino primário dos filhos e membros da sociedade. (...)”. WILLERS. **Rondinha, Santa Lúcia, Caibaté – A caminhada de um município**. 2004. 41 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Santo Ângelo.

tempo, será um dos maiores produtos missioneiros, pois os agricultores convenceram-se do real valor deste *ilex paraguayensis*, que é a verdade árvore de ouro verde e tem aos milhares em suas colônias. (WOLSKI, 1944, p. 28).

Em Santa Lúcia, esse crescimento populacional iniciou em 1920, quando os herdeiros do antigo proprietário Joaquim Gomes Pinheiro Machado venderam suas partes herdadas, que foram regularizadas e colocadas à venda então, como lotes coloniais, esses herdeiros eram Tranquilino Ribas Pinheiro, Ângelo de Araujo, Emílio Carlomagno, Donato Carlomagno, Wenceslau Pereira e Mário Roserira. A construção da sede da Paróquia Santa Lúcia terminou em 1938 (conforme Anexos A e B), nesta época o local já tinha um considerável número de moradores, e a partir do Decreto-Lei nº 720 de 29/12/1944 mudava-se a denominação Santa Lúcia para Caibaté. A emancipação ocorreu em 17 de setembro de 1965 com Lei nº 5025, e o primeiro prefeito eleito foi Pery Marques dos Santos, portanto, em 2016 Caibaté completa 50 anos deste evento político.

Essas duas comunidades integram os desdobramentos do processo de colonização com imigrantes germânicos iniciada no sul do Brasil em 1824, apesar de possuírem suas particularidades, estabelecemos aqui o foco em seus pontos de contato, e a capacidade mobilizadora de alguns clérigos que atuaram nesses locais. As fontes que apresentaremos a seguir tratam-se das transcrições dos Livros Tombo da Paróquia Sagrada Família de Nazaré e do Seminário São José de Cerro Largo, que vai desde 1902 até 1954, pelo qual continuamos demonstrando a existência de um projeto católico, especialmente jesuítico, para esta região. Dessa forma, podemos entender melhor o alcance deste projeto, a partir das atividades que destacaram vigários em projetos de auxílio aos colonos, e, portanto, questões que possibilitam perceber a organicidade do catolicismo em meio às muitas colônias em crescimento na região. Outros relatos jesuíticos também serão usados justamente por terem relação direta com o tema da colonização da então chamada Região de Matas do Rio Grande do Sul ou Região Colonial das Missões. Utilizaremos ainda, os Livros Tombo da Paróquia Santa Lúcia, onde demonstramos a intensa atividade religiosa nesta comunidade e os diversos âmbitos dessa atuação.

2.2 As novas colônias e os projetos católicos de integração

O ponto fulcral para o entendimento da trajetória histórica da comunidade de colonos de Santa Lúcia é a ação empreendida pela Companhia de Jesus na região. Na documentação os próprios jesuítas se reportam à comunidade como sendo Caibaté e Santa Lúcia a capela curada vinculada a São Luís Gonzaga, de Caibaté. Os jesuítas constatarem que: “até poucos anos atrás não ocorrera aos colonos melhorarem a situação financeira por meio de um manejo metódico da terra [...] os descendentes continuaram a proceder da mesma forma” (SCHUPP, [1912], 2004, p.209). Mas, o jesuíta também busca o entendimento desse marasmo, dessa apatia nas estruturas de poder político da época ao afirmar sobre a Região das Matas: “Pelo que sabemos, até 1900 não aconteceu nada em favor da proteção das matas por parte das autoridades oficiais” (SCHUPP, [1912], 2004, p.209).

Leo Waibel, geógrafo alemão, em seu estudo sobre as colônias alemãs do sul do Brasil, não escondeu seu espanto quando constatou que seus compatriotas praticavam uma agricultura rudimentar ‘A maioria das colônias do planalto do Rio Grande do Sul está em estado deplorável. A primeira geração de colonos que devastou as matas no decênio de 1890 e que, depois de alguns anos de pioneirismo, estabeleceu o sistema de rotação de terras melhorada, tornou-se logo próspera e constitui boas propriedades. A segunda geração aplicou as mesmas práticas agrícolas, daí resultando que os seus padrões econômicos baixaram consideravelmente, e a terceira geração, ou teve que se mudar para outro lugar ou se tornou cabocla’. (ZARTH, 1997, p. 136).

A fim de superar esse problema, os jesuítas propõem ações concretas e constroem discurso que: “preocupavam-se muito com o bem estar-material dos colonos”, como alude Ambros Schupp S.J. em sua crônica. Numa perspectiva de economia solidária, os jesuítas e as comunidades de colonos organizaram as Assembleias Gerais dos Católicos. Os jesuítas passam então a coordenar os lavradores da Região das Matas, entre eles os que viviam na Colônia Rondinha/ vila Santa Lúcia. Conforme discurso do Pe. Ambros Schupp, escrito em 1912, no qual situa e evidencia a atuação do Pe. Amstad¹⁵ na Assembleia Geral dos Católicos, quando se fundou a

¹⁵ Amstad nasceu em 1825, na cidade de Beckenried, Suíça, em 1883 entrou para a vida sacerdotal. “Seu destino para O Rio Grande do Sul se explica pela lógica jurídica da Companhia de Jesus. O estado era

Associação dos Agricultores, com princípios cooperativistas para organizar o trabalho dos lavradores.

O P. Amstad podia ler nos rostos que suas palavras caíam em solo fértil e, quando no final a assembléia em peso irrompeu num sonoro Viva!, pôde permitir se fazer a proposta da criação de uma associação que tivesse como objetivo o entendimento aos múltiplos interesses dos colonos [...] E como a proposta encontrou aceitação geral, apresentou numa reunião extraordinária os estatutos e o plano de organização [...] 400 homens se inscreveram na lista de sócios. Todos eles retornaram depois para as suas picadas e começaram a procurar adeptos para a nova associação, de forma que ela evoluiu promissora e rapidamente. (SCHUPP, [1912], 2004, p. 213).

Pode-se perceber o grande alcance que tais projetos poderiam alcançar. Neste caso uma associação de agricultores, que desde o início já contava com 400 homens, assim, as novas propostas não eram restritas, pois estes jesuítas dispunham de grande circularidade nestas comunidades ou onde quer que fosse para oficializar parcerias e levar adiante estes projetos e outros, como a valorização de determinadas representações missioneiras. No Anexo D (Referência à compra da propriedade para construir o Santuário do Caaró), o padre Max von Lassberg é citado ao entregar as cópias dessa transação ao pároco de Santa Lúcia, padre Paulo Antônio Weng, o que demonstra a ação prática dos jesuítas em meio ao processo de construção do Santuário do Caaró e consolidação da romaria. Em outra fonte histórica datada de 1938, que faz referência as comunidades desta região pode-se perceber que o catolicismo expandia sua influência e a integração desses pequenos povoados ocorria a partir de suas paróquias:

Desde que a sede do decanato (área pastoral) veio de São Luís [Gonzaga] para cá, fazemos muito mais reuniões. Fazem parte: Serro Azul, São Luís, Caibaté, Campinha, Porto Lucena e Pirapó. Precisaríamos mais um padre. Os trabalhos aumentam cada ano. (SPOHR, 2013, p. 58).

terra de missão dos padres europeus. Entre 1842 e 1861, fez parte da Província de Espanha, portanto, *missio Hispânica*, entre 1862-1869, fez parte da província Romana, chamando-se *missio Romana*; e de 1869 a 1925 dependeu da Província da Alemanha Superior, recebendo o nome de *missio Germânica*. Amstad veio nessa última missão, como podemos constatar. No período de 1925-1927, o Rio Grande do Sul foi intitulado Vice Província da Alemanha, por conta do significativo número do clero autóctone.” DOS SANTOS, **As Marcas de Amstad no cooperativismo e associativismo gaúcho. As lembranças da Associação Theodor Amstad e Sicredi Pioneira**, 2014, Porto Alegre, Sescop/RS.

Dessa forma, é importante notar alguns aspectos intrínsecos à organização da vila Santa Lúcia. O primeiro, o fato de um grupo de jesuítas demonstrarem interesse em desenvolver o projeto de ocupação da Região das Matas, coincidentemente Região das Missões, desde o final do século XIX, mas que encontrou as condições objetivas nos primórdios do século XX, durante o governo republicano do Estado Brasileiro de regime político republicano e presidencialista, conforme a Constituição de 1891. Esse interesse está acompanhado da ação de organizar o trabalho dos colonos em associações católicas. Outro aspecto inerente à organização de Santa Lúcia, ou Caibaté, diz respeito à organização das romarias aos santos mártires – três jesuítas de 1628 que passam a ser ressignificados a partir de 1928 na região – nas quais se percebe o empenho dos padres naquele momento em preservar, resguardar, valorizar e propagar os acontecimentos do século XVII, definindo-os em sua pertinência e importância à História do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, os intelectuais jesuítas construíam o pensamento de disputa pelo o passado histórico sul-rio-grandense, além de ratificarem o catolicismo oficial em detrimento do catolicismo popular, posto que, provavelmente a devoção aos santos mártires deveria se constituir em práticas de religiosidade popular na região. Pela ordem do discurso jesuítico, percebe-se o empenho dos mesmos em organizar a devoção aos santos mártires, organicamente ligados à Companhia de Jesus:

Os padres Provincial e Kurzo foram a Caaró. O Provincial benzeu mais uma vez a cruz, no lugar do martírio de Roque Gonzales e Afonso Rodrigues. A seguir, foi celebrada missa solene. Uma grande multidão esteve na celebração, Caaró está situado um pouco fora da nossa paróquia [Santa Lúcia], sob a jurisdição o pároco de São Luiz Gonzaga, Mons. Estanislau Wolski, o qual promoveu toda esta solenidade com muito zelo. Nesta ocasião foi erigida uma grande cruz de madeira esperamos que em breve surja lá uma capela. (SPOHR, 2013, p.44,45).

Na formulação do discurso jesuítico sob os paradigmas do pensamento ultramontano, o passado histórico da região das Missões estava sendo reescrito, a partir de seu fato fundante – o empenho e o martírio dos missionários jesuítas do século XVII em evangelizar os Povos indígenas – dessa forma, o evento de 1628 deveria ser marcado em seus elementos emblemáticos como a definição precisa do local do martírio, da sacralização do primeiro grande milagre – a relíquia do coração – a cruz,

transformando-o num lugar de memória missioneira. Para além do lugar de memória cristã. Assim a presença dos jesuítas também se consubstanciava a partir de suas elaborações mentais, dos seus paradigmas impregnados no pensamento jesuítico.

A presença dessa ordem no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina foi fundamental para a ampliação e a difusão do projeto de Restauração da Igreja. Essa organização coesa e comprometida com o projeto de Restauração caracterizou um catolicismo intenso nas áreas de colonização alemã. (...) Em grande medida a presença de jesuítas nas colônias alemãs foi bem mais intensa que a de outras ordens, porque, como vimos, o Rio Grande do Sul era a Província dos Missionários alemães. Em 1848 vieram apenas dois; em 1858, com mais dois o fluxo aumentou, e em 1885 já somavam 78 jesuítas, com 12 residências; em 1900 havia 100 padres, e posteriormente, o afluxo deles continuou intenso. (SANTOS, A.C.C. 2014, p. 55,56).

O cura espiritual de Serro Azul e um de seus fundadores foi o Pe. Max von Lassberg¹⁶ SJ, as atividades deste jesuíta em meio a estas sociedades rurais como as de Serro Azul e Santa Lúcia nos interessa muito, por isso vamos nos deter um pouco mais sobre ele. Muitos estudos tratam de entender a ação das companhias de colonização no âmago do processo histórico da colonização no Rio Grande do Sul, porém, aqui nos interessa a presença dos jesuítas enquanto incentivadores de novos projetos junto aos colonos. Esses jesuítas envolveram-se em organizações e cooperativas de agricultores, intencionavam assim aprimorar o conhecimento das técnicas de cultivo mais eficientes para as colônias. Nesse sentido, Vogt e Radünz (2013) buscaram entender a relação entre a ação dos jesuítas junto às cooperativas de crédito nas colônias e a origem dessas organizações na Alemanha:

A preocupação com o bem-estar material dos colonos ficou refletida no Terceiro Congresso Católico, realizado em 1900 em Santa Catarina da Feliz.

¹⁶ “O padre Max von Lassberg, nasceu no dia 13 de fevereiro de 1857 em Detmold na Baviera, Alemanha. Prestou seus estudos no Ginásio Stella Matutina, onde apresentou grande interesse para a vida religiosa; terminou seus estudos teológicos ainda no Brasil em 1888 e recebeu a ordenação sacerdotal na cidade de Montevideu/Uruguai. Com participação ativa na vida das comunidades teuto-brasileiras, onde atuava como pastor e mentor para os mais variados problemas, Lassberg tornou-se um homem de confiança para os imigrantes. Ele foi considerado um dos maiores “experts” em termos de implantação e consolidação de projetos de colonização na primeira metade do século XX, colaborando para a colonização de Colônias como Serro Azul, no Rio Grande do Sul, San Alberto e Puerto Rico, na Argentina e Porto Novo em Santa Catarina.” BLUME; WITT. **Organização social e mobilidade espacial: estudo sobre imigrantes alemães e descendentes no Brasil e na Argentina.** Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 97-111, jul./dez. 2014.

Naquela ocasião, sob a inspiração de Teodoro Amstad, e tendo como estereótipo os *Bauerverein* existentes na Alemanha, houve a fundação da Associação Rio-Grandense de Agricultores, cujo nome inicial também foi *Bauerverein*. Essa entidade, embora criada por católicos, tinha caráter ecumênico e étnico. Pretendeu ser uma espécie de federação que congregaria associações locais de agricultores. (VOGT; RADÜNZ, 2013, p. 279).

Em um livro de 1966, uma das primeiras obras sobre a história de Cerro Largo, que foi lançado em virtude das comemorações do 11º aniversário de emancipação do município, o autor menciona o Bauerverein como grande agência empreendedora da criação de Serro Azul, e o Pe. Max von Lassberg S. J. é apresentado como fundador da colônia. Destacamos a presença do padre Max, pois se trata de um jesuíta reconhecido por sua atuação junto aos colonos:

O Pe. Max conquistou não poucos méritos na questão da imigração e colonização, na medida em que respondia aos inúmeros questionamentos em parte teorizando em palestras, pronunciadas em ocasiões as mais diversas, em parte fora dele. De modo parecido agiam também outros padres, quando a questão era posta. Mas era principalmente pelo suporte direto dado aos colonos quando começaram a trabalhar seus lotes. (SCHUPP, [1912], 2004, p. 210).

Também deve ser dito que em algumas análises mais críticas sobre o tema, Lassberg é entendido como um agente colonizador de fato, pois sua atuação não era limitada ao caráter religioso, e perpassava os muitos sentidos que as áreas de colonização poderiam requerir. Blume e Witt (2014) constatarem o sentido das ações de Lassberg:

O agente em questão transitou pelas mais diversas áreas do solo rio-grandense, estabelecendo diálogos com sociedades de imigrantes que estavam descontentes com sua situação socioeconômica. Esses imigrantes estavam no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e a atuação de Lassberg possibilitou a mobilidade espacial deles. (...) Pode-se afirmar que o Pe. Max von Lassberg foi, senão o maior, pelo menos um dos maiores "experts" em termos de implantação e consolidação de projetos de colonização na primeira metade do século XX. (WITT; BLUMEN, 2014, p. 2,4).

Além de Lassberg, outro jesuíta que dispunha de extensa rede de contatos e buscava se articular através de cooperativas era o Pe. Theodor Amstad S.J., que muito

aparece na documentação referente à colônia de Serro Azul e também na obra *A missão dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul*¹⁷ onde se destaca entre os jesuítas que contribuíram de alguma forma com os colonos no Rio Grande do Sul. Werle (2011) na análise sobre as redes de contato entre as cooperativas e os descendentes de imigrantes em Porto Novo, Santa Catarina, evidencia a presença de Amstad e seu protagonismo frente às associações:

A primeira destas Caixas foi fundada em 1902, cinco anos antes, portanto, de ser promulgada no Brasil, a primeira lei de cooperativa do País. Naquele tempo era secretário geral da União Popular, o Pe. Theodoro Amstad, de saudosa memória, natural da Suíça, o apóstolo sem par do cooperativismo no Sul do Brasil. A essa caixa seguiram-se, aos poucos, novas fundações e com o correr dos anos, até hoje, se formou esta pujante família de crédito cooperativo integradas pelas 47 Caixas existentes. Os resultados foram surpreendentes e a prova cabal do acerto no sistema adotado como modelo pela União Popular: o clássico sistema Raiffeisen, que prega a fórmula da constituição sem capital, sem distribuição de lucro e com a responsabilidade solidária e ilimitada do associado, bem como a gratuidade do associado. Poder-se-á imaginar fórmula mais ideal e cristã para o manejo do dinheiro? (WERLE, 2011, p.7).¹⁸

A existência destas cooperativas revela o planejamento estratégico e as alternativas econômicas utilizadas nas colônias recém-fundadas nas primeiras décadas do século XX. Ainda sobre este tema, Roche nos confere alguns detalhes sobre a organização e o funcionamento das caixas rurais:

Bastar-nos-á apontar alguns pormenores sobre a Caixa Rural da União Popular da Nova Petrópolis, a mais antiga, visto que foi fundada em 1903 pelo P. Th. Amstadt, cujo entusiasmo e tenacidade o fizeram pioneiro das caixas rurais nas colônias alemãs, que conhecia a fundo por ter sido nelas, o responsável pelo cuidado das amas, durante longos anos. Seus diretores exercem suas funções a título gratuito; não possui sede nem empregados. Só o gerente, que tem a seu cargo o escritório, a correspondência e a contabilidade, recebe uma gratificação *pro labore*, fixada pela Assembléia Geral. Em 1933, compreendia mais de quatrocentos membros, tinha perto de 2 milhões de cruzeiros em depósito, um quinto do qual em caixa e o resto em empréstimos, concedidos pelo prazo máximo de dez anos, à taxa de 6%,

¹⁷ SCHUPP, A *Missão dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Unisinos, 2004.

¹⁸ Fundação de uma Cooperativa de Crédito. *A voz de Chapecó*. 27 de fevereiro de 1949, nº224, p.5. Arquivo Biblioteca Pública Estadual Florianópolis – SC. IN: WERLE, M J. **Aspectos históricos nas relações entre construções socioculturais e meio ambiente**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

enquanto as contas do depósito percebem um juro de 5%. As condições não somente eram muito mais favoráveis que as dos bancos, mas também a escassa margem de lucro bem mostra o fim para o qual a caixa foi criada. A distribuição profissional de seus sócios é igualmente característica: agricultura, 90,2%; comerciantes, 2,7%; industriais, 1,4%; profissões liberais, 1,2%; proletários 4%; diversos, 0.5%. A seriedade com que são autorizados os empréstimos (letras avalizadas e garantias hipotecárias) limita, sem dúvida, o volume das transações, mas garante a solidez de uma organização que continua essencialmente cooperativa. (ROCHE, 1969, pgs. 453,454.)

As caixas rurais e as sociedades de auxílio mútuo partiram, portanto, de setores do catolicismo e seu modelo foi bem sucedido no sentido em que se apresentava como alternativa à interiorização e ineficiência de alcance do Estado. No anexo M (“Caibaté: 15 anos de emancipação política, econômica e social”) podemos verificar a lógica de funcionamento das Caixas Rurais:

A Caixa Rural em âmbito popular tem grande merecimento pela colonização de Caibaté e Mato Queimado, tudo com prazo de 10 anos, pagando por ano somente 10% e mais o juro. Isto eram condições mínimas e o juro era 7.5% condições que cada pobre podia preencher. Muitos abriam uma roça na propriedade adquirida com o dinheiro da Caixa, construíam uma casa de madeira, o que havia bastante, mais um chiqueiro, um potreiro e vendia a terra pelo dobro do preço; e assim pagava a Caixa e comprava outra Colônia para começar de novo. (ANEXO M).

O primeiro modelo dessas associações foi o Bauerverein datado de 1898, e que perdurou até 1909, fundado por Theodor Amstad, era uma tentativa de unir os agricultores e propor ações concretas diante da falta de investimentos às novas colônias, as Caixas Rurais constituem uma dessas ações práticas. Em seguida, em 1912 foi organizado o Volskverein:

Decorridos pouco mais de 10 anos de funcionamento do *Bauerverein*, os católicos resolveram criar uma nova entidade central tendo por molde a Sociedade União Popular da Suíça. No IX *Katholikentage*, realizado de 25 a 27 de fevereiro de 1912 na cidade de Venâncio Aires, decidiram pela criação da Sociedade União Popular para os Católicos Alemães do Rio Grande do Sul (...) foi, portanto, uma associação católica organizada pelos padres jesuítas em conjunto com lideranças católicas leigas e religiosas. A entidade buscava atender os interesses religiosos, culturais, sociais e materiais dos teutos e seus descendentes no Rio Grande do Sul com vistas a manter sua catolicidade. (...) A União Popular procurou organizar-se em distritos. A entidade era formada por diferentes categorias profissionais, inserindo segmentos sociais da cidade com os do meio rural. Apenas um ano

após ser fundada, já contava com 60 distritos e com cerca de 7.000 associados. Em 1914, o número de sócios subiu para 9.000. (VOGT; RADUNZ, 2013, p.281).

Outro jesuíta que atuou nesse mesmo sentido de amparo aos moradores das novas colônias foi o Pe. Johaness Rick S.J.¹⁹ (1869-1946), sua trajetória está muito bem documentada na obra “*Pe. J. E. Rick, SJ: Cientista, colonizador, apóstolo social, professor*”²⁰. Esses três jesuítas podem nos auxiliar a compreender como setores da Igreja passavam a centrar suas atenções na questão social ao longo das primeiras décadas do século XX.

Johaness Rick, Thedor Amstad e Max von Lassberg formaram o trio de jesuítas que passaram para a história da colonização do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como os protótipos dos *patres colonorum* por excelência. Além deles dezenas de outros menos conhecidos merecem o mesmo qualificativo. Max von Lassberg tem o seu nome imortalizado como fundador de colônias até na Província de Misiones na Argentina. Em companhia de seu amigo e parceiro Karl Culmey, acompanhou a implantação das colônias de Serro Azul (hoje Cerro Largo) e Santo Cristo, e levou centenas de colonizadores alemães vindos do sul do Brasil, para dar início a colonização de Puerto Rico e San Alberto. (...) Um perfil com características diferentes apresenta o suíço Theodor Amstad (...). Os dois grandes projetos de desenvolvimento econômico e promoção humana, a Associação Rio Grandense de Agricultores e a Sociedade União Popular não foram concebidos no ar, como se fossem de um visionário. Nasceram com os pés no chão, fundamentados em bases objetivas que lhes garantiram êxito que de fato obtiveram. (...) veio a somar-se a personalidade avassaladora de Johaness Rick. Pouco ou nada afeito a detalhes, a registros exatos, a demonstrações estatísticas, impulsionava-o uma quase fúria de desbravador, que não perde tempo na limpeza e organização do território conquistado. (RAMBO, 2004, p. 9,10).

Dessa forma nessa análise sobre as relações entre essas comunidades vizinhas, percebemos a presença desses indivíduos influentes, com capacidade mobilizadora e que pregavam coesão e harmonia entre diferentes grupos sociais, pois em ambas as colônias os indivíduos que buscaram moradia e compra de propriedades geralmente não

¹⁹ Johannes Rick (1869-1946), ou João Evangelista Rick como é conhecido no Brasil, nasceu em Dornbirn, Vorarlberg (Província das Áustria). Logo após sua formatura em 1902 foi para Portugal, onde aprendeu português, e em 1903 desembarcou em São Leopoldo. Exerceu muitas atividades, foi fundador de colônias, professor e cientista na área da micologia, dentre outras atividades pastorais. Sua atuação deve ser destacada nas colônias em que atuou, dentre elas, Serro Azul e Porto Novo. Auxiliou ainda na criação da colônia de Porto Novo em Santa Catarina, foi cofundador da Associação de Agricultores e fazia parte da diretoria da Sociedade União Popular.

²⁰ RAMBO; RABUSKE S.J. (Editores). **Pe. João Evangelista Rick, S.J, Cientista, colonizador, apóstolo social, professor**. Editora Unisinos: 2004.

eram mais estrangeiros, mas sim descendentes de imigrantes, cujas formas iniciais de integração ocorriam, principalmente a partir dessas atividades práticas propostas pelo catolicismo.

Os congressos católicos continuaram, de dois em dois anos, até 1940. Coincidiam com as assembleias gerais do *Volksverein*, e neles se discutiam os caminhos a serem seguidos, relacionados com cultura, economia, colonização e formação espiritual. A assembleia era incorporada nos congressos. Assim, elaborava-se uma ampla programação, que empolgava toda a comunidade teuto-católica, urbana e rural, perseguindo os mesmos objetivos. Os padres jesuítas estavam entre os maiores animadores e promotores de tais celebrações. Atuavam como conselheiros e conferencistas além de participar das decisões. (DOS SANTOS, 2014, p.50).

Para exemplificar essa adesão, no Anexo C (Termos da Visita Pastoral), nos relatos dos Livros Tombo de Santa Lúcia consta um expressivo número de pessoas que receberam os sacramentos e participaram das celebrações religiosas. As influências do discurso religioso nos mais variados assuntos do cotidiano dessas pessoas são demonstrados nas transcrições dos Livros Tombo da Paróquia Sagrada Família Nazaré de Serro Azul:

22.11.1934 – Carta ao P. Max von Lassberg, SJ ao provincial. Esteve dia 15/11 em Caaró, na festa. Continuaram as tratativas para a compra de terras e construção de igreja lá. Alguns parecem ter dito ao dono que sabemos haver ouro lá... A 18/11, sermão do pároco sobre escola sem religião; grupo, depois reunião acalorada. Dia a dia aparecem mais as finalidades dos instigadores: diminuir a influencia da religião, dos padres, afastar os jesuítas, passar a direção a outras mãos. (SPOHR, 2013, p.48).

Devemos ressaltar que o caráter da fonte eclesiástica pode muitas vezes ocultar as contradições e outras formas de culto religioso nesses locais, porém o elevado número de batismos, confissões e casamentos católicos em Santa Lúcia, e a proporção numérica em relação aos habitantes do local naquela época, são fatores que confirmam a predominância do catolicismo nessa vila.

Essas referências à atuação católica na região deixam transparecer os projetos católicos de integração, em um período de dificuldades materiais, de desafios impostos pela natureza e o afastamento dos centros econômicos, os padres detinham elevado

prestígio nestas comunidades, justamente por representar muitas vezes, o elo entre estes pequenos povoados, o poder público e as empresas colonizadoras. Na imagem abaixo, datada de 1937, novamente percebemos a participação das pessoas nas muitas formas de cooperação para serem construídas capelas e igrejas. Esse comportamento das sociedades locais expressa concretamente a crença, e a mobilização em prol dos projetos católicos.

Figura 2. “Construção da capela em Caaró – P. Max von Lassberg, SJ e os trabalhadores - 1937”.



Fonte: SPOHR, Pe. Inácio (S.J.). **Cerro Largo-RS**. [Coletânea de documentos referentes] Paróquia Sagrada Família de Nazaré, Seminário São José, Presença dos Jesuítas: 1902 a 1956. Porto Alegre: BRM Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus, 2013.

Outro tema que somente mencionamos acima é a influência do discurso eclesialístico nos diversos âmbitos dos assuntos do cotidiano dessas pessoas, nesse

sentido existem muitos estudos acerca das conexões entre Igreja e Estado no Brasil republicano²¹, no entanto não nos aprofundaremos neste assunto que demandaria expandir para mais fontes a pesquisa e ainda escaparia ao tema principal que nos propomos investigar. Cabe referendar este assunto para termos noção das diferentes formas de inserção que a religião católica buscava nestas pequenas comunidades.

O PRR, como partido ideologizado pelo pensamento de Augusto Comte, adaptado por Julio de Castilhos, caracterizava-se pela valorização da ordem social, a preocupação com a segurança do Estado e do indivíduo para a obtenção do bem público e a consciência de serem portadores de uma missão social de “regenerar a sociedade”. (...) A Igreja na segunda metade do século XIX voltara-se para as questões sociais, sobretudo a partir da encíclica *Rerum Novarum*. Desenvolveu uma crítica ao Estado Liberal que deixara a sociedade abandonada em si mesma. Elaborou uma nova ideologia para harmonizar com a realidade do capitalismo: o novo pensamento assemelhava-se à visão medieval da ética paternalista cristã. (...) A percepção do que considerava como “ausência do Estado” e “proliferação de organização socialista” gerou na Igreja a consciência da responsabilidade de “educar” a elite e “promover” a organização operária numa perspectiva mutualista, assistencialista, e corporativa (DIEHL, 1990, p.17-20), consubstanciando um projeto cristianizador do capitalismo visando recuperar a influência da Igreja no meio social. As estratégias eram através do incentivo aos movimentos laicos, à orientação de associações, de partidos e sindicatos. (FÉLIX, 1994, p.82,83).

Percebemos, portanto, que a Região Colonial das Missões, denominação corrente da região no início do século XX era inserida cada vez mais nos projetos do governo republicano, posto que em 1907 foi criado o Serviço de Povoamento do Solo Nacional (SPSN) vinculado a DTC, seu diretor era Carlos Torres Gonçalves, que se matenve no cargo entre 1908-1929. Conforme análise de Both (2013) em artigo intitulado “*Positivismo e colonização no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1930)*”, Torres procurava referendar o pensamento positivista sul-rio-grandense, disseminando-o entre as comunidades agrárias de colonos. Both destaca a influência do Positivismo de Estado Rio-grandense visível ao longo dos relatórios da DTC, a intenção

²¹ MARIN, D. **A consolidação da Romaria do Caaró a partir da mídia impressa: 1937-1945**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). 168 pgs. Sobre a especificidade desta relação Estado/Igreja no noroeste do Rio Grande do Sul, esta pesquisa procura abordar os aspectos envolvidos no processo de consolidação da Romaria do Caaró, e também evidencia o caráter político das publicações contidas na revista Rainha dos Apóstolos de grande circulação entre comunidades de colonos católicos. Dentre os assuntos presentes nesta revista estavam: “Propriedade Privada”, “Elementos que devem ser seguidos para a educação católica”, “Os perigos do comunismo”, “Espiritismo, as loucuras promovidas pelo espiritismo”, “Masculinização das Mulheres”, “Os defeitos e vícios do protestatismo”, “Relação das missões com o patriotismo”, dentre vários outros.

era “organizar o processo de discriminação entre domínio público e privado da terra, bem como povoamento das regiões de fronteira agrária ainda existente no Rio Grande do Sul.” (BOTH, 2013, p.125):

O governo do Estado, na perspectiva de Torres Gonçalves, deveria utilizar o dinheiro que vinha sendo gasto na introdução de novos imigrantes na organização e melhoramento das colônias existentes, assim como na localização dos trabalhadores nacionais (caboclos), na regularização dos *intrusos*, na proteção dos indígenas e no estabelecimento da descendência da população colonial residente no estado. Torres Gonçalves, portanto, não mediu esforços em utilizar o positivismo como plano de fundo para definir as políticas de colonização e discriminação de terras públicas. (BOTH, 2013, p.125.)

Esses elementos devem ser considerados nas análises sobre a apropriação territorial, bem como as relações entre as instituições no noroeste do Rio Grande do Sul, neste período anterior à modernização agrícola.

2.3 Os diferentes grupos sociais e formas de sociabilidade em Santa Lúcia

Conforme demonstramos no final do capítulo 1, no início do século XX no entorno da vila Santa Lúcia predominava a presença de moradores anteriores ao povoamento através dos lotes coloniais, os ditos caboclos ou nacionais, cuja origem remete ao período colonial lusitano. Essas denominações que normalmente constam na documentação estatal para definir indivíduos que já se encontravam nos locais de colonização continham significados que revelam as formas de tratamento em relação aos grupos sociais periféricos ao processo de apropriação territorial:

Os nacionais, por sua vez, eram apresentados como vadios, racialmente inferiores, mestiços, indisciplinados e toda uma série de inumerável de adjetivos. Em outros termos, “foi da depreciação do brasileiro que emergiu a valorização do imigrante”. (...) Márcia Naxara, em estudo sobre as representações do brasileiro presente em obras literárias escritas na virada do século XIX para o XX, assinala que é comum a utilização do termo nacionais na época e que o adjetivo era empregado para nomear uma população pobre, considerada “(mal) nascida, em geral mestiça, pertencente ou egressa da escravidão.” (BOTH, 2008, p. 213).

Em um jornal de 1976 (Anexo L – Resumo Histórico do Município de Caibaté) consta a relação dos nomes de indivíduos que moravam naquela região na zona campesina, eles eram: Manoel José da Silva, Elizário José da Silva, Firmino da Silva Torres, Avelino Gonçalves dos Santos, José de Souza Batista, João Antunes Ribas, Manoel Victorino de Matos, Manoel Ramos da Silva, Vicente de Souza Batista, Alfredo da Silva Machado, Pedro da Silva Machado, Horácio Pinheiro de Menezes e José de Souto. Podemos inferir a partir destes sobrenomes a origem nacional dos moradores que viviam no entorno da vila, e sua inserção à comunidade, com o passar do tempo, ocorreu também porque o povoado abria outras possibilidades econômicas. Apesar dos projetos católicos visarem o colono imigrante ou descendente de imigrante, como revelam os relatos jesuíticos, as novas colônias avizanhavam os fazendeiros, peões, moradores das redondezas, pessoas que eram inseridas na esfera de influência dos vigários. Como estamos tratando aqui de imigrantes de segunda ou terceira geração, não causava mais estranhamento à existência de outras pessoas nos locais onde adquiriam terras ou lotes colonais. Dessa forma que a população nacional e cabocla também era influenciada pelos referenciais religiosos das atividades promovidas pelos padres:

O brasileiro mostra disposições favoráveis no que diz respeito à religião (...) é dado a demonstrações externas de piedade e sensível a motivações religiosas. Mantém em casa um altar doméstico, diante do qual faz as suas devoções. Mostra-se um amigo todo especial das festas de igreja, não deixando faltar nada com relação à pompa externa. Tudo destina-se a tornar a festa mais brilhante (...) O que se acaba de afirmar vale sobretudo dos brasileiros que ainda não sofreram a influência da ilustração e que vivem lá fora no campo ou afastados da movimentação moderna dos pequenos e grandes centros. A situação é outra onde a ilustração conseguiu penetrar. Nesse meio, principalmente o mundo masculino exibe um comportamento indiferente e até hostil para com a religião, clima que, ao tempo dos padres espanhóis em Porto Alegre, segundo testemunho de todos, ainda não se verificava. A crisma goza de um alto conceito entre os brasileiros. Verifica-se um empurra-empurra indescritível quando o bispo entra na igreja para a confirmação. Todos, grandes e pequenos, querem ser confirmados. (SCHUPP, [1912], 2004, p.152).

Este elemento ajuda a explicar o apoio entre todos os setores desta comunidade rural para a construção do Santuário do Caaró, e o fortalecimento dos projetos de valorização do passado missioneiro na região, cuja base fundamental para os jesuítas neste novo processo, na região das Missões, era a Romaria do Caaró e a devoção aos mártires católicos. Segundo a análise do discurso jesuítico com relação a este período,

nota-se que esta região historicamente ligada aos jesuítas constava nos projetos da Companhia de Jesus e que imbuídos dessa consciência, atuavam para que esta relação continuasse a existir, agora com outros referenciais.

15.11.1928 – Em São Miguel das Missões, comemoração dos 300 anos do martírio dos nossos três mártires. Missa solene na antiga igreja de São Miguel com missa cantada pelo P. Eduardo Wolter, SJ. O Mons. Estanislau Wolski fez o sermão sobre o mérito e morte desses gloriosos mártires. Estiveram 15 sacerdotes e uns 2.500 fiéis de todas as regiões vizinhas. Depois da missa, houve uma procissão cívica para inaugurar o monumento construído de pedras das antigas ruínas em comemoração deste dia. O letrado diz: “Homenagem ao Pe. Roque Gonzáles de Santa Cruz, SJ, Protomartir do RS. População Missioneira.” Ao redor do monumento, uma coluna encimada por uma cruz, 7 pedras com os nomes das 7 reduções. (SPOHR, 2013, p.35).

É necessário dizer que os jesuítas assumiram a Paróquia São José em Serro Azul em 1926, no entanto, sua presença na fundação daquela colônia a partir de jesuítas como o Pe. Max von Lassberg, Theodor Amstad e Johanness Rick, já indicava sua atuação. Através dos relatos do Seminário São José pode-se verificar que além da grande preocupação com a prosperidade econômica das colônias, também existia grande interesse na região por ela abrigar a localidade de Caaró, cerca de 14 km do centro da vila Santa Lúcia, onde teria ocorrido o assassinato em 1628 de Roque, Afonso e João. Para além de agentes colonizadores que dispunham de muitas redes de contato, esses jesuítas devem ser entendidos como indivíduos preocupados com as aspirações da Companhia de Jesus e seu conjunto de ações em diversos espaços e diversas situações nos demonstra isso. Na documentação referente aos Livros do Tombo da Paróquia de Serro Azul, Lassberg durante o tempo em que foi o pároco, entre 1931 e 1934, constantemente aparece envolvido com atividades relacionadas ao Santuário do Caaró. Essa fonte também confirma o incentivo dessas comunidades quando havia visitas religiosas: “06.01.1933: O P. Fernando Muller, SJ, benzeu a Igreja em Butiá Superior. Nestes dias, veio o P. Luiz Gonzaga Jaeger, SJ pra continuar suas pesquisas em Caaró, apoiado pelos habitantes de lá e daqui”. (SPOHR, 2013, p.43). Assim como vários outros clérigos que buscavam auxiliar na melhoria dos métodos do cultivo da terra para os colonos recém-chegados nessas regiões muitas vezes ainda em processo de desbravamento, esses jesuítas estendiam sua influência e consolidavam sua presença espiritual na região.

As relações entre esses grupos sociais e as questões implicadas em conviver com o outro em novos espaços de colonização pode nos conferir mais detalhes sobre o modo de vida das populações nessas comunidades. Nas entrevistas que realizei com o Sr. Vilibaldo Welter (ANEXO O – Entrevista com o Sr. Vilibaldo Otilio Welter), resultantes do projeto de iniciação científica “Santuário do Caaró a construção social de um patrimônio cultural caibateense”, constatamos a exaltação do pioneirismo e o sentimento de gratidão aos padres, mas algumas vezes parecem fugir da História e repousam na memória, tanto nas lembranças quanto nos esquecimentos. Realizei essas entrevistas semidirecionadas num intervalo de um ano, entre 2013 e 2014, suas falas nos aproximam de questões correntes da época. Nascido em 1920 e falecido em 2015, o Sr. Vilibaldo Otilio Welter chegou a Santa Lúcia em 1927 com sua família, oriundos de Serro Azul. Nas entrevistas percebemos que as famílias não conferiam muita relevância às narrativas familiares dos imigrantes que vieram para o Brasil, portanto, as lembranças dos primeiros colonos ficaram no esquecimento, porque havia outras preocupações, e as formas de relacionamento no núcleo familiar também eram outras. No trecho a seguir, o Sr. Welter evidencia ser imigrante de 2ª geração, pois foi seu avô que emigrou da Alemanha.

A gente não tinha interesse, e eles não contaram muita coisa pra gente. Eles não eram imigrantes né, vieram recém de São Sebastião do Caí. Isso, meu pai nasceu lá. Ai vieram pra Cerro Largo né, que pertencia a São Luiz Gonzaga. Eles vieram com a família Birck de lá. A minha mãe é Birck, o meu tio Henrique também era casado com a irmã da minha mãe. E os Birck eles foram os fundadores da Linha Tremonha (em Cerro Largo) eles que abriram o mato por ali.

Por mais que fossem descendentes, na entrevista fica claro que a língua alemã ainda era a recorrente, lembrando que o entrevistado está se referindo aos anos 1930, antes da campanha de nacionalização e proibição dos dialetos alemães:

É, eu aprendi na escola só alemão. Aqui. Eu fui meio ano na Tremonha na aula, só alemão. E depois eu vim pra cá. Agora vai fazer... 1º de Setembro de 1927. Fui a primeira vez aqui na aula, mas puro alemão. Nem uma palavra em português. Dos nosso livro era pouco. Não tinha História, Geografia, essas coisas nós não tinha né. Nós era mais na Matemática, esse era puxado. Em Religião era puxado. Em Caligrafia e coisa assim. **P:** Mas eram as freiras quem ensinavam? **R:** Não...professores... mas esse professor as vezes tinha

na mesma aula nossa uns 4 ou 5 brasileiros. Aqui nas irmãs eram só alemães. Mas nós ficava separado deles. Alemão, puro alemão, ninguém sabia falar o português.

Quando questionado sobre as diferenças entre os produtos cultivados na Vila Santa Lúcia, pelos descendentes e os caboclos/nacionais, na perspectiva do Sr. Welter, a agricultura de subsistência teria sido incipiente antes da chegada dos novos colonos, mesmo diante da fertilidade do solo.

Isso era uma miséria, essa gente era pobre, pobre, pobre. A não ser os fazendeiros né. Isso plantavam chiqueirinhos, aí traziam milho nas costas pra vender. Era muito barato, e eles não tinham terra, não tinham boi, muitos não tinham boi nem nada. **P:** E plantavam o que os alemães? **R:** Os alemães aquele tempo era milho, mandioca e porco. Soja não tinha... não, não tinha ainda soja. E esses daqui plantavam feijão preto e milho. Só. Colhiam aí uma meia dúzia de bolsa de coisa e passavam se vendo o ano.

Com relação à comunidade e ao trabalho conjunto das pessoas que habitavam a vila Santa Lúcia, fica explícito que as iniciativas para melhorar a infraestrutura do povoado partiam dos moradores.

É, mas aqui já era português. Nessa do Adolfo Meister era grupo escolar né. A nossa era particular. Escola Paroquial Santa Lúcia. Essa aqui, das Irmãs, nasceu da nossa. Que era Sociedade Escolar Santa Lúcia, que era lá onde é o Salão Paroquial. Lá onde tinha uma escolinha de tábua. Nossa escola e nossa igreja. Aí em 1930 e poucos, fomos construir a igreja, aí desmanchamos a escolinha, e fizemos aqui onde morava o Walter Stein. Essa casa dele não tinha nada ali, era só lote. E a casa do professor era a única casa que tinha, então construíram uma casinha pro lado da estrada. Aí fizeram a casa pro professor, porque o professor não era Estado nem nada que pagava, eram os pais. Aí cada mudada de professor ia morar ali. Então quando nós ajeitamos as irmãs ali, quando ficou pronto paramos a escola e foi todo mundo pras Irmãs. Isso tem 80 e poucos, 90 e poucos anos, era uma coisa só.

Ao referir-se ao povoamento e a existência de moradores anteriores à divisão por lotes coloniais, o Sr. Welter relatou:

Aqui tinha pouco pelo duro. Era só no campo, quando começava o campo, o campo aí era tudo brasileiro. Onde começava a “colonha” o mato era, até pra falar a verdade, nessas “colonha” aí não morou um brasileiro. Eles moravam tudo no campo. Mas Caibaté aqui é rodeado de campo. Pra cá não, era floresta, era importante.

A fonte oral requer certa relativização, de forma que não entremos somente nos domínios da memória, mas o trecho acima, além do termo “pelo duro”, que se refere a uma população cabocla, deixa transparecer a partir da ótica do descendente de imigrante, a composição social da vila Santa Lúcia nas suas origens. Eram principalmente os descendentes dos imigrantes que ocupavam as áreas destinadas aos lotes coloniais, por isso que o Sr. Welter constata que havia poucos “brasileiros” no povoado, mas que nos arredores, campos e matos constituíam a maioria. Essa denominação de brasileiro refere-se a essa população que de alguma forma se diferenciava dos descendentes, pessoas que já se encontravam de alguma forma nesses locais de colonização, pois se levamos em consideração que os descendentes de imigrantes já eram brasileiros, pois eram as gerações seguintes, isso fica ainda mais evidente. Mais adiante na entrevista o Sr. Welter menciona esses moradores brasileiros que residiam na própria vila.

P: E o senhor sabe falar o nome de alguns colonos brasileiros que moravam aqui por perto? R: Aqui sim, aqui quando nós viemos pra cá, ali no mercado do Herculano, ali dos Welter, na frente ali morava o Iran Ribas Pinheiro. Ele até foi embora logo daqui, essa casa até não existe mais. Era uma casa grande, depois que ele saiu apareceu uns anos depois aqui em casa, era fiscal estadual. É...era o Cristiano Teixeira Machado o primeiro sub-prefeito que morava aqui né. Tem até uma rua ali embaixo com o nome dele. É, ele morava ali, onde mora a mulher do finado Antônio Reuer, ali que era o finado Feliciano. E tinha mais, por exemplo, brasileiro aí morando...alguns aí. Laurindo de Mattos morava ali na esquina.

Essa questão reforça nossa afirmação de se tratar de uma colônia mista devido aos diferentes grupos sociais que lá se instalaram. Ao cruzarmos essa informação com os registros de compra e venda que analisamos no capítulo 1, percebe-se que não era exclusividade de pessoas com sobrenomes alemães ou de qualquer descendência estrangeira a compra de lotes coloniais em Santa Lúcia, a documentação deixou

transparecer muitos compradores de origem lusitana, inclusive a maioria, elementos que demonstram os diversos agentes envolvidos nesse processo.

Devido a essa diversidade de grupos sociais existentes no noroeste no início do século XX, a Igreja Católica passa a deter um papel fundamental nessas sociedades, pois eram esses grupos que circulavam nestes espaços, construíram os povoados nas regiões florestais, e somente através de seu apoio a Romaria do Caaró pode adquirir as proporções que tem hoje. Os assuntos que tratamos neste capítulo são passíveis de diferentes tipos de análise, principalmente a partir do uso ampliado de fontes disponíveis, entendemos que as transcrições dos Livros Tombo da Paróquia Santa Lúcia e da Sagrada Família de Nazaré de Serro Azul permitem identificar a circularidade dos padres católicos na região e uma série de outros elos com as comunidades, que demonstram os projetos católicos e seu funcionamento. A criação de colônias, agentes empreendedores que trabalhavam para companhias de colonização, as atividades religiosas, o avanço do capitalismo e o mercado de terras, e seus desdobramentos tratam-se de assuntos onde há maior disponibilidade de fontes, como uso expandido dos registros de compra e venda, ou ainda das fontes orais tendem a contribuir cada vez mais para a compreensão do processo histórico da região noroeste no século XIX e XX. No caso de Santa Lúcia, a visibilidade proporcionada a esta comunidade pelo Santuário do Caaró nos permite pensar as formulações do discurso desta cidade e sua identidade missioneira, e ainda a correspondência desse fenômeno com a história do crescimento deste local e seus primeiros moradores.

Por fim, neste capítulo analisamos os primeiros eventos que marcaram a constituição da vila Santa Lúcia, e as formas de contato e integração da população com Serro Azul, colônia vizinha cujas similitudes auxiliam no entendimento de algumas características gerais de comunidades católicas fundadas com descendentes de imigrantes. Santa Lúcia, a partir da divisão de uma propriedade em lotes coloniais, e em Serro Azul a participação decisiva do Bauerverein no investimento para a criação da colônia. O Santuário do Caaró, que começou a ser construído em 1936, é uma das expressões concretas dos projetos católicos de integração no local, onde toda a comunidade se sentia responsável por auxiliar na propagação da fé católica.

No último capítulo discutiremos o conceito de missionarismo e suas relações com o mito fundador e a comunidade imaginada, conceitos que podem nos auxiliar para entender esse universo simbólico. A criação do projeto “Rota Missões” em 2003, o qual já era oriundo de outras experiências de integração turísticas na região difundiu de tal

modo representações e referências ao passado missioneiro que um dos efeitos dessa propagação é a inexistência da história da colonização dos séculos XIX e XX nestes locais, assunto que analisaremos em seguida.

3. O MISSIONEIRISMO E A INTERPRETAÇÃO DO PASSADO COLONIAL EM CAIBATÉ/RS

Neste capítulo final nos propomos a adentrar nos domínios das representações, para compreender as diferentes formas de negociação com o passado histórico no município de Caibaté/RS. Ao longo das décadas as referências ao passado materializadas pela comunidade consolidaram o Santuário do Caaró como principal ponto turístico da cidade, e a Romaria do Caaró a expressão cultural do catolicismo que reforça as influências religiosas da região. No caso específico do município de Caibaté/RS, cuja emancipação político administrativa em 1966 faz seus habitantes celebrarem 50 anos deste evento político em 2016, a história das Missões, e do período reducional é ainda, muitas vezes confundida com a origem da cidade e de seu povoamento. O conceito de missioneirismo que viemos mencionando desde o início dessa Dissertação se refere a este fenômeno social, e explicaremos as razões que não nos permitem generalizá-lo, pois suas formas de expressão variam no tempo, e de acordo com as características dos municípios onde se apresenta.

3.1 “Caibaté, coração das Missões”.

Constatamos inicialmente que as referências ao passado, e a tentativa de inserção do município em uma proposta “missioneira”, frente ao conjunto dos outros municípios da região pode ser rapidamente identificada no slogan “*Caibaté, Coração das Missões*”, criado pelo poder municipal já no século XXI e que integrou os esforços do projeto Rota Missões²² para criar elementos simbólicos que unissem a região como um todo. O “coração” é uma simbologia que faz alusão ao posicionamento geográfico

²² Em sua primeira etapa, até o final de 2005, o Projeto Rota Missões atingiu 24 municípios e atendeu mais de uma centena de empreendimentos. Para tanto efetivou parcerias com as seguintes instituições: Centro de Vivências de São Francisco de Assis – Companhia de Jesus – Colégio Anchieta (POA) – Emater/RS, Instituto Nacional de Seguridade Social INSS, Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Ministério da Agricultura, Ministério do Turismo, Ministério da Integração, Ministério da Segurança Alimentar, Secretaria Estadual do Turismo, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). (NOGUEIRA, 2007, p.141).

deste município na região das Missões, mas também ao coração do Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz e a crença de que seu coração permaneceu pulsante mesmo após a morte. Este universo simbólico tem outros desdobramentos, já que Caibaté é um lugar que possui muitas representações do seu próprio passado. O nome advém de um passado imaginado, cujo próprio significado (*Caibaté* = mato alto com muitas frutas na tradução do guarani), guarda no imaginário coletivo e popular dos caibateenses eventos imemoráveis, que se reportam ao tempo dos padres jesuítas, como a crença de que a localidade é um *mato alto onde prosperam muitas frutas* como laranjas, mangas, uvas, melancias, devido à agricultura familiar do local. Mas existem guardiões do local? Muitas pessoas que lá vivem dizem que são os santos mártires – Roque, Afonso e Juan – os quais protegeriam a localidade contra os fenômenos da natureza, entre eles raios, chuvas fortes e ventanias violentas, bem como, colheitas exitosas, ou seja, a terra teria a proteção dos santos mártires, portanto, abençoada pelos mesmos.

O que ocorre muitas vezes é que referenciais a Caibaté se misturam às da romaria, que ocorre desde 1928, quando iniciaram as celebrações em homenagem aos mártires e iniciou o processo de ressignificação do acontecimento. A Romaria do Caaró trata-se de um movimento de devotos que seguem em peregrinação religiosa ao Santuário do Caaró, quer seja para pagar promessas, agradecer ou pedir bênçãos. Esse movimento popular revela a devoção do povo católico e a sua veneração aos três santos “mártires”, na perspectiva da Igreja Católica. A romaria acontece há 87 anos (1928-2015) e é uma demonstração da forte presença católica na região, pois contribui para o turismo religioso, e aprofunda o missionarismo, afinal, o martírio, a fé, a devoção, alimenta e movimenta a identidade missioneira e revivificam as lembranças do passado histórico na atualidade. O movimento dos peregrinos atualiza a todo instante um passado distante de mais de trezentos anos e confere ao local um lugar de memória do sagrado e a construção de um dos mitos fundadores do Rio Grande do Sul na figura de Roque Gonzáles de Santa Cruz.

Este fenômeno religioso rememora o culto aos chamados “Mártires do Caaró”, Roque González de Santa Cruz, Afonso Rodriguez e Juan del Castillo. O espaço é associado à história da comunidade, de forma que esta é a referência cultural por excelência na cidade de Caibaté, transformando-se em lugar da memória caibateense. O apoio dos diversos grupos sociais lá existentes naquele momento ao projeto religioso da Igreja Católica foi tamanho, que a peregrinação foi tomando proporções cada vez maiores. De uma maneira geral as romarias e o Santuário do Caaró proporcionam uma

interpretação do passado, mediado pelos monumentos e a descrição dos acontecimentos, aspectos que possibilitaram pensar Caibaté enquanto uma cidade “genuinamente” missioneira, e que está expresso na criação do slogan “Caibaté: Coração das Missões”. No entanto, o problema que persiste está em reconhecer apenas determinadas representações acerca do passado histórico em detrimento de outros.

A existência de mitos fundadores na história da humanidade funciona como tentativa de encontrar uma unidade, uma única origem para o humano nos seus diferentes aspectos, estabelecendo o efeito de homogeneização à condição humana. Esse efeito busca estabelecer totalidades e negar diferenças aplacando, assim, a angústia gerada pelo contato e reconhecimento de diferenças. Em outras palavras, nos avatares da sua constituição psíquica o ser humano necessita se diferenciar do mundo externo, constituindo assim seu eu. Assim, ocorre a permanência desse sentimento na construção de mitos, pois, eles, funcionam como narrativas de origem e funcionamento da vida humana com a perspectiva de integrá-lo a uma ordem universal. (DE SOUZA, 2004, p.12,13.).

Essas histórias que originam grandes narrativas atraem a atenção justamente pelo seu caráter etéreo e pela constante reafirmação do mesmo.

O mito estaria situado numa áera intermediária entre o que é interno e externo ao homem, já que, ao contrário do conhecimento racional, o mito toca no que há de emocional no saber. O mito repercute em estruturas de personalidade muito importantes. Ele mexe com ansiedades muito primitivas do ser humano, daí ser interessante até os dias de hoje, já que uma boa parte deles trata, de certo modo, de conflitos existentes dentro do próprio homem. Ao contrário do conhecimento racional que lida com estruturas amadurecidas da personalidade, tendo assim menor apelo emocional, o mito pode ser comparado à brisa que move as cordas de uma harpa. Estruturas profundas do eu são tocadas pelos mitos. (BRAGA, D; SILVEIRA, G. 1994, pgs 32, 33).

Na tese de Pommer (2009), “*Missioneirismo: História da Produção de uma Identidade Regional*”²³, o conceito de missioneirismo é utilizado para entender as construções identitárias em São Luiz Gonzaga, região das Missões do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1970-1980²⁴. A partir de suas reflexões encontramos uma série

²³ Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 2009, 266 pgs.

²⁴ Entendemos que as construções identitárias missioneiras recorrem ao passado das Missões Jesuítico-indígenas em diferentes momentos, em nossa pesquisa estamos perspectivando as décadas de 1920-30, ricas em percepções e narrativas históricas sobre esse passado, seguramente capitaneadas pelos basilares

de pistas sobre a interpretação das sociedades que se formaram na região das Missões, as quais possibilitaram/possibilitam negociações com o passado histórico do período missioneiro, e nos permite perceber a “construção de identidades” na região. Assim, por exemplo, os habitantes de Santa Lúcia na década de 1920 têm sua identidade negociada com este passado missioneiro a partir de um conjunto de acontecimentos daquele momento, que consagrou o local do martírio de Roque Gonzáles nas proximidades da comunidade. O milagre sacralizou o local, motivou e garantiu a negociação com o passado. Não faltaram os narradores do fato para atestarem que ali era de fato o local dos milagres, interessante que nesse período o governo do Rio Grande do Sul estava empenhado em recuperar os raros vestígios que resistiram ao tempo e a destruição ou depredação do patrimônio cultural missioneiro. As ruínas de São Miguel das Missões passaram a ser atrativo religioso e turístico, quando algumas missas foram rezadas em seu interior em meio à limpeza do sítio histórico. Enquanto o patrimônio missioneiro estava em processo acelerado de depredação, surgia do caos o sinal de que ali ocorrera o martírio de Roque González e, quando o primeiro milagre se fez: o coração do padre Roque foi encontrado poucos dias da sua morte, intacto. Poderia haver outro patrimônio que não esse? Ao mapear os vestígios do evento havia algo que garantia a historicidade do mesmo, qual seja a necessidade de comprovar que de fato ali acontecera algo que seduzia a comunidade de católicos.

Assim, gradativamente o missioneirismo vai sendo construído, contrário a uma mera adjetivação, mas o seu uso advém de determinadas interpretações do passado regional. Nesse sentido, nas palavras de Pommer:

O produto das negociações, dos reencontros da população com o passado colonial, tem sido uma das marcas mais evidentes da região, expressa na paisagem, na produção artística e nos discursos políticos. Evidentemente, sempre houve esse tipo de apropriação de modelos ideais postos no passado, como se lá eles estivessem prontos e disponíveis para sustentar o presente; porém, nas últimas três décadas do século XX, em função de um contexto diferente, a população local foi estimulada a voltar-se de forma especial para o período colonial da região, o que acabou produzindo um movimento cuja essência pretendeu alterar a composição das identidades locais. (POMMER, 2009, p.15)

da historiografia sul-rio-grandense como Teschauer, Jaeger, Porto e Bernardi, os quais utilizaram os lugares do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul para ratificar o missioneirismo, para além das políticas públicas institucionais empreendidas pelo governo republicano e pela igreja católica.

Na compreensão dessas representações que percebemos como ocorrem os processos de apropriações e negociações com o passado, pelos quais os antigos habitantes de Caibaté negociaram com o fato fundante – o martírio dos padres – como sendo este o seu próprio passado. Nesse sentido, Pommer utiliza o conceito de *representação* de Chartier para explicar estes fenômenos, afirmando que “é a partir da produção de representações que os indivíduos classificam as coisas de seu mundo, atribuindo-lhes sentido.” (POMMER, 2009, p.17). No bojo da representação, de como as sociedades se vem e se compreendem no mundo, encontramos as percepções identitárias:

(...) referenciais de apego, de pertença temporária que às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem de forma abstrata, sem existência real, a partir de diferenças inventadas ou não, as quais necessitam ser moldadas na vivência cotidiana das mais diversas comunidades. Estas, na medida em que dão visibilidade às identidades, estruturam-nas, mantêm-nas e/ou ressignificam-nas através de tradições identitárias. (POMMER, 2009, p.18).

Desde a década de 1920 ocorre na região das Missões a construção dos referenciais de apego, do sentimento de pertencimento a uma comunidade local, regional, articulada a nacional. A comunidade que estava se formando em Santa Lúcia era oriunda de diferentes experiências de colonizadores de origem imigrante de outros lugares do próprio Rio Grande do Sul – até que ponto o sentimento de pertença a imigração européia ainda transparecia de forma nítida no cotidiano dessas famílias de agricultores? – é uma provocação que se impõe. É, pois em Anderson (2008), autor de “*Comunidades Imaginadas*”²⁵ que Pommer encontra nexos explicativos para o sentimento de pertencimento dos municípios que integram a região das Missões, a fim de moldar uma forma unitária de comunidade que buscou como exemplo um período de promessa e prosperidade, ou seja, o modelo das Missões Jesuíticas, experiência civilizatória ocorrida a partir do século XVII e que se aprofundou até meados do século XVIII. Anderson em suas análises acerca do conceito de nacionalismo busca desvincular o eurocentrismo que predominou nos estudos sobre o mesmo, a proposta é compreender os distintos elementos que constituíram a criação de uma “coesão

²⁵ ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. Tradução: Denise Bootman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

inconciente”, isto é, as peculiaridades apresentadas pelo nacionalismo nos diferentes continentes ao longo dos séculos.

O meu ponto de partida é que tanto a nacionalidade – ou, como talvez prefira se dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [*nation-ness*] – quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para bem entendê-los, temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda. (...) No entanto, depois de criados, esses produtos se tornaram “modelares”, capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas. (ANDERSON, B. 2008, p.30).

O fato fundante – o Martírio – adquire um sentido histórico na origem dessa comunidade imaginada, onde as populações viviam do seu trabalho, da sustentabilidade e da criatividade atribuída aos missionários. A inexistência de qualquer tipo de unidade identitária na região fez com que o missioneirismo, que se propõe ser a porta voz, oriunda do projeto jesuítico de sociedade, fornecesse as respostas necessárias para que as dificuldades econômicas fossem superadas. Portanto, o que ocorreu foi uma negociação com o passado como forma de responder a questões vividas naquele contexto. Além disso, uma das formas mais importantes e significativas de se criar essa ideia do missioneirismo no imaginário coletivo foi através de monumentos representativos e simbólicos que estabelecem o controle da vida coletiva. Assim a localização espacial do fato fundante, a construção do santuário, o movimento da romaria, exercem um papel significativo no reforço do imaginário coletivo e popular missioneiro. Isto se refere a “recriação do passado colonial, atribuindo-lhe novo sentido à manipulação dos seus imaginários”. (POMMER, 2009, p.21). Nessa perspectiva os paradoxos que se lançam são: do ponto de vista socioeconômico os colonos, cablocos e nacionais, pioneiros de Caibaté são compreendidos como os pilares da produção agrícola, o que garantiu o êxito, a prosperidade e a sustentabilidade da região; do ponto de vista identitário lhes é negado o direito ao passado histórico, assim como ocorre com os indígenas, a versão sobre acontecimentos históricos ficam circunscritos aos fatos fundantes de narrativas míticas. Esta valorização de determinados elementos culturais desta sociedade em detrimento de outros é um dos efeitos colaterais do missioneirismo, que valoriza somente o passado colonial. Esse fenômeno não é uma exclusividade das

idades de Caibaté, e São Luiz Gonzaga, suas particularidades variam conforme os diferentes processos históricos onde se expressa. Roque Gonzales é um município que também integra a região noroeste, nesse caso, o próprio nome da cidade foi uma forma de homenagem aos jesuítas assassinados no século XVII:

A fundação oficial da Colônia Roque Gonzáles aconteceu em 1927, quando o Padre Estanislau Wolski, vigário de São Luiz Gonzaga, celebrou a primeira missa em um altar improvisado, sobre um touco de canafistula, onde hoje é a rua. Grande número de pessoas esteve presente ao ato, destacando o Major Antonio Thedoro, alguns ocupantes da colônia e o Sr. Antônio Wenzel. Este último discursou em alemão, anunciando que a Colônia era fundada e seria Roque Gonzales, em homenagem ao primeiro mártir rio-grandense. Escolheram Pedro Canísio, apóstolo e reformador alemão como padroeiro da capela que logo seria contruída. (SANTOS, 1989, p.77).

Ficam explícitas questões em comum entre os municípios da região das Missões, porém, como foi dito no início deste capítulo, não podemos generalizar os elementos que compõem a definição do missionarismo, pois suas variáveis dependem das particularidades históricas de onde se pode verificar sua existência.

Segundo esta primeira análise dos elementos culturais de Roque Gonzáles, percebeu-se a desvalorização de alguns, que remetem o período de colonização e a valorização e transformação de outros que remetem ao período das missões jesuítas. As transformações ocorridas nestes elementos culturais que remetem ao período das missões jesuíticas buscam melhorar sua infraestrutura, de forma a valorizar esses elementos, contribuindo para que continuem a desempenhar suas funções no espaço. (ANSCHAU, 2014, p.51).

Devemos destacar no município de Roque Gonzáles, a existência da Associação Cultural Nheçuanos, a qual busca entender sob outra perspectiva a história dos acontecimentos relacionados aos jesuítas missionários no século XVII.

A Associação Cultural Nheçuanos está localizada na sede municipal. Neste mesmo local está sendo organizado um acervo bibliográfico referente à história que se quer rever sob outro prisma. (...) Dentre as atividades desenvolvidas pela entidade, estão previstos eventos culturais, promovendo debates sob a história do período sob o olhar de estudiosos, a divulgação por meios didáticos, registros audiovisuais e formação e preservação de acervo arqueológico. Vários eventos são desenvolvidos com a periodicidade anual,

entre os mais conhecidos estão o Manifesto Nhequano e o evento de Catoe Poesia Nhequanos. (ANSCHAU, 2014, p.58).

Dessa forma, o que evidenciamos é que a presença do catolicismo se constitui em um dos fatores determinantes para que essas sociedades reconheçam, ainda hoje, o passado missioneiro enquanto representante da história dessas comunidades, e não o povoamento e a integração das pessoas na consolidação desses povoados.

Em uma caracterização sobre a identificação cultural da sociedade de Roque Gonzales pode-se afirmar de que a mesma se reconhece como missioneira a partir dos elementos que rememoram o período reducional, elementos esses não apenas culturais, mas essenciais em sua espacialidade. Essa identificação cultural está vinculada co a indução do município em suas raízes históricas do período reducional, cuja projeção do município advém desde o período da colonização, permanecendo ao longo de seu desenvolvimento. Essa indução ao missionarismo acaba por configurar uma identidade de certa forma frágil, apesar de ser reconhecida. O que a caracteriza como frágil, se dá pelo fato de a sociedade evidenciar elementos da cultura missioneira, apresentando uma narrativa fragmentada, considerando que a narrativa é o que vincula o elemento cultural da sua espacialidade, mantendo-o. (ANSCHAU, 2014, p. 60).

Esse conjunto de referências também pode ser verificado no município de Santo Ângelo, conforme análise de Nagel (2007), onde os lugares de memória também passaram por um processo de negociação com o passado histórico:

Apesar de atualmente possuir poucos remanescentes arquitetônicos aparentes da antiga redução de San Angel Custódio, a atual cidade de Santo Ângelo inscreve-se no roteiro turístico-cultural dos Sete Povos das Missões devido aos esforços de todo um trabalho comunitário daquilo que é considerado sua herança histórica. (...) No caso de Santo Ângelo, isso resultou na articulação de todo um imaginário relacionado à história das Missões, com a construção de um personagem símbolo, o índio Sepé Tiaraju, a quem é atribuída a lendária frase “essa terra tem dono”, utilizada com os mais diversos objetivos pelos diferentes segmentos da sociedade, tanto pelos sem-terras, como pelos latifundiários na defesa dos respectivos interesses, através de discursos sobre a questão da identidade local e regional. (NAGEL, 2007, pgs.102,103.).

O apelo ao turismo e a evocação de uma identidade regional podem ser destacadas como as questões em comum que mencionamos acima, na escolha dessas referências ao passado colonial.

Não há história sem discursos. A memória discursiva é constituída por um jogo entre a linguagem e o mundo, produzindo um mundo de sentidos e a discursividade é a inscrição dos efeitos de jogos na língua da história (...) Nessa linha de raciocínio pode-se dizer que a utilização de referências à história das Missões nos apelos publicitários que visam atrair o turismo, revela o desejo de criar uma imagem de união dos cidadãos santo-angelenses em torno dos mesmos ideais em busca de um crescimento sócio-econômico e cultural. (NAGEL, 2007, pgs 104, 105.).

Essas semelhanças não ocorrem por mera coincidência, esses povoados fundados em sua maioria no início do século XX tiveram enorme influência religiosa e nesses casos, católicas, no seu período de formação, o que acaba se refletindo na história e consequentemente nos lugares de memória que essas sociedades, através dos interesses estabelecidos, escolhem para si.

3.2 Santuário do Caaró, lugar de memória caibateense

O entendimento de Pierre Nora (1984) para as formulações referentes aos “lugares de memória” parece ser o apropriado para este local em questão, pois nos referimos a monumentos que trazem consigo mensagens e discursos, que nos fazem adotar determinado posicionamento, a refletir sobre eles, por outro lado, não se referem ao povoamento, por isso vamos nos deter um pouco mais sobre a pertinência desses locais em Caibaté.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Porque se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1984. pgs 12, 22.).

As representações sociais produzidas no município de Caibaté em relação ao Santuário do Caaró e a Romaria do Caaró desde 1933 permitem compreender de que forma esta expressão do patrimônio cultural caibateense é construída socialmente e utilizada, política e economicamente por setores do município que se apropriam dessa forma do passado histórico da região, como forma de atender determinadas demandas presentes.

Os lugares de memória pertencem a dois domínios que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos a mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico, e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes só entra na categoria se for objeto de ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal, e serve periodicamente para uma chamada concentrada da lembrança. (NORA, 1994, pgs 21,22).

Ao longo do capítulo 2 demonstramos como a comunidade de Santa Lúcia, e praticamente todas as colônias no entorno, desde suas origens foram predominantemente católicas. A Romaria do Caaró e todos seus referenciais culturais e imagéticos exerceram, e exercem diante da comunidade em questão o entendimento de quais eram os elementos pertinentes nesse passado. Essas escolhas não ocorrem por acaso, elas demonstram, principalmente as negociações e o apego ao passado colonial e caracteriza o missionarismo no município de Caibaté/RS.

Registramos aqui ainda, que devido à abundância das fontes históricas católicas, dentre elas os Livros Tombo das paróquias, os relatos jesuíticos nas obras de época transcritas, e as imagens dos padres católicos nas comunidades nos restringiram, de certa forma, à perspectiva católica e a de seus fiéis, o que fez com que nos questionássemos sobre a existência de outras religiões e crenças no local. Levando em consideração que nossa análise priorizou a história da criação, e dos grupos sociais que aderiram ao projeto católico acabamos por não mapear e não adentrar nessa discussão, mas que enriqueceria demais a compreensão de mais este aspecto dessa sociedade.

A seguir apresentamos algumas imagens que demonstram o uso corrente das referências ao passado que viemos nos referindo ao longo do capítulo:

Figura 3 – Quadro de Nossa Senhora Conquistadora presente na escola Educandário Nossa Senhora Conquistadora.



Fonte: Foto do quadro de Nossa Senhora Conquistadora exposto na escola Educandário Nossa Senhora Conquistadora.

A figura 3 trata-se do quadro que se encontra na capela da escola Educandário Nossa Senhora Conquistadora, em Caibaté, de acordo com relatos, o Pe. Roque Gonzáles carregava consigo a imagem, e a apresentava aos indígenas em suas incursões. Em toda a escola a imagem da santa católica é exposta nas mais diferentes formas, pinturas, estátuas de gesso, de modo que a devoção e a crença não sejam esquecidas.

Nossa Senhora da Conceição, a exemplo do que ocorreu com Nossa Senhora de Loreto no México, também foi chamada de Conquistadora. Essa metamorfose da Nossa Senhora nas florestas paraguaias ocorreu em 1614, quando o padre provincial Diego Torres em visita a redução de Santo Inácio Guaçu presenteou o padre Roque com um quadro da Virgem, representando a

Imaculada Conceição. A imagem foi recebida com grande regozijo e carregada à redução por quatro caciques. Dois morubixabas que acompanhavam à distância a entrada da Virgem na redução e que pareciam não estar muito tocados pela situação. Convidados a se catequizarem, recusaram e desapareceram na selva. No dia seguinte, os dois chefes retornaram a Santo Inácio, acompanhados de outro cacique, e se dispuseram a aceitar a catequização e tornar-se cristãos. Entusiasmado pela presença prodigiosa da Virgem, e por ter conquistado o duro coração dos caciques, padre Roque passou a chamá-la de Conquistadora. Daí para frente, até a sua morte em 1628, padre Roque passou a levar sempre consigo a imagem a todas as novas reduções, atribuindo a ela o sucesso das campanhas missionárias. (OLIVEIRA, 2007, p. 4, 5,6).

Figura 4 – Monumento aos três mártires da Igreja Católica no centro de Caibaté/RS.



Fonte: Reprodução do monumento na praça central de Caibaté/RS.

Na Figura 4, o monumento localizado na praça central da cidade da Caibaté novamente revela a insistência nas figuras jesuíticas, e a forma corrente de interpretar o passado colonial no município. A questão não se trata de qualquer negação sobre a participação dos jesuítas no processo histórico das Missões, mas a exclusividade que se dá aos missionários, e a consequente exclusão de todos os outros agentes desse

processo, e ainda, referente ao século XX, do processo de integração que explica a história do povoado, e retira o véu sagrado da explicação. No anexo Q (Jornal Integração Caibateense – 02 de setembro de 2011) temos uma demonstração dessa interpretação e o maniqueísmo que a envolve:

Há dois quilômetros da BR-285, em Caibaté, fica o Santuário de Caaró. Em guarani, ERVA AMARGA. No local, foi uma redução missioneira fundada na primeira fase da evangelização dos índios, em 1628 pelo padre Roque Gonzales de Santa Cruz, acompanhado do padre Afonso Rodrigues, que foram mortos pelos índios 15 dias depois, uma ordem do Cacique Nheçu, principal feiticeiro da região. Inicialmente houve uma relação amistosa de Nheçu com os jesuítas. Tanto é que os índios, a mando de Nheçu, ajudaram a construir a capela lá em Assunção do Ijuí. Mais tarde, por desavença entre os guarani e os padres, talvez pela pregação contra a poligamia ou pelo ato de batizar o índio guarani, os índios achavam que estava sendo colocado o espírito do branco na alma desses índios. (ANEXO Q).

Ainda nesse sentido:

O Cacique Nheçu: entre os guaranis havia um famoso cacique de nome Nheçu. Ele se declarava deus. Enquanto chefe religioso dizia-se, ao mesmo tempo, único representante das legítimas tradições indígenas. Com o advento dos missionários, ele percebia que o tapete lhe fugia rapidamente por debaixo dos pés. Jurou exterminar os missionários “intrusos” que ensinavam uma nova doutrina. Essa doutrina transformava profundamente vida e costumes dos índios. Nheçu, além do mais, não tinha ideia clara a respeito da verdadeira atitude e missão dos Padres, enquanto defensores dos indígenas contra o colonialismo espanhol e português. Confundia-os simplesmente com os conquistadores. O zelo apostólico e a coragem dos Santos Mártires merece todo o apreço, respeito e imitação. (KREUTZ, 2001, p. 3,4).

Podemos entender a partir da perspectiva exposta acima, as razões pelas quais os monumentos na cidade de Caibaté/RS recorram sempre aos jesuítas para se referir ao passado das Missões, pois nessa visão do acontecimento, o indígena é transformado em vilão do processo, e assim os guaranis são condenados ao esquecimento. Nesse sentido, não é mero acaso a localização desse monumento no centro da cidade, elemento que ilustra de certa forma, o entendimento das instituições públicas e religiosas diante da história do século XVII neste local.

Figura 5 – Hospital Roque Gonzáles (Caibaté/RS).



Foto: Reprodução da placa em frente ao hospital em Caibaté/RS.

Na figura 5 temos mais um exemplo das referenciais aos jesuítas, dessa vez no hospital Roque Gonzáles, outro exemplo da exclusividade dessa forma de interpretação católica do passado das Missões.

Em vários momentos da vida cotidiana dessa população se evidencia tanto a lembrança da experiência missioneira quanto o desejo de suscitar a recuperação das tradições étnicas. Dessa forma, poderíamos nos questionar: onde estão aqueles elementos que nos identificam como cidadãos missioneiros? Afinal, o que nos diz que somos herdeiros dessa história tão valorizada? E a resposta estaria ali, sob os nossos olhos, nos nomes das ruas, das escolas, das lojas, do aeroporto, das rádios e de tantas outras instituições. (NAGEL, 2007, p.103).

Figura 6 – Igreja do Santuário do Caaró.



Fonte. Foto da igreja no Santuário do Caaró, 81ª Romaria do Caaró, novembro de 2014.

A figura 6 retrata a grande procura pela igreja do Santuário do Caaró no dia da Romaria, em seu interior figuram estátuas dos três jesuítas canonizados em 1988 pelo Papa João Paulo II e de Nossa Senhora Conquistadora. A capela que deu origem à igreja foi construída pelos moradores da região das Missões no início dos anos 1930.

O Padre Max von Lassberg, tomou a iniciativa, apoiado por um grupo de fiéis de Cerro Largo e Caibaté, Mato Queimado, no ano de 1936, de construir a primeira capela em honra aos Santos Mártires em Caaró, no local do martírio de São Roque Gonzalez e São Afonso Rodrigues. Esta capela contudo foi edificada para a veneração dos então três bem-aventurados mártires. A estrutura desta capelinha era de porta tal a supor nitidamente que se pretendia em outro momento histórico ampliá-la. Demorou-se muito em conseguir este intento. Foi somente em 1992 que conseguimos ampliar esta capelinha e transformá-la em verdadeira Igreja-Santuário. Em sinal de respeito aos fundadores conservamos intacta a fachada da igreja e a estrutura arquitetônica primitiva. Isto pôde ser feito com a generosa ajuda dos católicos alemães. Hoje a Igreja apresenta um ambiente de simplicidade e muita luz para favorecer o clima de oração. (HOFFMANN, 1991, p.19).

Figura 7 – 81ª Romaria do Caaró.



Fonte: Foto registrada durante a Romaria do Caaró, novembro de 2014.

Figura 8 – 81ª Romaria do Caaró.



Fonte: Foto registrada durante a Romaria do Caaró, novembro de 2014.

As figuras 7 e 8 também foram registradas durante a 81ª Romaria do Caaro. Na figura 7 constam quatro colunas de mármore, três delas em homenagem aos jesuítas mortos, cada uma delas representando Roque, Afonso e João, nos acontecimentos de 1628. Fica o registro para a quarta coluna da esquerda para a direita, que foi inserida posteriormente, nela figura o nome de Sepé Tiaraju, que viveu posteriormente ao evento do “martírio”, mas que está ali para representar os indígenas que participaram da experiência missioneira. Esta quarta coluna não está posicionada abaixo da cruz onde está escrito “Lugar do Mártírio”, conforme as outras três, que dão a entender tratarem-se dos pilares da fé cristã.

Figura 9 – Lugar do Martírio



Fonte: Reprodução do “lugar do martírio” situado ao lado da igreja do Santuário do Caaró.

A coluna que faz alusão aos indígenas ilustra o tratamento dado aos povos originários desde a época da conquista ibérica, na disputa pelo passado histórico, a

predominância do missionarismo e a devoção ao catolicismo são evidências constantes na região das Missões.

Os monumentos nessas condições, não se encontram isolados das espacialidades e das temporalidades que os produziram e que lhes dão sentido. Pelo contrário, sua noção é ampliada para fazê-los falar das coisas mudas, para fazê-los dizer o que, por si mesmos, isoladamente, não dizem. (...) A paisagem como uma espécie de palco, de síntese das representações sociais, vai constituindo um conjunto simbólico que enuncia as práticas histórico-culturais como apoio na formação de memórias e tradições as quais devem resultar na identidade do grupo. Por isso, a paisagem não é neutra, imparcial, porque ela não é natural, mas antrópica. Ela segue os desdobramentos socioculturais, estruturando-se pelas orientações que o discurso dos grupos define como verdadeiras por representar, no seu modo de entender as coisas, o ideal de todos. (POMMER, 2009, pgs 35, 41).

Conforme foi dito anteriormente, a propagação de cruzeiros, pórticos, monumentos, após o projeto “Rota Missões” foi muito expressiva. Isso não significa que o projeto não tenha seus méritos em difundir a história do período reducional e missionário, e incentivar as pessoas a valorizar a antiguidade e o valor da história local, mas a problemática está na escolha de determinados elementos da história, ou seja, o que se quer lembrar. Grupos sociais permanecem à deriva dessa história, como podemos perceber nas representações do município de Caibaté/RS. Tais monumentos servem ao imaginário cristão, pois a morte dos padres legitima o fato: o martírio é a glória, salvação. Esses lugares de memória acabam por reforçar ainda mais o missionarismo e os sentimentos de pertença na região.

Portanto, após analisar essas imagens e a representação do passado colonial no município de Caibaté/RS, a religiosidade e o missionarismo se tornam evidentes diante dessas negociações com o passado. No capítulo 2 demonstramos como este fenômeno social não é novo, a atuação do catolicismo na região noroeste, a pregação dos padres, jesuítas, junto aos colonos, descendentes, caboclos, isto é, quem estivesse nas zonas de colonização proporcionam alternativas para explicar a devoção aos mártires católicos, e o amplo apoio popular desde o processo de ressignificação do evento, no tricentenário do martírio, em 1928.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta Dissertação buscamos preencher algumas lacunas do conhecimento histórico acerca do povoamento da vila Santa Lúcia, atual município de Caibaté, na região noroeste do Rio Grande do Sul, principalmente após os desdobramentos da colonização iniciada neste local nas primeiras décadas do século XX. Reforçamos o que algumas pesquisas sobre o local já tinham demonstrado com relação à organização espacial dos moradores da região no século passado, isto é, a maciça presença da população de origem lusitana, ligada às atividades agropecuárias, e que posteriormente se integraram aos novos moradores, descendentes de imigrantes, principalmente a partir dos referenciais religiosos que se consolidaram no local.

Avançamos na discussão sobre as influências culturais no povoamento dessas colônias surgidas do fluxo tardio de descendentes de imigrantes, que se deslocavam na procura por novas áreas de colonização principalmente no norte do Rio Grande do Sul. Utilizamos o exemplo de outros povoados, como Serro Azul, para demonstrar que as transformações que ocorriam em Santa Lúcia nas décadas de 1920, 1930 não eram exclusividades dessa comunidade, mas que o processo de enxameamento, como foi demonstrado principalmente no capítulo 2, resultou em uma nova dinâmica social, onde o fluxo de colonos fez surgir uma série de novos povoados, colônias, linhas, os quais posteriormente buscariam a emancipação de seus distritos.

No capítulo 1 procuramos explorar algumas alternativas possíveis para pensarmos os eventos do “martírio” no século XVII, que levaram à beatificação em 1934 dos jesuítas missionários assassinados, e sua santificação em 1988. Por isso dedicamos uma análise do contexto histórico que aponta para os vários elementos que devem ser atentados antes de lançarmos qualquer tipo de julgamento de valor sobre as ações efetuadas pelos indígenas naquele contexto colonial. Ainda no final desse capítulo, adentramos em algumas especificidades do povoamento em Santa Lúcia, como dito acima, reforçamos alguns aspectos que já se tinha conhecimento, mas as fontes expressam essas afirmações de forma mais contundente.

A atuação do catolicismo em meio a essas comunidades na região noroeste foi o foco do capítulo 2, onde utilizamos com abundância as fontes eclesiais. A presença dos vigários, o contato entre as paróquias, o crescimento do número de fiéis da religião

católica, e as ações concretas de jesuítas com grande reconhecimento em todo o sul do Brasil pelas atividades que desempenhavam frente a essas comunidades foram objeto de análise. Através da atuação desses vigários estabelecemos um elo entre Santa Lúcia e as comunidades vizinhas, como Serro Azul e Roque Gonzales, que também tiveram enorme influência das formas de representação históricas propostas pelos jesuítas em determinado momento de sua história. Além da religiosidade, e das primeiras expressões do missioneirismo nessa região, esses clérigos ainda organizaram associações entre os colonos das comunidades rurais, e propuseram ações econômicas frente ao isolamento, e falta de incentivos estatais. Assim, não somente ganhavam o apoio incondicional dos colonos, como também fortaleciam o mito fundador, e a figura de Roque Gonzales de Santa Cruz como protomártir do Rio Grande do Sul.

Ainda sobre o segundo capítulo é importante frisar que a integração entre os novos colonos oriundos do processo de enxamagem e os lavradores/caboclos que habitavam a localidade antes de efetivamente se tornar uma comunidade constitui um dos elementos fundamentais que possibilitou a organização das primeiras romarias ao Caaró. Portanto, os jesuítas como intelectuais orgânicos formularam o sentido da devoção para esses colonos, os quais expressaram seu apoio material na execução de projetos como a construção da Igreja Matriz, e da capela no Santuário do Caaró.

Dessa forma articulamos o povoamento de Santa Lúcia, com a religiosidade do período, no que chamamos de projetos católicos de integração, o missioneirismo e sua organicidade não pode ser explicado sem um ou outro desses fatores. No capítulo 3, quando adentramos no domínio das representações percebemos que essa perspectiva é a recorrente no município de Caibaté, e que o povoamento não é nem mesmo referido num plano secundário, o que resulta em uma história pautada pela religiosidade e crenças do catolicismo.

Mais respostas podem ser obtidas através da análise de outros tipos de fontes sobre estas comunidades formadas no início do século XX, a composição social desses locais, e os agentes que construíram os povoados não devem ser esquecidos pela história, o que acaba acontecendo quando se privilegia uma ou outra perspectiva. Dessa forma, esperamos ter contribuído na explicação das primeiras formas de coletividade de Santa Lúcia, ao mesmo tempo em que atentamos para a dinamicidade do processo, quando traçamos similitudes com outras comunidades da região como Cerro Largo, Roque Gonzales e São Luiz Gonzaga, onde as ações católicas buscavam uma expansão cada vez maior.

Ainda com relação ao capítulo 3, quando afirmamos que o missioneirismo é presente em Caibaté devido às muitas referências que se faz ao passado, a religiosidade católica é evidente nos monumentos e nomes de estabelecimentos que buscam inspiração na história das Missões. Seria interessante analisar as representações das outras religiões existentes na cidade e qual seu posicionamento em relação a essas escolhas.

Finalmente, esperamos que as pesquisas envolvendo a região noroeste avancem sempre mais e explorem a vasta possibilidade de temas, e especialmente, que sejam reconhecidas as histórias daqueles que durante muito tempo permaneceram sem a devida valorização. Para isso é muito importante que os cidadãos atentem para o patrimônio de suas cidades, e que o questionamento e posicionamento crítico sirvam para que os monumentos, e as referências ao passado de fato representem a história da coletividade, da integração entre os grupos sociais e os caminhos percorridos pelos mesmos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. Tradução: Denise Bootman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANSCHAU, M. R. **Transformações e permanências da paisagem de Roque Gonzales –RS**. 2014. 68f. (TCG em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BETHELL, L. **América Latina Colonial**. II Volumes. São Paulo: Edusp, 1989.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. CHARTIER, R. **O sociólogo e o historiador**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BURKE, P. (Org). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

TEN CATEN, S; HOFFMAN, I. **Apostila de Pesquisa sobre a História de Caibaté**. Caibaté: 1991.

CARDOSO, C. F; e VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo, UNESP, 2007.

DE SOUZA, M. **Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira**. VIII Congresso, Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16,17,18 de setembro de 2004.

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil. (1825-1865)**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

FAVERO, Alejandra Bettina. **La última inmigración. Italianos en Mar del Plata (1945-1960)**. 1ª ed. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

FÉLIX, Loiva Otero. Religião e política: os teuto brasileiros e o PRR. IN: MAUCH, C. VASCONCELLOS, N. (Orgs). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Editora ULBRA, 1994.

GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOLIN, T. **Identidades: Questões sobre as representações socioculturais no gauchismo**. Passo Fundo: Clio Méritos Editora, 2005.

_____, _____. Os missionários. In: ZARTH, Paulo (Org.). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012, p. 58-76.

GONÇALVES, M, A, I. **A população brasileira de 1872 a 1970**. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.

GUTFREIND, I. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

KREUTZ, E. A. **Santos Mártires das Missões**. 10. Ed. Santo Ângelo: Ed. Berthier, 2003.

_____. **Santuário do Caaró**. 3. Ed. Santo Ângelo: ed. Bethier, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. Tradução: Patrícia de Queiroz. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LUIZZETO, F. **Reformas Religiosas**, São Paulo, Contexto, 1998.

MARIN, D. **A consolidação da Romaria do Caaró a partir da mídia impressa: 1937-1945**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS, 2014, 168 pgs.

MARIN, M. **Príncipes dos mares x Senhores das matas**. São Paulo, Editora do Brasil, 2000.

MURADÁS, J. **A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008, 324 pgs.

NAGEL, Maria L. A História das Missões e a questão da identidade missioneira em Santo Ângelo. IN: PIPPI, Maria Gladis; MÜLLER, Nelci. (Orgs). **300 anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio**. Santo Ângelo: EDIURI, 2007.

NEUMANN, R, M. Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colonial da colonizadora Meyer (Planalto Rio-Grandense, 1897-1932). **Tempos históricos**. Volume 16 – 2012, p.313-336. ISSN 1517-4689.

NOGUEIRA, C. **O turismo, o reencontro e a redescoberta da região das Missões**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/diponiveis/8/8136/tde-01062007-125043/>>. Acesso em 2016-04-11 às 17h35min.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo. v. 10 p.7-28. 1993.

OLIVEIRA, P. **O Encontro entre os guarani e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável Roque Gonzáles nas tierras de Ñezú**. 2009. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

_____, _____. Nossa Senhora Conquistadora e a Conquista Espiritual na América. **Associação Nacional de História, ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007**.

POMMER, R. M. G. **Missioneirismo: história da produção de uma identidade regional**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

PORTELLI, A. Memória Oral como gênero. In: **Projeto História 22 (Historia e Oralidade)**. São Paulo: PUC-SP, 2001.

QUEVEDO, J. R. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. Bauru: Edusc, 2000.

_____, _____. Romaria do Caaró: prática cultural, patrimônio e discurso midiático. In: LEAL, Elisabete e PAIVA, Odair Cruz (Orgs). **Patrimônio e História**. Londrina: Unifil, 2014.

_____, _____. Romaria do Caaró: entre a História, a Memória e a Relíquia. IN: **Presença 2014: edição comemorativa dos 30 anos do IHGSLG**. São Luiz Gonzaga: Gráfica A Notícia, 2014.

QUADROS, E. **A defesa do Modo de Ser Guarani: o caso do Caaró e Pirapó em 1628**. Porto Alegre: Edigal, 2012.

RAMOS, A. **A formação histórica dos municípios da região das Missões do Brasil**. Instituto Andaluz del Patrimonio Historico, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

do Patrimônio Nacional, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2006.

SANTOS, P.M. **Município de Roque Gonzales: Terra e Sangue das Missões.** [S.I]. 1989.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Os alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos. IN: MAUCH, C. VASCONCELLOS, N. (Orgs). **Os alemães no sul do Brasil.** Canoas: Editora ULBRA, 1994.

SILVA, Márcio Antônio Both da. **Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925).** Guarapuava: Unicentro, 2011.

_____. De nacionais a colonos regulares: ou sobre como formar os “cidadãos operosos do amanhã”. IN: MOTTA, Márcia; OLINTO, Anselmo (Orgs). **História Agrária: propriedade e conflito.** Guarapuava, Unicentro, 2008.

_____. Positivismo e colonização no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1930). In: TEDESCO, João C; NEUMANN, Rosane M. **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil.** Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.

SILVEIRA, Dulce F. B. G. **Psicanálise e História: um projeto.** Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.

SCHNEIDER, J. A relevante herança social do Pe. Amstad S.J. **Instituto Humanitas Unisinos**, ano 12, nº213, vol.12, 2014. ISSN 1679-1316.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SCHUPP, Ambros. Pe, S.J. **A missão dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul.** (1912, 1ª ed.). São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004.

SPOHR, Inácio, Pe. S.J. **Cerro Largo-RS**. [Coletânea de documentos referentes] Paróquia Sagrada Família de Nazaré, Seminário São José, Presença dos Jesuítas: 1902 a 1956. Porto Alegre: BRM Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus, 2013.

TARGA, Luiz Roberto P. A política fiscal modernizadora do Partido Republicano Rio-Grandense (1889-1930), pp. 247-267. IN: RECKZIEGEL, Ana Luiza; AXT, Gunter (Orgs). **História Geral do Rio Grande do Sul, v.3. T.I, República**. Passo Fundo, Méritos, 2007., pp 57-88.

VOGT, Paulo Olgário; RADÜNZ, Paulo. Jesuítas e cooperativismo: as associações e seu papel no desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Maringá (PR) v. V, n, 12, jan/2013. ISSN 1983-2850.

WASSERMAN, C. (Org). **História da América Latina: Cinco Séculos**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.

WERLE, M, J. **Aspectos históricos nas relações entre construções socioculturais e meio ambiente**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

WINTER, J. A Geração da Memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. IN: SELIGMANN, Márcio (Org). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argo; 2006.

WITT, M; BLUME, W. **Organização social e mobilidade espacial: estudo sobre imigrantes alemães e descendentes no Brasil e na Argentina**. Santa Cruz do Sul, Ágora, v. 16, n. 2, p. 97-111, jul./dez. 2014.

WESZ, M, M. **Caibaté: imigração e construção de identidades na região das Missões do Rio Grande do Sul**. 2014. 63f. (TCG em História) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS.

WILLERS, C, K. **Rondinha, Santa Lúcia, Caibaté – A caminhada de um município**. 2004. 41 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Santo Ângelo.

WOLSKI, E. **Polianteia Missioneira**. Porto Alegre, 1944.

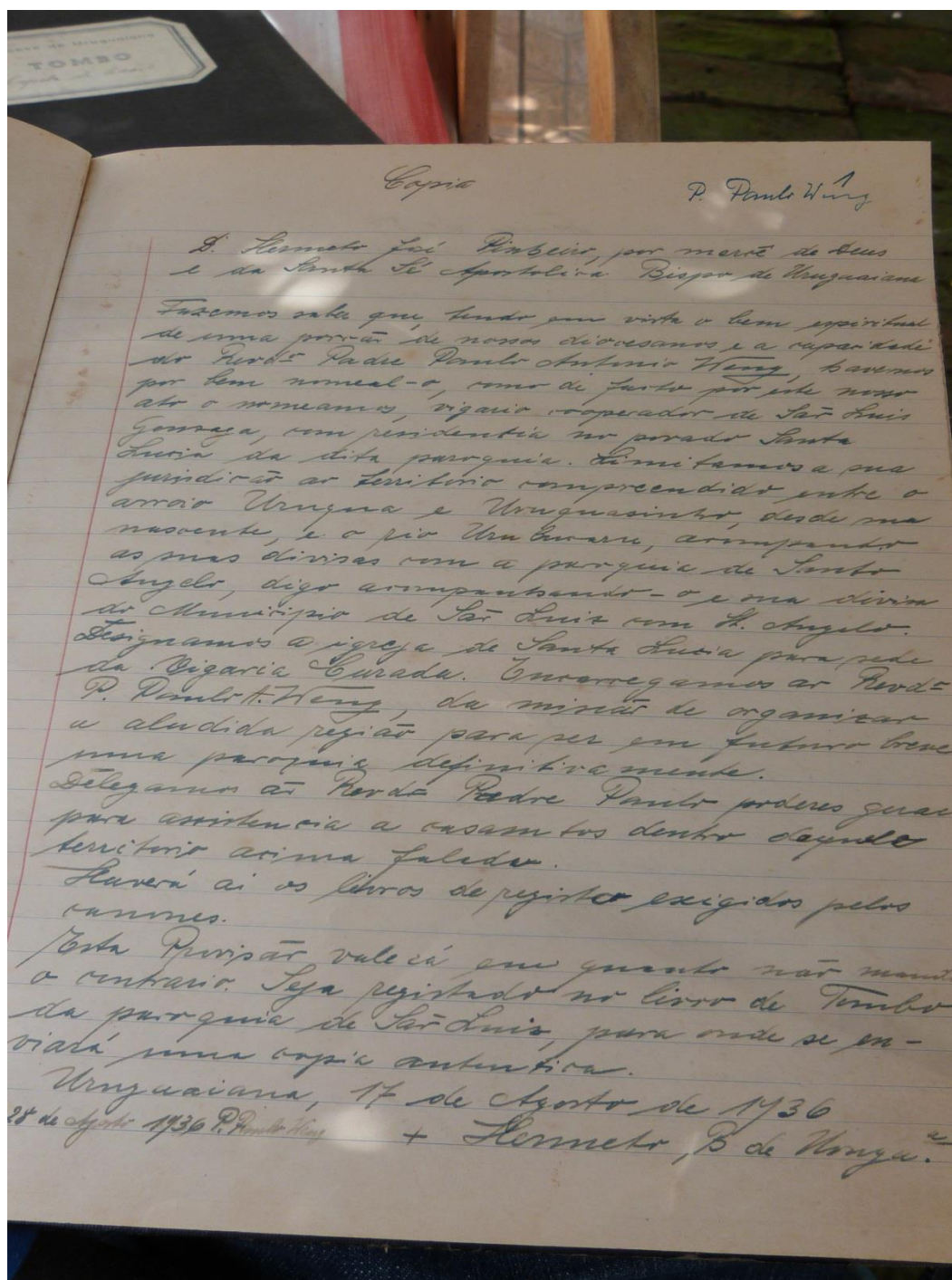
ZARTH, Paulo. **História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Unijuí, 1997.

_____, _____. (Organizador). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. IN: MAUCH, C. VASCONCELLOS, N. (Orgs). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Editora ULBRA, 1994.

ANEXOS

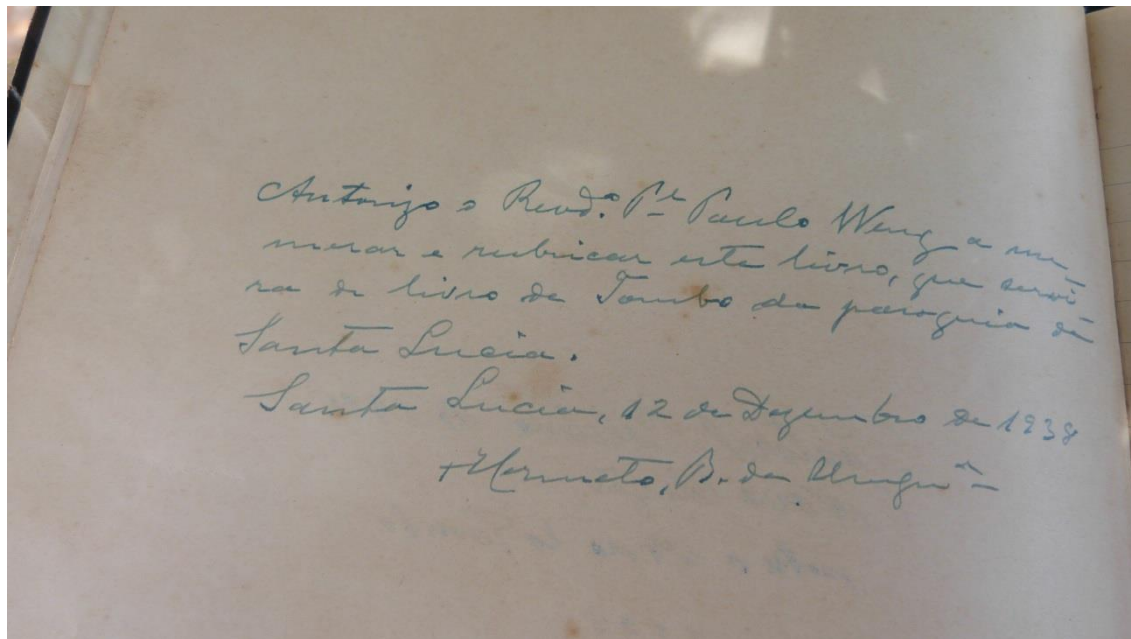
ANEXO A – Nomeação do Pe. Weng enquanto vigário cooperador de São Luiz Gonzaga no povoado de Santa Lúcia.



“D. Hermeto José Pinheiro, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Bispo de Uruguaiana.

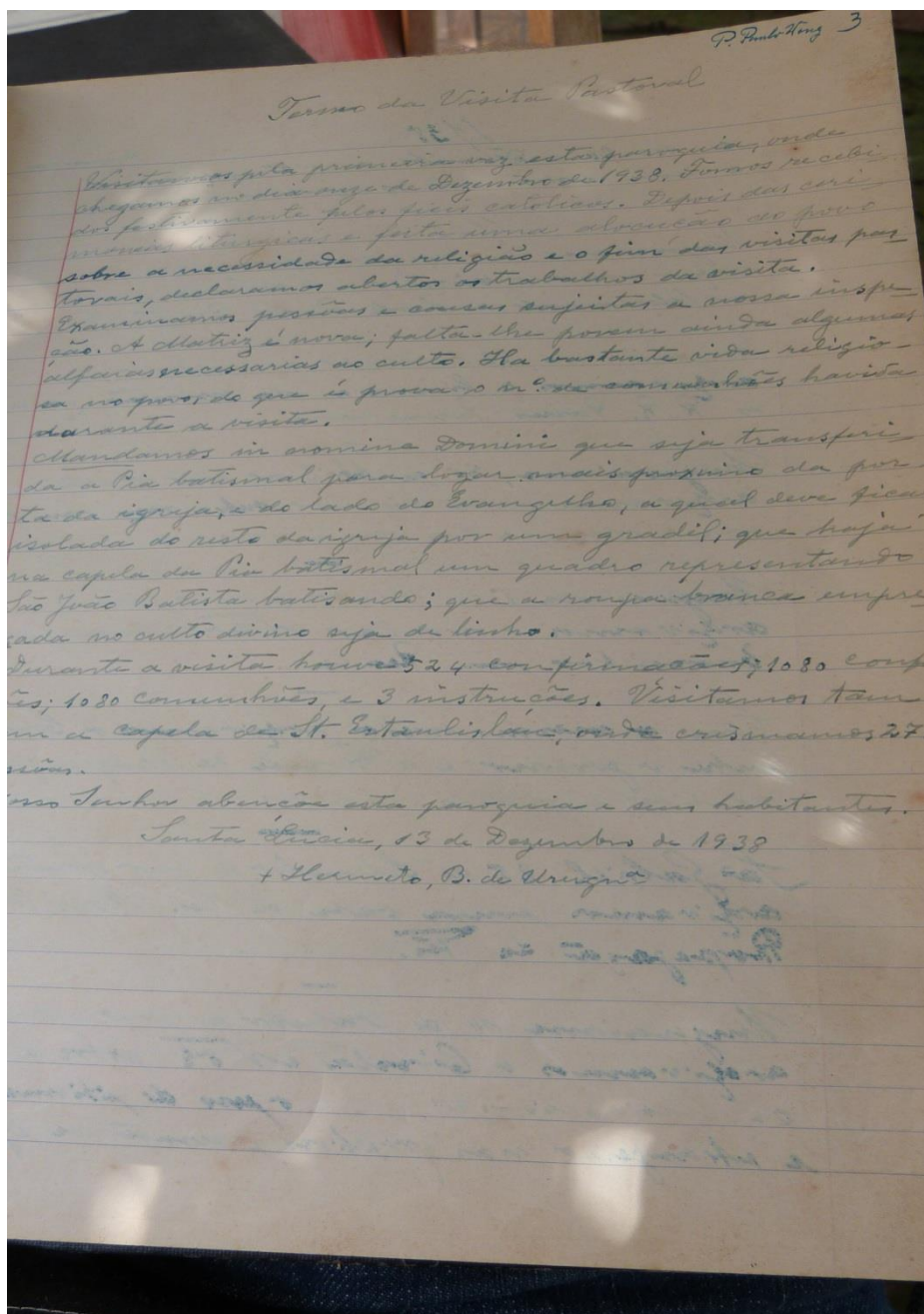
Fazemos saber que tendo em vista o bem espiritual de uma porção de massas diocesanas e a capacidade do Reverendo Padre Paulo Antônio Weng, havemos por bem nomeá-lo como de fato por este nosso ato o nomeamos vigário cooperador de São Luiz Gonzaga, com residência no povoado Santa Lúcia da dita paróquia. Limitamos a sua jurisdição ao território compreendido entre o arroio Uruquá e Uruquasinho desde sua nascente, e o rio Urubucaru, acompanhando as suas divisas com a paróquia de Santo Ângelo, digo acompanhando-o em sua divisa do município de São Luiz com Santo Ângelo. Designamos a Igreja de Santa Lúcia para sede da Vigaria Curada. Encarregamos o Padre Paulo A. Weng, da missão de organizar a aludida região para ser em futuro breve uma paróquia definitivamente. Haverá aí os livros de registro exigidos pelos costumes. Esta previsão valerá em quanto não ----. Seja registrado no livro de Tombo da paróquia de São Luis para onde se enviará uma cópia autêntica.

Uruguaiana, 17 de agosto de 1936. 28 de agosto de 1936 P. Paulo Weng + Hermeto, B de Uruguaiana.”

ANEXO B – Livro Tombo da Paróquia Santa Lúcia (1938).

“Autorizo o Reverendíssimo Padre Paulo Weng a numerar e rubricar este livro, que servirá de livro de Tombo da Paróquia Santa Lúcia. Santa Lúcia, 12 de dezembro de 1938. Hermeto, Bispo de Uruguiana.”

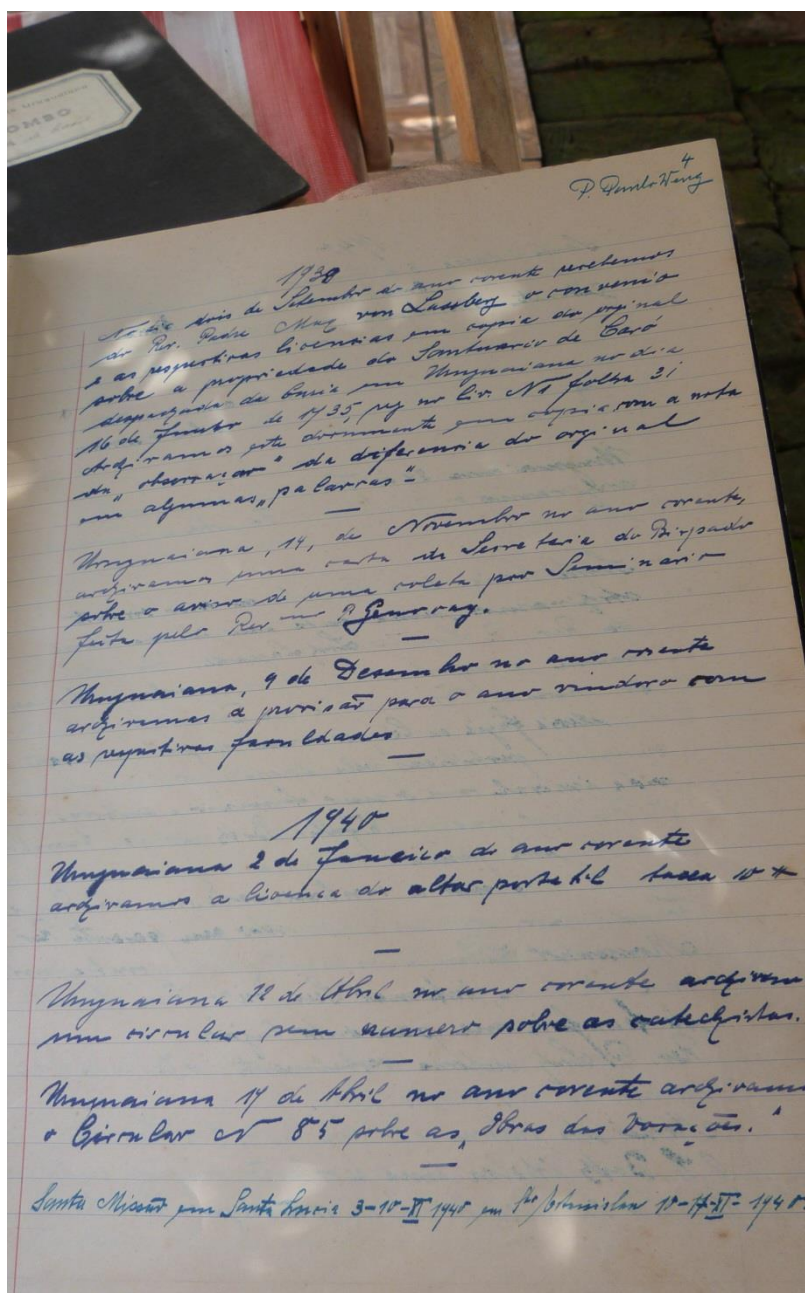
ANEXO C – Termos da visita pastoral (1938).



“Termos da visita Pastoral. Visitamos pela primeira vez esta paróquia onde chegamos dia onze de dezembro de 1938. Fomos recebidos festivamente pelos fiéis católicos. Depois das cerimônias litúrgicas e feita uma locução do povo sobre a necessidade da

religião e o fim das visitas pastorais, declaremos abertos os trabalhos da visita. Examinamos provisões e coisa sujeitas a nossa inspeção. A Matriz é nova, falta-lhe porem ainda algumas --- necessárias ao culto. Ha bastante vida religiosa no povo, do que é prova o nº de comunhões havidas durante a visita. Mandamos vir anovina Domini que seja transferida a Pia batismal para lugar mais próximo da porta da igreja, e do lado do Evangelho, a qual deve ficar isolada do resto da igreja por um gradil; que haja na capela da Pia batismal um quadro representando São João Batista batizando. Que a roupa branca empregada no culto divino seja de linho. Durante a visita havia 524 confirmações; 1080 confissões; 1080 comunhões e 3 instruções. Visitamos também a capela de St. Estanislau, ainda crismamos 27 --. Nosso Senhor abençoe esta paróquia e seus habitantes. Sabta Lucia, 13 de Dezembro de 1938. + Hermeto, B de Uruguaiana.

ANEXO D - Menção à compra da propriedade onde foi construído o Santuário do Caaró.



“1938 – No dia dois de Setembro do ano corrente recebemos do Rev. Padre Max von Lassberg o convenio e as respectivas licencias em copias do original sobre a propriedade do Santuário de Caró despachada da Curia de em Uruguaiana no dia 16 de fevereiro de 1935.”

ANEXO E – Registro de compra e venda de 1925, no qual um dos herdeiros de Joaquim Gomes Pinheiro Machado negocia terras em Santa Lúcia com um descendente de imigrantes.

Escritor Reverso
Página 120.

Ta'ão N.º 1032 A.

Certifico que a fls. 34 do livro n.º 1032 A. foi feita hoje sob n.º 1032 A. transcrição do imóvel que Jacob Jeffrim adquiriu de Tranquilino Bibas Pinheiro Valen-
te e sua mulher, por escritura de compra e ven-
da lavrada em 21 de julho de 1925, pelo Escrivão do 1.º
Distrito deste Município - Aurelio Falsi, e preço de
R\$ 300.000. Dos primeiros transmitentes: Uma fração de terras
com a área de 11.500 m², sitas no 1.º Distrito deste Município na
Colônia Bonança, com as confrontações: ao Norte com a Chacara n.º 8
ao Sul, com a Chacara n.º 4, ao Leste com a Chacara n.º 6 e a
rua entre esta e a quadra 1.ª da Lote Santa Lucrecia, e Oeste com
a Chacara n.º 9, que obtiveram por herança de seu pai e sogro
Joaquim Gomes Pinheiro Machado, conforme inventário e parti-
ção já precedida. Dos segundos transmitentes: Uma
fração de terras, com a área de 3.750 m², sitas no 1.º Distrito de
este Município na Colônia Bonança, constantes de Lote n.º
4 e 5 da quadra 1.ª, cujas lotes têm as seguintes con-
frontações: ao Norte com o lote n.º 8 e 6, ao Sul com o lote n.º
2 e 3, ao Leste com a rua entre esta e a quadra 1.ª, ao Oes-
te com o lote n.º 2 e 8 da mesma quadra 1.ª. Que obti-
veram por compra feita a Tranquilino Bibas Pinheiro
e sua mulher, conforme escritura registrada, sob n.º
1032, neste Cartório.

(continua no verso)

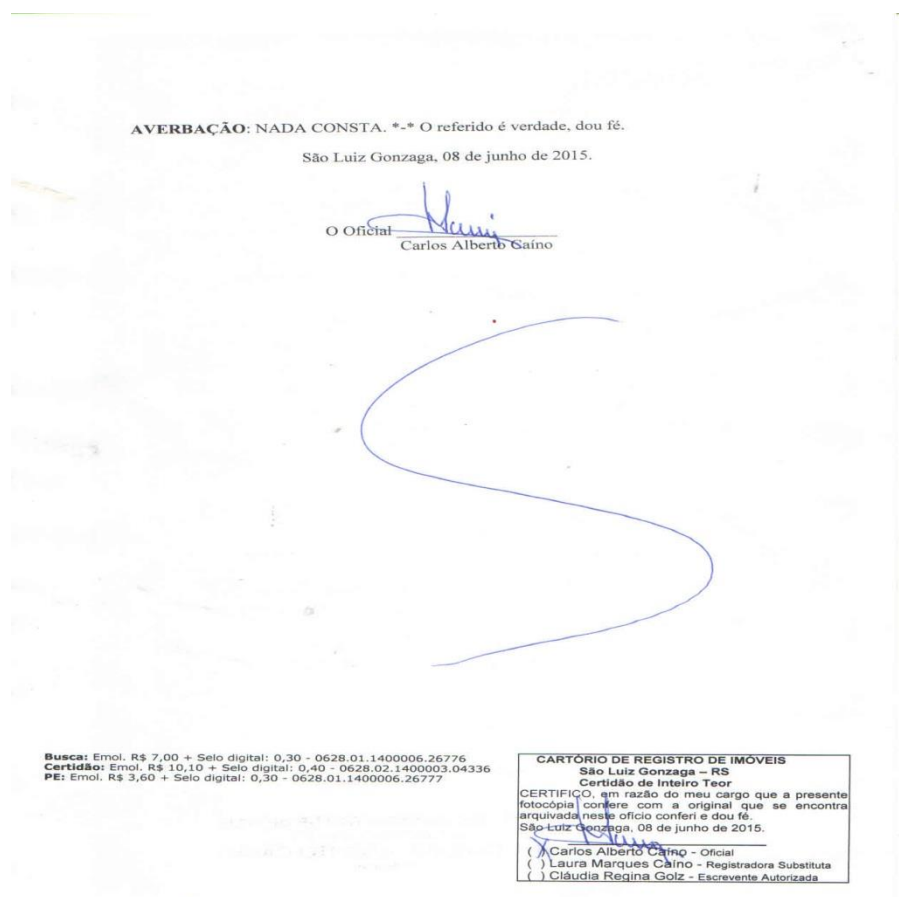
Observações

O referido é verdade e dou fé:

S. Luiz, 4 de julho de 1925.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
O OFICIAL
Bel. CARLOS ALBERTO CAINO
- Oficial -

Fonte: Cartório de Registros de Imóveis de São Luiz Gonzaga.

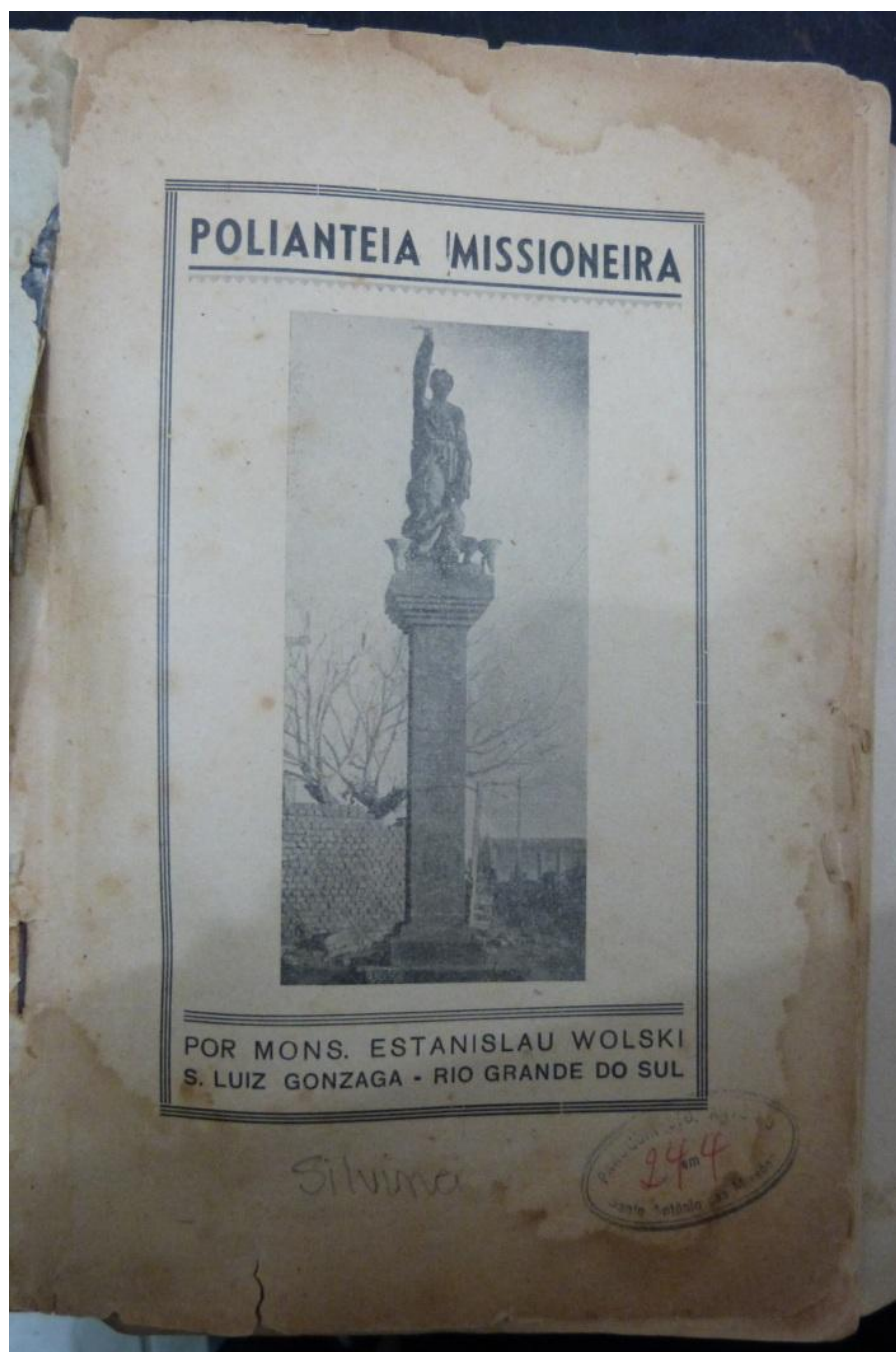


Fonte: Cartório de Registros de Imóveis de São Luiz Gonzaga.

“Certifico que a pg 34 do livro Três- A foi feita hoje sob N° 1032 a Transcrição do imóvel que Jacob Seffrin adquiriu de Tranquilino Ribas e Valentin Lenz e suas mulheres, por escripturas de compra e venda lavrada em 21 de julho de 1925 pelo Escrivão do 7° distrito deste Município – Aurelio Falci, e preço de 1:300\$000. Dos primeiros Transmittentes: uma fração de terras com area de 91.300 m², no 7° distrito deste município na Colonia Rondinha; com confrontação ao Norte com a chácara n° 8 ao Sul, com a Chacara n° 4 ao Leste com a Chacara n° 6 e a rua entre esta e a quadra “I” da Sede Santa Lucia a Oeste, com a Chacara n° 9, que obtiveram por herança de seu pai e sogro Joaquim Gomes Pinheiro Machado conforme inventario e partilha já procedido dos segundos transmittentes: uma fracção de terras com a área 3.950m² situado no 7° Distrito deste Município na Colonia Rondinha constantes de dois lotes urbanos, sob n°4 e 5 da quadra “H”, cujos lotes tem as seguintes confrontações: ao Norte, com os lotes n° 5 e 6, ao Sul com os lotes n° 2 e 3, ao Leste com a rua entre esta e quadra “G” ao Oeste com os lotes n° 2 e 8 da mesma quadra “H”; que obtiveram de compra feita a

Tranquilino Ribas Pinheiro e sua mulher, conforme escriptura registrada, sob nº 1032, neste cartório.

São Luiz Gonzaga, 5 de julho de 1930.”

ANEXO F – Capa da versão original da obra “Polianteia Missioneira”.

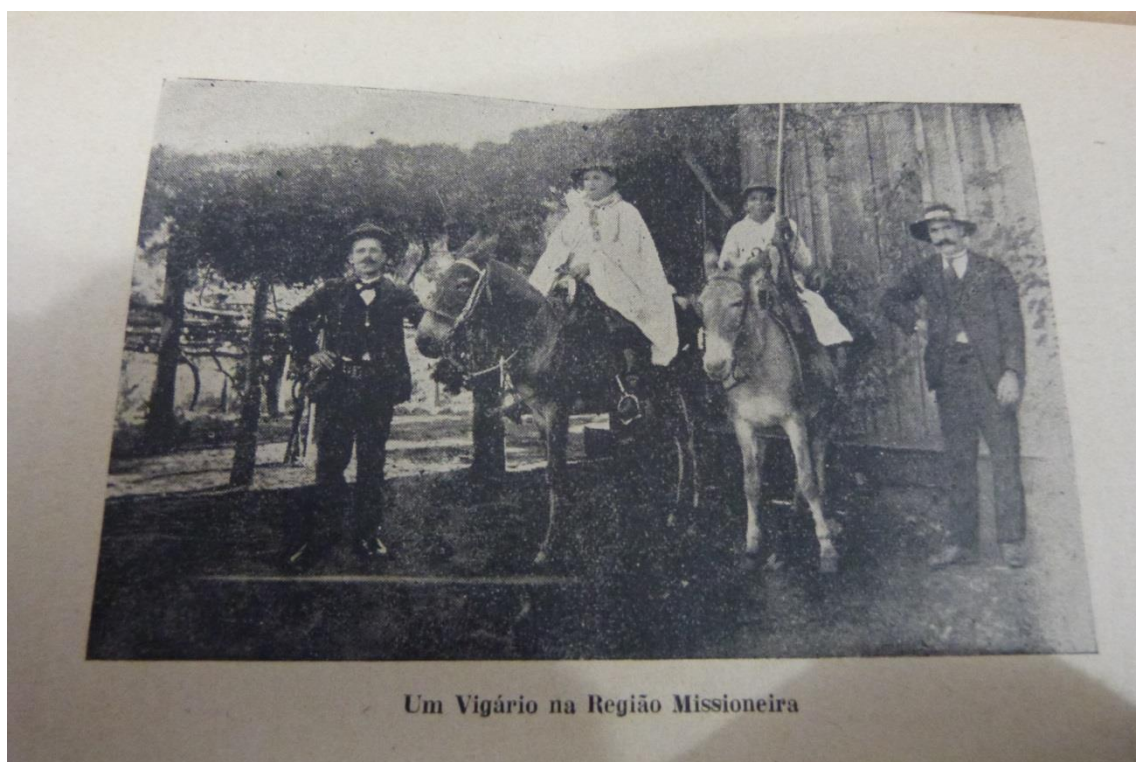
Fonte: WOLSKI, Estanislau. **Polianteia Missioneira**. Porto Alegre, 1944.

ANEXO G – “Inauguração do 8º Distrito – Rondinha – perto de Caaró”.



Fonte: WOLKSI, Estanislau. **Polianeteia Missioneira**. Porto Alegre, 1944.

ANEXO H – “Um vigário na Região Missioneira”.



Fonte: WOLKSI, Estanislau. **Polianeteia Missioneira**. Porto Alegre, 1944.

ANEXO I – “Os fundadores da Colônia Cerro Azul na partida de Tupanceretan 01-10-1902”.



Fonte: DEWES, J. **A História de Cerro Largo**, Porto Alegre, 1966.

ANEXO J – Jornal não identificado de 1976, que percorre a história de Santa Lúcia.

Muito Obrigado, Governador!

Na oportunidade da instalação do vosso governo, em Santo Ângelo, o Poder Executivo de São Nicolau, no extremo meridional do Rio Santa-Lúcia, honra-se sobremaneira, Sr. Governador Synval Guazzelli, em apre-
vindas.

Eminente Governador: das ruínas históricas de São Nicolau, a primeira redução jesuíta das Missões, fundada em 1626, está nascendo uma coletividade estuante de entusiasmo e freme de fé, nos desti-
nos do nosso Brasil, sob a égide da Revolução redentora.

A colaboração que V.ª Excia. tem prestado a esta terra, Sr. Go-
vernador, é das mais decisivas e relevantes, pois, graças a ela São Ni-
colau verá atendidos seus mais justos e legítimos anseios, nos seus
mais importantes setores de atividades.

Muito obrigado, Sr. Governador! E uma boa e fecunda estadia na
"Capital das Missões", de onde certamente se irradiarão novas declarações
em benefício da região e do nosso amado Rio Grande.

São Nicolau, 14 de maio de 1976

Bel. ERCY GOMES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Nossas homenagens, Sr. Governador

Ao ensejo da instalação do Governo do Estado, em Santo Ângelo, a administração do município de Bossoroca, nas Missões, sente-se hon-
rada em formular votos de boa estadia e de êxito em suas decisões, à
V.ª Excia., Sr. Governador Synval Guazzelli.

Estamos certos de que, dessa medida de alta transcendência, re-
sultarão benefícios inúmeros à região missioneira, autêntico celeiro de
ricas produções, no setor agro-pecuário.

Receba, portanto, Sr. Governador, juntamente com seus dignos au-
xiliares, as homenagens da administração e do povo bossoroquense,
contantes na ação patriótica e fecunda do seu esclarecido governo.

Bossoroca, 14 de maio de 1976

JOÃO CANDIDO DUTRA
PREFEITO MUNICIPAL

Seja Bem-Vindo, Governador!

Das colinas históricas de São Luiz Gonzaga, no coração das Mis-
sões, enviamos a V.ª Excia., Sr. Governador Synval Guazzelli, os nossos
votos de boas-vindas.

A região missioneira, caldeada na luta pelos altos ideais da pá-
tría, está certa de que, da presença de V.ª Excia., e de seus mais altos
auxiliares em Santo Ângelo, redundarão frutos inestimáveis para ela e
para o próprio Rio Grande, com a instalação do seu governo na "Cap-
ital das Missões".

Sr. Governador: hoje, como ontem e também como no futuro, es-
tamos a postos, aguardando vossa palavra de ordem, que outra não é
senão a de promovermos, unidos, coesos, a felicidade do Rio Grande e
do Brasil, que tanto amamos.

São Luiz Gonzaga, 14 de maio de 1976

DR. ANTÃO BATISTA DE BRUM
PRESIDENTE DA CÂMARA
DE VEREADORES

DR. ALSEU DA SILVA BRAGA
PREFEITO MUNICIPAL

 **M. B. PEÇAS**

A esquina da Helmi... com a Dr. João Sebastiani, há um
novo ponto obrigatório para você e seu veículo:

MERCEDES - BENZ PEÇAS

CASA DAS NOIVAS

Especialista em vestidos, véus, grinaldas, buquês, etc.,
fim, tudo para deixar a noiva ainda mais bela. Tem tam-
bém um grande cortimento de arranjos, para todos os oc-
casões, bilheterias etc.

VISITE A CASA DAS NOIVAS DE:
INES OTILIA SICH SCHOR

Cópia de um jornal não identificado de 1975, onde em virtude da visita do governador do estado Synval Guazzelli, consta a história da criação de vários municípios da região das Missões, dentre eles Caibaté.

ANEXO L – “Resumo Histórico do Município de Caibaté”.

Resumo Histórico do Município de Caibaté

O município de Caibaté subdivide-se em dois distritos: — de Caibaté e de Mato Queimado, com sede em Caibaté. Todo o território pertencia ao município de São Luiz Gonzaga, onde constava como 8.º Distrito, tendo saído uma pequena área do 7.º Distrito de São Lourenço das Missões para incluir Caaró no município de Caibaté. No século passado, quase todo este território pertencia a poucas famílias de fazendeiros. A zona colonial é de 100 km² aproximadamente, que em toda sua extensão pertencia a Joaquim Gomes Pinheiro Machado. Tendo falecido após a Revolução de 1893, em 1895 foi procedido seu inventário e julgado em 1889. Os proprietários naquela época, da zona campesina eram: — Manoel José da Silva, Elizário José da Silva, Firmino da Silva Torres, Avelino Gonçalves dos Santos, José de Souza Batista, João Antunes Ribas, Manoel Victorino de Matos, Manoel Ramos da Silva, Francisco Pereira de Brum (assassinado na revolução de 1893), Alfredo da Silva Machado, Pedro da Silva Machado, Horácio Pinheiro de Menezes, José de Souza e outros.

Em 1919, os herdeiros de Joaquim Gomes Pinheiro Machado que eram: Tranquillino Ribas Pinheiro, Ângelo de Araújo, Emílio Carlomagno, Donato Carlomagno, Wenosau Pereira, Mário Roserira e suas respectivas esposas venderam suas partes hereditárias, por intermédio de procuradores — colonizadoras: —

Henrique Leopoldo Seffren, Antônio Teodoro Cardoso, José Galas e Antônio Fernando Kelling, dividindo as terras em lotes coloniais de 30 a 36 hectares. Eram terras fértilíssimas, com incalculável valor em madeiras de lei. A zona colonial era então coberta de mata virgem. Os colonos imigrantes são em sua maioria de origem alemã.

Os primeiros colonos agricultores eram José Guilherme Seffrin, Adão Schneider, Raimundo Schmidt, Conrado Lemke, Jacob Seffrin, Júlio Friedrich, Leonardo Friedrich e outros.

Por Ato n.º 128, de 31.12.1926, assinado pelo intendente de São Luiz Gonzaga, Virgílio Martins Coimbra, foi criado o 8.º Distrito com sede em Santa Lúcia (atual cidade de Caibaté), que foi instalado no dia 06 de janeiro de 1927, sendo

primeiro Juiz Distrital o sr. Hiram Ribas Pinheiro, primeiro Escrivão o sr. Eugênio Thomas e primeiro Sub-Prefeito o Sr. Cristiano Teixeira Machado.

No ano de 1923, sob a direção do Monsenhor Estanislau Wolski, então vigário de São Luiz Gonzaga, foi construída a primeira capela. Em 1936 foi construída a atual Igreja Matriz que então ainda pertencia à paróquia de São Luiz Gonzaga.

Em 1937 foi criada a Paróquia de «Santa Lúcia» (pedroira) pelo Bispo de Uruguaiana, Dom Hernesto José Pinheiro, sendo primeiro vigário o Pe. Paulo Antônio Weng, que dirigiu a paróquia durante 25 anos.

Por Decreto-Lei n.º 720, de 29.12.1944, assinado pelo Interventor Federal no Estado, ERNESTO DORNELLES, que fixa a organização administrativa e judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, o então distrito de SANTA LÚCIA passou a denominar-se CAIBATÉ, quando da reforma geral no País, por influência do IBGE.

CAIBATÉ, nome guarani, consiste em uma corruptela da expressão CAIPOATHE, integrante da Língua Guarani que por sua vez tem a origem mais remota em outra expressão — «Cohigatê» — que significa «Mato Alto com muitas frutas», ou seja: Cohi = mato alto; Qua (transformado em «ba») = frutas; Té = denso (quantidade). Obs.: — Pesquisa feita pela SUBRAM da Secretaria do Interior.

Os professores da sede, em escola parquial, foram sucessivamente: — Carlos Aloisio Schoffen, Júlio Poth, Alfredo Ames, e Afonso Junges. No dia 22 de fevereiro de 1945 a escola foi entregue à Congregação Religiosa das «Filhas do Amor Divino», com média de 150 alunos de ensino primário, sendo a primeira diretora a madre Maria Inês Becker. Em seguida foi construído um vistoso prédio que tomou o nome de «Educandário Nossa Senhora Conquistadora».

Em março de 1937, por Decreto Estadual foi criado o Grupo Escolar «José Adolfo Meister», com mais de 200 alunos de ensino primário, sendo a primeira professora e diretora a sra. Erna Elvira Theis e auxiliar a Sra. Eleodora Fortuhuzzi (ambas de grau normalista). Esta escola estadual substituiu a Escola Municipal que havia iniciado suas atividades em 1931, sendo primeira professora Ceci Bastos Peixoto.

Em 1961 foi criada a Cooperativa de Eletrificação Caibaté Ltda que gerava energia elétrica das 19:00 às 22:00 horas.

Em 1965 foi instalado o 1.º Consultório Odontológico pelo Cirurgião Dentista, Doné de Oliveira Peixoto.

Em 16.08.1964, em Assembleia Geral, foi constituída a comissão emancipacionista, composta dos seguintes membros: — Pe. Vendelino Junges, S. J. presidente de honra; Viru Klemann, presidente; Renato Castellani, vice presidente; Lauro da Silva Estivalet, secretário; José Waldemar Stein, tesoureiro. O plebiscito foi realizado em 25.07.1965, tendo votado a favor mais de 80% dos eleitores.

O município de Caibaté foi criado por Lei n.º 5.025, de 17.09.1965, assinada pelo Governador Ildo Meneguetti, e foi instalado em 15.05.1966.

Não sendo possível realizar eleições para Prefeito e Vereadores, o então Presidente da República, Gal. Humberto de Alencar Castelo Branco, nomeou Interventor Federal para o Município de Caibaté, o Sr. VIRU KLEMMANN, o qual exerceu os Poderes Executivo e Legislativo de 15.05.66 a 31.01.69.



Manoel José da Silva também ajudou a colonizar Caibaté.



Capitão José Leal muito contribuiu para Santa Lúcia na época de sua fundação.

“O município de Caibaté subdivide-se em dois distritos: - de Caibaté e de Mato Queimado com sede em Caibaté. Todo território pertencia ao município de São Luiz Gonzaga onde constava como 8º Distrito tendo saído uma pequena área do 7º Distrito de São Lourenço das Missões para incluir Caaró no município de Caibaté. No século passado todo esse território pertencia a poucas famílias de fazendeiros. A zona colonial é de aproximadamente 100 km² aproximadamente que em toda sua extensão pertencia a Joaquim Gomes Pinheiro Machado. Tendo falecido após a Revolução de 1893, em 1895 foi procedido seu inventário e julgado em 1889. Os proprietários naquela época da zona campesina eram: Manoel José da Silva, Elizário José da Silva, Firmino da Silva Torres, Avelino Gonçalves dos Santos, José de Souza Batista, João Antunes Ribas, Manoel Victorino de Matos, Manoel Ramos da Silva,

Vicente de Souza Batista, Alfredo da Silva Machado, Pedro da Silva Machado, Horácio Pinheiro de Menezes e José de Souto. Em 1919, os herdeiros de Joaquim Gomes Pinheiro Machado que eram Tranquilino Ribas Pinheiro, Ângelo de Araujo, Emílio Carlomagno, Donato Carlomagno, Wenceslau Pereira e Mário Roserira e suas respectivas esposas, venderam suas partes herdadas por intermédio de procuradores- colonizadoras: Henrique Leopoldo Seffrin, Antônio Teodoro Cardoso, José Galas e Antônio Fernando Kieling, dividindo as terras em lotes coloniais de 20 a 30 hectares. Eram terras fertilíssimas, com incalculável valor em madeiras de lei. A zona colonial era então coberta de mata virgem. Os colonos imigrantes são em sua maioria de origem alemã. Eram terras fertilíssimas, com incalculável valor em madeiras de lei. A zona colonial era então coberta de mata virgem. Os colonos imigrantes são em sua maioria de origem alemã. Os primeiros colonos agricultores eram José Guilherme Seffrin, Adão Schneider, Raimundo Schimdt, Conrado Lemke, Jacob Seffrin, Júlio Friedrich e outros. Por Ato nº128, de 31.12.1926, assinado pelo intendente de São Luiz Gonzaga, Virgilino Martins Coimbra, foi criado o 8º Distrito com sede em Santa Lúcia (atual cidade de Caibaté), que foi instalado no dia 06 de janeiro de 1927, sendo primeiro Juiz Distrital o sr. Hiram Ribas Pinheiro, primeiro Escrivão o Sr. Eugênio Thomas e primeiro Sub-Prefeito o Sr. Cristiano Teixeira Machado. No ano de 1923 foi criada a Paróquia Santa Lúcia (padroeira) pelo Bispo de Uruguaiana, Dom Hermeto José Pinheiro, sendo primeiro vigário o Pe. Paulo Antônio Weng, que dirigiu a paróquia durante 25 anos”

outra parte onde moram os herdeiros de Catarina Welter. O segundo comprador foi o senhor Adão Schneider, pai do atual comerciante de Caibaté, José Schneider, que entrou aqui com muita coragem , pois tudo era ainda mato e já tinha uma família de oito filhos, todos menores. (...) Depois da Revolução recém iniciou a ocupação desta área da colônia e era lógico Caibaté era fundado com agricultores sóbrios, mas práticos, dependentes de antigos agricultores de Cerro Largo e de outras localidades, como Estrela e Lajeado, de onde vieram mais de 20 famílias. Todas descendentes de colonos e que conseguiram os recursos através de financiamentos na Caixa Rural de Cerro Largo, que então estava sob a presidência de José Reinaldo Koling e o gerente era Miguel Dewes filho, que aliás eram também colonizadores práticos, sendo o último, terceiro diretor da colonização de Cerro Largo. Eles estavam muito interessados em empregar bem o dinheiro da Caixa Rural, cuja finalidade já era financiar a aquisição de terras para os agricultores práticos e as formalidades burocráticas eram muito simples: o pretendente se apresentavam e contava o caso dele, se não soubesse falar português contava em alemão e tudo se resolvia, com alguns avalistas. Firmava-se um contrato com ótimas condições que hoje já não se consegue mais. A Caixa Rural em âmbito popular tem grande merecimento pela colonização de Caibaté e Mato Queimado, tudo com prazo de 10 anos, pagando por ano somente 10% e mais o juro. Isto eram condições mínimas e o juro era 7.5% condições que cada pobre podia preencher. Muitos abriam uma roça na propriedade adquirida com o dinheiro da Caixa, construíam uma casa de madeira, o que havia bastante , mais um chiqueiro, um potreiro e vendia a terra pelo dobro do preço; e assim pagava a Caixa e comprava outra Colônia para começar de novo. E assim estava entrelaçado o financiamento, formando-se uma base sólida na colonização de Caibaté.”

ANEXO N - RELAÇÃO DE NOMES E PROFISSÕES 1927-1928.**Livro nº 1 do tabelionato de Santa Lúcia.**

José Aloisio Royer (1927) – escrivão distrital
Eugenio Thomas – escrivão distrital/professor
Julio Both – ajudante do escrivão/ professor
José Wilibaldo Ramme (1931) – escrivão distrital
Hyran Ribas Pinheiro – juiz distrital
Dona Olinda Hammann Pinheiro – comerciante
Manoela Soares Lima -viúva
Germano José Royer - agenciador
Pedro Paulo Pacheco – advogado
João Alencastro - advogado
Estanislau Wolski - vigário
Adão Schneider – agricultor
Catharina Schneider
Albino Schubert - agricultor
Maria Schubert - agricultora
João Müller Filho
Dona Lidivina Müller
Pedro Hech Sobrinho
Dona Maria Hech
Juvenal de Oliveira Chagas
Tolentina Brum de Chagas
Cristiano Teixeira Machado - criador
Josefina Gonçalves Teixeira - criadora
Inocencio Teixeira Machado – criador
Paulina Neves Machado - criadora
Olmiro Teixeira Machado – criador
Olinda Neves Teixeira - criadora
João de Souza Baptista
José Ignacio Ames - industrialista
Aloísio Willers - agricultor
Nicanor Ribeiro de Lima - agricultor
Luiz Goettems – agricultor
José Hoffmann – sapateiro
José Guilherme Seffrin – agricultor
Cacilda Baptista de Oliveira Peixoto
Pampilio de Oliveira Peixoto
Constancia Acacia de Oliveira Peixoto
João Baptista da Luz
Lidia de Souza Batista
Doralina Souza Baptista da Luz
Ernesto Pires Silveira - empregado do comércio
Augusto Valdomiro Kieling
Maria Frieda Welter – lidas domésticas
Eugenio Welter - comerciante
João Stein Filho - industrialista
Carlos Stein - industrialista

Ignacio Marques de Menezes – criador
João Everling – agricultor
João Pires de Freitas – agricultor
Luiz Schoffen – professor
Alfredo Scholl – açougueiro
Pedro Albino Andres – negociante/comerciante
Maria Lydia Andres - comerciante
Elizario José da Silva – criador/proprietário
Alexandrina Vieira da Silveira – agricultora/proprietaria
Dr. Antônio Carlos César – médico
Dr. Ricardo José Cosulich – médico imigrante italiano
Fredolino Birck – agricultor – agenciador/agricultor
Miguel Dewes Filho – gerente da Caixa União Popular com sede em Serro Azul
Augusto Valdomiro Kieling – industrialista
Zilfredo Herter da Silva
Nodarte Herter da Silva
Dorival Herter da Silva
Luiz Herter da Silva
Antônio Vátimo – funcionário público
Júlio Friedrich
Leopoldo Schenkel – agricultor
Maria José Schenkel - agricultor
João Manoel Krammer – agricultor
Aristides Corcett
Dona Fermina Lopes de Avila – lidas domésticas
Dona Natalina Maria Schneider – parteira
Luiza Friedrich – agricultor
Olivia Friedrich Everling – agricultor
João Nicolau Wolfart – agricultor
Maria Friedrich Wolfart – agricultora
Matias Reinaldo Friedrich – agricultor
Artur Friedrich – agricultor
João Afonso Everling – agricultor
Bonifácio Gonçalves de Mattos - agricultor
Júlio Gonçalves de Mattos - agricultor
João Victorio de Mattos - agricultor
Juvenal Gonçalves de Mattos - agricultor
Pedro Victorino de Mattos – agricultor
Aloisio Schmidt – alfaiate
Pedro Schneider – comerciante
Frieda Wiegert Schneider – comerciante
Maria Wiegert Schneider – comerciante
Aloysio Schneider – comerciante
Cristina Wiegert – afazeres domésticos
José Andreas Griebeler - ferreiro

Votação para deputado federal 1927 - Presentes

Alfredo Lunkes
Amasilio Teixeira da Luz
Antonio Antunes Marques
Aristides Corcett
Adamastor Christiano Frites
Adão Schneider - agricultor
Alfredo Lopes Sobrinho
Constancio Marques dos Santos
Carlos Walter
Cristiano Teixeira Machado
Evaristo Lopes
José F. Klaus
Frederico Müller
Guilherme Friedrich
Graciliano Alves da Silva
João Manoel Krammer
José Guilherme Seffrin
Juvenal Alves
João Lauxen
João Everling Sobrinho
João Francisco Mattos
José Germano Lunkes
João Lunkes Sobrinho - agricultor
Anna Maria Lunkes - agricultora
Jacob Reinaldo Haupenthal
João Santos
João Kaefer Sobrinho
João Wolfart
Luiz Schoffen
Leonardo Friedrich
Luiz Alves da Silva
Manoel dos Santos
Doralicio G. A.
Mathias Luiz Seffrin
José Friedrich
Pedro Marques dos Santos - agrimensor
Pedro Pereira de Lima
Pedro Teixeira Ribas
Pedro Antunes de Almeida
Pedro Gonçalves
Pedro Kartz
Paulo Pedro Lunkes
Pesik Perininger
Reinaldo de Paula
Rodolpho Feiz
Salvador de Souza Ortiz
Salustiano Oliveira
Thomaz Arquino de Brum

Stephano Bernardo Lunkes
Cristiano Salles
Therencio Netto da Silva
Virgilio Pedro da Silva
Carlos Borchert
Bernardo Lunkes da Silva
Afonso Kieling
João Maria Pires da Silva
José Aloisio Seffrin
Fernando Fredolin Seffrin
Olmido Pinheiro de Mattos
Feliciano Marques Garcia
Felisberto José Dias
Olmiro Teixeira Machado
Fructuoso Silveira Torres
José Domingues Boesso
Frederico Pedro Schmatz
Martinho Pereira de Castro
Pedro Velasques
Jayme dos Santos
Gabriel Vimith
Marciano Gonçalves dos Santos
Ovidio José Antunes
Fernandes Leal
Jesuino Marteiros dos Santos
Joaquim Vicente
Joaquim Carneiro Lobo
Hyquiro José Vieira
João Dewes
Adolpho Weigert
Antenor de Oliveira
Fabiano Pereira do Nascimento
Docelmo da Ferreira
Joaquim Oliveira Ribas
Deovildo José Dias
Heibiades Pires Machado
José Schlottfeldt
Alcedi da Silva
José Teixeira Sobrinho
Innocencio Teixeira Machado
João Manoel Caetano
José Lopes da Silva Filho
Marcolino Boesso
Irmileal Pereira Brum
Pedro Lopes da Silva
Caciano Lopes da Silva
Adão Correa Bastos
Ezequiel Pires da Silveira
João Netto dos Santos
João Stein Filho

Manoel Lavalhos – uruguaio naturalizado brasileiro/ agricultor

Manoel Rebolho Nunes

Lindolpho José da Silva

Elizario José da Silva

João da Silveira Torres

Candido Maciel

Pedro K. Filho

Luiz Gottems

Pedro Gottems

Pedro Gottems Filho

José Raymundo de Lima

Eduardo Netto da Silveira

Ezequiel de Souza Baptista

Eduardo Paz

Gabriel Balduino Vieira

Geraldino de Souza Baptista

Gomercindo Aires da Silva

Germano Kuhn

Gasparino Ribeiro de Lima

Geraldino Netto da Silva

Pedro Baptista Machado

João Pires de Freitas

Juvencio Antunes Ribas

José Vieira da Silva Sobrinho

Horácio Alves de Mattos

Hermelindo Vieira da Silva

José Antonio do Rosa

Henrique Schmatz

Libindo Pires de Freitas

Libindo Pereira de Brum

Eugenio Alves do Amaral

Manoel Rodrigues Cavalheiro

João Pereira Garcia - criador

Frederico Kesler

Capitulo Müller

Constancio Alves de Mattos

Claro Antonio Ammes

André Weber Filho

Wende Weber

Patrocinio Schlotefeldt

Agostinho Pereira Lima

Hyran Ribas Pinheiro

Registro de compra e vendas 1928 – livro nº1 do Cartório de Registro de Imóveis da Sede Santa Lúcia.

Faustino Marques dos Santos – criador

Waldimira Baptista - menor

Pedro Baptista - menor

Aristides Baptista - menor
 Etelvina Baptista - menor
 Ermandina Baptista Victtoriana - menor
 Edelmira Baptista Victoriana – tutora
 Marinha Dias de Lima – viúva
 Alfredo Marques dos Santos – criador
 Cecilia Pires dos Santos - criadora
 Antonio Ferreira Flores – agricultor
 Leocadia Maria Leal – agricultora
 João Francisco Seffrin – agricultor
 Francisca Rosina Seffrin - agricultora
 Angelo de Araujo Familiar
 Guilherme Stein
 Tranquilino Ribas Pinheiro Machado
 Henrique Leopoldo Seffrin – engenheiro civil
 Agostinho Pereira Lima - negociante
 Jacob Francisco Seffrin – agricultor
 Jacob Zorzo
 José Schneider
 João Lauxen – agricultor/agenciador
 Adolina Lauxen – agricultora
 Pedro Melchior Göttems - agricultor
 Elisabetha Göttems - agricultora
 Florentino de Souza Baptista - agricultor
 Octavio Constante do Amaral - agricultor
 Almiro Constantino do Amaral – agricultor
 Thedoro Antonio Siqueira
 José Silveira Torres – agricultor/criador
 Carlos Wentz - agenciador
 Virgilio José Leal - criador
 Salvador Ribas Severo - agricultor
 Anna Ribas Severo – proprietária/ lidas domésticas
 Frederico José Klaus
 José Leal Silveira Torres - agricultor
 João Rosa Leal – agricultor
 Amelio Silveira Torres
 Clementina Netta dos Santos
 José Viera da Silva Sobrinho
 Pedro Silveira Torres
 Maria Joaquina Cardoso de Oliveira - agricultora
 Alvaro de Oliveira – agricultor
 José Schlottfeldt – agricultor
 Rosalina Cardoso de Siqueira - agricultora
 Vidal Soares de Souza – agricultor
 Avelino Cardoso
 Manoela Netta do Santos
 Salvador Pires de Arruda – criador
 Francisco Lunkes - agricultor
 Apollonia Lunkes - agricultora
 Diamantino Gonçalves da Silva – criador

Dona Ermandina Maria da Silva - criadora
João Correa Bastos
Avelino Gonçalves dos Santos
Felizberto Baptista Ollegario Sobrinho
Laurentino José Vieira
Domingo Baptista Ollegario
Anna Florisbela Silva
Antonia Dias de Lima – proprietária
João Madrid
Isabel Dornelles Leal - proprietária
Atrogildo Dornelles Leal - agricultor
Senhorinha Maria Leal - agricultora
Waldmira Leal de Paula
Raimundo de Paula - pedreiro
Irineu Vieira Marques
Josina Dornelles Leal
Florentino Netto dos Santos - criador
Analia Silveira Torres - criadora
Geraldino Netto da Silveira – criador
Francisco Silveira Torres - agricultor
Catarina Ferreira Leal - agricultora
José Francisco Kunzler – agricultor
João Mattos
Frederico Guilherme Both
João Pereira Garcia - criador
Ozorio Pereira Garcia - criador
Leonardo José da Silva - criador
Braziliano Fernandes Erasques - criador
Jacinto Zorzo
Hortencio Alipio da Silva – agricultor
Dona Maria José Silveira Santos – agricultora
Assumpção Alves de Oliveira – agricultor
Manoel Netto dos Santos
Mathias Luiz Seffrin –
Augusto Kliemann Sobrinho II - comerciante
Carolina Kliemann – comerciante
José R. Colling - alfaiate
Hellmuth Werlang – alfaiate
Hermelino José da Silva - criador
Dona Horizontina Marques da Silva - criadora
Duarte Amadeu Lubini – menor
Maria da Silva Lubini – menor
Dona Oswaldina Maria da Silva Lubini – tutora/criadora
Hermelino Vieira da Silva – criador
José Marques Pereira – criador
Hermelino Baptista Leal – criador
Josina Dornelles Leal - criadora
João Freiburger – agricultor
Pedro Hentz
Augusto Welter

Procopio José Leal - agricultor
Maria Julia da Silva
João Antônio Leal - agricultor
Dona Vicentina Maria Leal – agricultora
João José da Rocha – agricultor
Antônio José Leal - agricultor
Dona Mafalda Alves de Oliveira Leal - agricultora
Alcindo José Leal – agricultor
João Ribeiro de Lima
Vicente Alves de Oliveira
José Kliemann
Ezequiel de Souza Baptista - criador
Dona Clarinda Dornelles Leal – criadora
Mauricio Vieira Marques – criador
João José Leal
Menandro José Leal - criador
Dona Joana Dornelles Leal - criadora
Duarte Pires de Arruda – criador
Bonifacio Lemos de Oliveira - agricultor
Maria Julia Pereira - menor
Leomida Pereira - menor
Meterio Pereira - menor
Florencio Pereira – menor
Altino Caetano da Silva – agricultor
Joaquim Mariano de Salles – agricultor
Francisco Pereira Vargas
Lindolpho José da Silva - criador
Alcides Mariano de Salles - agricultor
Florencio Netto da Silveira – agricultor
Geraldo Pires Machado - agricultor
Estanislau Radeski – agricultor
José Ignacio Castilho
Gabriel Nimeth
Geraldino Pires Machado
Roberta Pires Machado
Emilio Henrique Lunkes – industrialista
Conrado Lemke –
Pedro PEröty – dentista
Cristiano Kuhn
Adolfino Klein
Carlos Freiburger – agricultor
Maria José Faria de Lima
Antonio Amado de Lima
Alfredo Faria Nunes
Antonio Martins de Oliveira
João Francisco de Quadros
Lisnando Maria dos Santos
Guilherme Maria dos Santos
Justiniano de Souza Rocha
Gregorio da Luz de Deus

Galdino Alves Pontes –
Honorato da Luz
Dona Leonor Pereira da Luz
Vicente Lima
Dona Constantina Alves do Amaral
Dona Elvira Gonçalves da Luz
Manoel Bibiano de Moraes
José Bibiano de Moraes
Marcelino SantAnna
Leonel Pereira de Castro
Urbano de Souza

ANEXO O – Transcrição das Entrevistas com o Sr. Vilibaldo Otílio Welter.

21/08/2013

Primeiramente obrigado pelo tempo da entrevista, e eu queria lhe perguntar algumas coisas relacionadas à formação de Caibaté. A última vez que eu estava aqui falando sobre a Romaria do Caaró o senhor me falou algumas coisas bem interessantes sobre o período que eu quero entender. Então que ano que o senhor nasceu?

Eu nasci dia 7 de março de 1920.

94 anos então?

93, agora que vou fazer 94.

O senhor já nasceu aqui no Brasil?

Eu nasci em Cerro Largo, naquele tempo era município de São Luiz. Naquele tempo que nós ia a Cerro Largo era São Luiz ainda.

E chamava-se naquela época Cerro Azul?

Isso, chamava-se Cerro Azul.

E o seu pai já era brasileiro ou era lá da Alemanha?

Não, ele nasceu na Colônia Velha. Em São Sebastião do Caí. Eles nasceram lá.

Então o pai do seu pai que veio da Alemanha?

O pai do meu pai ainda não. Então foi o avô do meu pai. Esse veio já, um rapaz com quatorze anos. Porque o imigrante mesmo era o Jacó Welter. Igual o nome do meu pai depois né. O Jacó Welter esse que imigrou com três filhos, veio a ser meu tataravô. Ele tinha um filho João e o outro Martin. E o João depois casou e teve um filho, que veio a ser meu pai.

O senhor se lembra da região da Alemanha que o Jacó Welter veio? Se era norte, sul...

Eu sabia, mas agora não to lembrando o nome. Ele veio em 28 de maio de 1828. Da Alemanha esse Jacó Welter. Eu acho que não tem mais, ou se tem ainda na família Welter, um mais chegado no imigrante do que eu. Era meu tataravô, eu vou em todos os encontros dos Welter e ninguém me ganha na idade. Agora esses tempos fui num encontro em Cerro Largo, e nem perto chegaram nesse sentido. Se admiraram da minha memória. Minha memória é igual quando eu tinha sete anos.

A sua família, seu pai né, eles falavam muito das raízes imigrantes do seu tataravô? Contavam muito a história dos imigrantes?

Olha...faltou muito. Hoje muitos querem saber, e nós não se interessava em saber isso. Quase ninguém se interessava. Agora depois que começaram a reunir as famílias Welter, aí vieram, vieram, vieram. Muita coisa a gente podia ficar sabendo, porque olha, a minha mãe era uma pessoa de uma inteligência que sabia de tudo, tudo. O pai também, mas a mãe era mais ainda. E a gente perdeu tempo de perguntar muita coisa.

Não havia um interesse em contar, era dado como pronto, ou todo mundo sabia...tinha outras preocupações também, muito trabalho, não é?

A gente não tinha interesse, e eles não contaram muita coisa pra gente. Eles não eram imigrantes né, vieram recém de São Sebastião do Caí. Isso, meu pai nasceu lá. Aí vieram pra Cerro Largo né, que pertencia a São Luiz Gonzaga. Eles vieram com a família Birck de lá. A minha mãe é Birck, o meu tio Henrique também era casado com a irmã da minha mãe. E os Birck eles foram os fundadores da Linha Tremonha (em Cerro Largo) eles que abriram o mato por ali. A minha irmã mais velha, hoje teria cento e tantos anos, ela foi a primeira criança que nasceu ali na Tremonha. Esses tempos fizeram uma festa ali na Tremonha, de 80 anos, ela vivia ainda e vieram buscar ela aqui.

Como era o nome dela?

Almeda, Maria Almeda Welter. Casada com um brasileiro, Laureano de Moura.

Continuando nesse assunto familiar, seu pai e vocês moravam em Cerro Largo e vieram pra cá, isso foi em que ano?

Foi 1927. Meus dois irmãos mais velho, o pai comprou uma casa aí e botou os dois... Comprou um bolichinho aí pra eles. Foi em 1925, aí o resto da família veio em 1927. Dia 19 de agosto de 1927 nós viemos pra Caibaté. Era Santa Lúcia né.

Vila Santa Lúcia né? Mas alguém em da sua família continuou morando lá em Cerro Largo?

Da minha não. Só os primos irmãos ficaram todos lá. Mas pai, irmãos vieram todos.

E pra conseguir terras, era mais fácil?

Ihhh, muito.

Não se dava muito valor pras terras?

Eu tava falando ontem pra minha empregada, que eu recebi um dinheiro ontem né, aí eu disse pra ela, não era muito também. Mas que se fosse quando eu era guri o pai podia comprar dez hectares de terra, era 100 pila. 100 pila a hectare. O pai comprou muita. O pai tinha muita terra aí. Comprava a 100 reais.

E ai, a partir desse acesso mais fácil a terra, cada vez mais o pessoal com descendência de imigrantes alemães foram vindo pra cá?

Isso. Quando nós viemos tinha poucos, poucos colonos, não tinham muitos. Mas vinham vindo.

Mas eram brasileiros? “Pelos duros”?

Aqui tinha pouco pelo duro. Aqui era só, só quando começava o campo. Ai era o pessoal de origem brasileira. Onde começava a colônia, o mato ai não tinha. Até pra falar a verdade né, ai nessa colônia acho que não morou um brasileiro. Nesses matos no fundo do bairro. Eles moravam tudo no campo. Mas a Caibaté aqui era rodeado de campo, desce aqui logo ali já começava os campos. Mas pra cá não.

Ai então o pessoal brasileiro ficava na região dos campos e os de descendência alemã, imigrantes, ficavam na região com mais florestas?

Foi nós que construímos depois o clube, o salão de bailes né. Eles se conheciam assim, mas não vinham pro nosso lado. Mas também a gente não ia pro deles.

Mas eles se organizavam, faziam bailes também?

Era um tipo, como se diz? Racismo né. Eles não gostavam dos alemão. E era o seguinte, os alemão que vieram pra cá né não sabiam nada de brasileiro. Eu quando tinha sete anos não sabia falar uma palavra ainda em português.

Então, o senhor se lembra mais ou menos se foi a partir dos anos 1950, 60 que houve maior entrosamento entre vocês?

Era perigo um brasileiro casar com uma alemoa. Isso era difícil. Acho que só as minhas irmãs, duas casaram com brasileiros.

Então apesar de certo preconceito havia alguns casamentos.

Agora, tem gente que deus o livre. Hoje em dia não existe mais esses racismos. Tão tudo entreverado. Tudo.

Muito interessante isso mesmo. E assim, na por terras, os brasileiros tentavam se apropriar das terras que os alemães queriam?

Não, isso não. A maior parte dessa gente que tinha esses campo era tudo gente rebuscado, uns véio. A pobreza morava de agregado dessa gente. Mais era agregado, outro que tinha um cantinho por ali ou aqui. Como ali o bairro, isso morava uma pessoa. Toda aquela região ali, era a velha Assunção, por isso que hoje tem que a vila Assunção, morava a viúva Assunção, com dois, três filhos. Era brasileira, no mais, tinha mais um.

Mais outra coisa, o senhor se lembra se havia índio, indígena por aqui?

Aqui não.

Nem no território da floresta, nem do campo?

Aqui as vezes eles vinham pra cá, acampavam ai no potreiro. Faziam balaio e coisa. Depois iam embora.

E o pessoal não tinha medo nada assim?

Não. Eles não eram...até na praça eles...ficaram.

É interessante né, porque essa região aqui de São Miguel, que é pras ser as Missões, teoricamente era pra ter indígena aqui né. Mas pra cá não temos.

Tinha perto de São Miguel, tinha. Aqui era mais perigoso os maragatos.

Pois é, eu lembro que na última entrevista que o senhor me deu, os maragatos vieram e saquearam suprimentos, mas vocês eram partidários dos ximangos então?

É...eles não eram...eles roubavam o cavalo bonitos. Os gado gordo. Carneavam. Em 1924. Eu tinha 4 anos, eu lembro ainda que meu pai foi comandante de uma escola lá na Tremonha. Que eles cuidaram o Passo dos Cardoso, eles não vararam pra cá. E aqui no Passo dos Pires o pai desse finado Almedo Barth, também arrumaram uma escola grande ali e puxaram a barca. Eles não podiam parar. E nós, o meu irmão tinha 15 anos recém, puxou os bois na carroço e nós botava os colchão e coberta, e levavam bóia e nós ia acampar no mato.

Mas que interessante. Mas eles deram um jeito de qualquer forma de passar por aqui?

Tiveram aqui, tiveram aqui dentro de Caibaté. Nós não morava ainda aqui. Mas aqui tinha um bolichinho, o Jacó, Jacó Sefrin. Isso eles limpavam, levaram tudo. Facilita eles levavam o cara também. Isso se avançava muito eles matavam. Mataram muita gente. E depois, em 1930, quando Getúlio entrou. Foi mesmo que botar água no Fogo.

Apaziguou?

Isso nós vivemos uns 15 anos tranquilo.

Mas é interessante né, porque eu queria lhe fazer essa pergunta. Porque o período do Getúlio que foi proibido se falar alemão né?

É... no tempo da Guerra. Lá dos alemães com a Inglaterra e a Rússia lá. É foi proibido, isso foi um sacrifício.

Mas vocês não associam à política do Getúlio, mas sim à Segunda Guerra?

Mas Deus o livre. Isso o pessoal...até nós tinha bolicho aqui aquele tempo, e tinha alemão ainda que naquele tempo não sabiam falar o brasileiro ainda. A gente não

podia conversar, isso tinha gente espiando. É, eles prenderam, fizeram uma judiaria. E gente boa. Uns homem mais bom do mundo eles sacrificaram.

Mas só por falar alemão?

Era só porque...não... Assim eles faziam todos os dias parada sabe. Ali na casa... onde morava o seu finado Joci. Ali tinha um gramado ali e nós se reunia de manhã, nós tinha que fechar o bolicho. Tinha que astiar a bandeira e cantar o hino nacional e tudo. Tu imagina que na hora... eu tocava violão, o Armindo tocava violino o Hugo tocava clarinete...e mais uns outros. Uns coitado que não tinha nada que nada... na hora que nós tava tocando uma hora...preso. Só porque eles acharam o retrato do sogro dele, que era alemão e tinha vindo da Alemanha, e era mesmo. Mas um rapaz, que olha, não dá pra falar que esses fizeram. E era uns bagaceira ai.

Mas quando a gente estuda essa época, sempre é associado ao Getúlio essa política nacionalista, de impor...de proibir o alemão. De impor as cores da bandeira do Brasil.

O pior era o nosso era nosso Interventor aquele tempo. O Getúlio nem sabia nada disso. Era o Interventor, como era o nome mesmo? Esse era ruim. Aqui o padre, o padre Weng aqui, ele tinha aqueles símbolos da Alemanha né. Isso pegou e levou até hoje. As mulher, aquele tempo era... aquele tempo o padre rezava a missa pras costa.

É, em latim. Então as mulheres levavam um livro de reza, porque não. Ele não rezava né, era sempre o pessoal. E tinha porcarias de guria de 14, 15 anos, eles vinham levar na frente da igreja e tomava os livro de reza deles e rasgavam tudo. Das mulher.

Mas os livros de reza em alemão?

Em alemão. Então tu imagina o que aconteceu. Aqui tinha brasileiro que já me disseram...olha, aqui casa do fulano é minha, casa do fulano é minha. Já tava tudo designado pra ficar com as casas. Isso acharam que os alemão ia terminar. Isso já tinham dito, casa do fulano é minha.

Mas isso então, 1940 Caibaté já estava povoado? Aqui vila Santa Lúcia já estava povoada?

Sim, aqui já tinha mais, é.

Já tinha mais brasileiros?

Isso já tinha bastante já.

Então em questão de 20 anos foi um salto?

Isso tinha gente, que por exemplo. Que até boa, que se juntava no domingo. Ai então domingo eu tava passeando na namorada, domingo de tarde. Ai alguém me avisou: “Dilo, vem vindo uma turma, entrando em todas as casas”. Então o que eles acharam na casa do sogro lá... isso já chegou pra ser...já era nazista. Já tava nazista e assim

foram. E aí eu digo: “Então eu vou pra casa.” Então aí eu era reservista. E tinha uns junto que nem tinham servido ainda. Eram gente daí, que se juntavam.

E o pessoal, descendente de alemão era obrigado a servir do exército?

É, e gente boa viu. Gente da família.

Certo, mas essas pessoas eram da polícia? Ou era pessoal perdido assim? ‘Vamo fazer baderna’?

Não. Eles se juntavam entre cinco, seis. Entrar nas casas. Era uma guerra pra eles. E judiaram gente boa...

Mas e tinha algum descendente de alemão nesse grupo aí?

Não, não. Era só deles. É, prenderam algum, algum prenderam e levaram pra São Luiz na cadeia. Sem fazer nada. Uns coitado ali. Depois eles carregaram bateria, bateria velha, judiaram que não foi pouco.

E outra coisa também, aqui na região a gente percebe que não é só descendente de alemão, é polonês, é húngaro, mas e como foi se montando aqui nessa região. O senhor tem essa ideia assim?

É, aqui foi... polaco foi tudo pra Guarani, quase. Pouco acauso, não tinha aqui né.

Eu tomo como exemplo meu sobrenome né, que é Wesz, aí vieram lá do Pontão, e vieram pra Caibaté depois.

É, tinha pouco, mas depois foi aumentando. No início era, quase só alemão, vinham lá das Colônia Velha.

Colônia velha o senhor diz São Leopoldo, Cerro Largo.

Cerro Largo também, quase só alemão. Tudo católico. É os polonês iam mais pra Guarani. Mas tinha alguns gringo aqui também. Aqui vieram né, tinha bastante gringo.

Hoje olhando Caibaté a gente não consegue perceber uma cidade puramente alemã, como era antes. Por exemplo, em Mato Queimado a gente já consegue perceber isso.

É, eu aprendi na escola só alemão. Aqui. Eu fui meio ano na Tremonha na aula, só alemão. E depois eu vim pra cá. Agora vai fazer... 1º de Setembro de 1927. Fui a primeira vez aqui na aula, mas puro alemão. Nem uma palavra em português. Do nosso livro era pouco. Não tinha História, Geografia, essas coisas nós não tinha né. Nós era mais na Matemática, esse era puxado. Em Religião era puxado. Em Caligrafia e coisa assim mais...mais...

Mas eram freiras que ensinavam?

Não...professores... mas esse professor as vezes tinha na mesma aula nossa uns 4 ou 5 brasileiros. Aqui nas irmãs eram só alemães. Mas nós ficava separado deles. Alemão, puro alemão, ninguém sabia falar o português.

O senhor falou antes que não se contava muito a história dos imigrantes que vinham lá da Alemanha, que não se tinha muito interesse nisso né. Mas o senhor lembra que a história que se contava era do Rio Grande do Sul aqui, a partir das Missões. As história de vocês...vocês tinham mais orgulho da história do Rio Grande do Sul da Revolução Farroupilha e tudo mais, ou do povo alemão?

Mais era...por exemplo, os alemães hoje já...eles já festejavam por exemplo. Não tinham essas coisas de tradição. Os domingos, quase todos os domingos a nossa diversão, quando eu era guri, era bastante carreirista. Nós se juntava quase todos os domingo no Rincão Seco e corria carreira. Era quase nossa tradição. Não tinha bolão, não tinha futebol, não tinha nada. Então o pessoal tinha uma canxinha lá e tinha uma porção de gente correndo carreira. Eu mesmo corria.

Lá no Rincão Seco, o meu vô seu Armindo Marx tinha terras por lá.

É sim. Um pouco mais pra cima, aqui onde morava o seu Herculano. Bem em cima, perto da estrada ali, tinha uma canxinha, duas quadras e pouco, lá nós corria carreira.

Outra pergunta seu Dilo, se via muita briga, além desses conflitos do pessoal encontrar imagens na casa dos alemães. Por outros motivos? Por terra, ou por dinheiro. Entre alemães e colonos brasileiros? Ou era mais entre os alemães e cada um ficava na sua?

Não...isso não. Porque o alemão não queria nada. Eles tavam tudo com medo que ficavam invadindo as casas...isso se foi hoje ai não sei .A coisa era diferente. Eles aguentavam tudo. Judiarão...ninguém reagia. Era muito pouca gente. E com medo dessa gente, tinham medo dessa gente porque prometiam né.

Então, tinha alemão mas não tinha tanto assim?

Não...isso quando viemo pra cá tinha muito pouco. Olha, eu se fosse hoje, nós pegar cidade. Eu te levava em toda a cidade que foi loteado, e te dizia cada lugar em que tinha uma casa e quem morava. Eu garanto, saia numa ponta e digo aqui morou fulano, aqui não morou ninguém, aqui eram fulano, porque aqui não morava nada.

Então vocês instalaram um comércio ali?

É, meu pai foi o primeiro que construiu a esquina aqui.

Então, seu Dilo, os colonos brasileiros para construir Caibaté, se ajudavam muito?

Isso era uma miséria, essa gente era pobre, pobre, pobre. A não ser os fazendeiros né. Isso plantavam chiqueirinhos, ai traziam milho nas costas pra vender. Era muito barato, e eles não tinham terra, não tinham boi, muitos não tinham boi nem nada.

Somente os fazendeiros não é? Esses eram os arrendados, produziam um excedente e vinham vender aqui.

Agora isso plantavam muito pouco, desde que os alemães entraram pra cá.

Ai então os alemães compravam casa no centro e tinham terra nos arredores?

Ah isso no centro eles compravam 'Colonha' né? Iam lá faziam um chiqueirão de porco né e produziam. Agora eles não...um ou outro bem pouquinho, mas era uma miséria.

E plantavam o que os alemães?

Os alemães aquele tempo era milho, mandioca e porco. Soja não tinha... não, não tinha ainda soja. E esses daqui plantavam feijão preto e milho. Só. Colhiam aí uma meia dúzia de bolsa de coisa e passavam se vendo o ano.

E como é aquela história seu Dilo que já ouvi várias vezes aqui em Caibaté, que esse núcleo mais urbano foi mais desenvolvido por ter um gerador de energia aqui. Mas quem é que construiu esse gerador de energia?

Ahh..tinha, esse foi quem, quem...foi a Cermissões né?

Mas e já tinha essa cooperativa?

Aqui, foi eu. Eu que sou o fundador dela. Único. Essa cooperativa existe por causa de mim.

Mas em que ano foi isso?

Isso foi em... isso faz 50 e poucos anos atrás. Isso é uma história grande o que eu passei por essa Cermissões Eles ali me homenageiam de vez em quando, porque eu sou o único fundador, e eu que me sacrifiquei. Nós se reunimo lá no clube um dia e tomamo cerveja de tarde. Mas uns 4 ou 5 cinco amigos. E aí, eu, sempre chorava pra luz e água. Porque a gente tinha comércio e as vez queria fazer um serão de noite...

Mas nunca tinha luz naquela época?

Não... só querosene. Eu tinha uma lâmpada, mas não podia ter em toda parte. Eu tinha onze filhos. Ai nós falemo, ai um de nós falou: "vamo fazer uma cooperativa, como tem lá em Ibirubá aí..."; "mas e será que sai?" Eu disse: "Mas isso não vamo deixar em conversa vamo fazer." E no outro dia eu convidei o Walter Stein, convidei mais uns amigos, e digo "vocês também, vamo se reuni, vamo fazer uma cooperativa". E fizemo. Sem dinheiro. Pra vir a luz não tinha dinheiro, ai comecei a sair procurar gente pra doar as madeira, pra gente fazer os postes. Arrumemo mandemo parquejar e tudo. E depois, esse gerador quem deu pra nós foi São Luiz.

Mas em nenhum momento pediram ao governo?

Não, não. Bom, ai fizemos os palanque tudo. E na hora de começar a trabalhar, tinha que levantar esses poste. Não tinha meio. Ai eu fui de caminhão lá em Ibirubá. E trouxe

um técnico, como todos os aqueles forquilha, tudo, tudo, tudo. E eu tinha uma casa 'debalde' aqui do lado, trouxe uns colchão e coisa dele e a mulher. Dormiram ali. E aí nós começemo a levantar os poste. Mas ninguém tinha prática né. Mas isso tudo, a cooperativa de lá cedeu esse técnico pra nós. Nós não paguemo ele.

Então em nenhum momento teve ajuda do governo? Só a doação do gerador de São Luíz? Muito interessante essa história...

E fomo e fizemo. Mas depois entrou o Doné, de presidente. E saiu o Fredinho, o Fredinho era parado.. era presidente né, mas isso era parado. Isso quando nós tava mais ou menos e botemo o Doné, isso o Doné não saia de Porto Alegre. Isso mexeu os pauzinho e umas coisas lá e só foi. Quando depois que tava construída, que tava pronto já, que já se invejava, aí ele começou a [gesto de roubar], e aí caçemo ele. Aí entrou o Lauro, o Lauro Estivalet. Não lembro quanto tempo, um tempo provisório assim. Aí depois nós elegemo o Pixe, depois não quis mais sair.

Mas e começou em 1960 por aí?

Não... Isso começou em... Acho que começou em 1968. Agora vai fazer acho que 52 anos.

Então a partir da instalação da cooperativa, da luz elétrica, começaram a pensar na emancipação daí?

Isso...

O Senhor, seu Walter Stein...

É... A equipe aí. O Bino.

Seu Dilo, o senhor saberia me dizer alguns nomes do pessoal de descendência quem em 1930, 1940 também estava aqui na época que o senhor tinha bolicho aqui?

Ah sim... os primeiros por exemplo, os nossos vizinhos lá, nós tinha casa lá embaixo também, tinha gente lá...tinha casa até a na outra esquina. Tinha bastante casa ali. Começava na esquina de lá, na rua debaixo dali... com o João Schoffen. Bem na esquina ali. Onde mora as Schoffen ali agora, não era. Ali morava o Melchior Goettems. E depois era nós, o Jacó Welter. E pra cima de nós morava o João Lauxen, o avô desse aqui quem tem a pecuária. Lauxen, era João Lauxen. E logo no lado de cima morava o Germano Kuhn, e depois no lado de baixo morava o Alfredo Scholl, é... Depois ali passando a esquina não morava ninguém... depois um...tinha o José Hoffmann, era 'carcundo' até. E.. na frente morava, o Jacó Reinaldo Aldo, ex-prefeito de Cerro Largo, até morou pouco tempo. Depois, lá na esquina de novo, morava o José Guilherme Seffrin, foram os que lotearam... que foi ele e o irmão dele que lotearam Caibaté.

Foram esses Seffrin que lotearam Caibaté?

É...eles que lotearam O Leopoldo Seffrin era agrimensor. Mas ele não morava aqui, mas ele veio aqui. Morava aqui. Eu tenho um irmão casado com a filha dele. É, e depois começava a pegar a Colônia. E Mato Queimado.

E os Schneider?

É... ai depois já veio o Adão Schneider. Mas ai já era pra fora da cidad. Era ali pra baixo.

Mas como esse Adão Schneider ganhou nome de rua e o senhor não ganhou?

Eu sei... eu sei porque. É por que o José, o filho dele, era meio manda chuva em Caibaté. Ele e o véio Reuer. Isso ai tudo regula muito. E ali descia pra baixo tinha muita família.

E o senhor sabe falar o nome de alguns colonos brasileiros que moravam aqui por perto?

Aqui sim, aqui quando nós viemo pra cá, ali no mercado do Herculano, ali dos Welter. Na frente ali, morava o Iran Ribas Pinheiro. Ele até foi embora logo daqui, essa casa até não existe mais. Era uma casa grande. Depois que ele saiu daqui, ele apareceu uns anos depois aqui em casa, era fiscal estadual. É...era o Cristiano Teixeira Machado o primeiro sub prefeito que morava aqui não é. Tem até uma rua ali embaixo com o nome dele né. É, ele morava ali, onde mora a mulher do finado Antônio Reuer, ali que era do finado Feliciano. E tinha mais, tinha por exemplo, brasileiro ai morando, morando alguns ai. Laurindo de Matos morava ali na esquina, perto do...ali do Divo. Laurindo de Matos.

E os Birck?

Eles vieram depois de nós. Eles são tudo meus primo. Eles vieram depois que meu pai veio pra cá. Veio vindo um atrás do outr, olha, veio quase tudo.

De Cerro Largo não é?

É, veio 5 irmão pra cá.

E esses nomes que o senhor me deu, é do pessoal que já estava instalado aqui?

Sim. Família grande. O Schoffen tinha ferraria, o Goettems açougue... E coisa. O Scholl tinha também açougue e hotel. O Germano Kuhn tinha até uma serraria e um curtume. Que hoje não tem mais aqui. Curtume pra curtir couro né. E era pra ti ver uma coisa, porque os colono vinham... e todo mundo usava carroça então, se só pedisse pra fazer carroça nova... isso faziam carroça que Deus o livre. E arado. Não venciam fazer tanto.

É interessante ver que a profissão do pessoal de descendência alemã era mais ligada a esse trabalho urbano, já o pessoal brasileiro eram mais agregado...

É...eram agregado. Trabalhavam por dia. Isso pra arrumar um peão...vinha chorar em serviço. Se não, não tinham o que comer.

Muito obrigado pelas informações seu Dilo, foram da maior relevância, foram muito importantes mesmo...

Ah isso... tem gente que veio pra cá há vinte, trinta anos. Eu faz 86 anos. Hoje eu sou o pioneiro daqui...qualquer coisa, na igreja, no clube... até nas eleições eu na ponta. Hospital... Colégio das Irmãs, isso tudo eu ajudei a fazer.

Seu Dilo, pra terminar... com quem eu poderia me informar sobre a criação do Colégio das Irmãs pelas freiras?

É...dessa escola, ainda, eu ainda me considero um aluno. E essa aula, de professor, de professor, foi indo até que nós conseguimos as Irmãs. Essa escola, fechamo a nossa aqui, e no outro dia recomeçou ali.

Então havia uma escola de alemães aqui, ais fecharam e abriram as Irmãs? Ou o senhor está falando da Escola José Adolfo Meister?

É, mas aqui já era português. Nessa do Adolfo Meister era grupo escolar né. A nossa era particular. Escola Paroquial Santa Lúcia. Essa aqui, das Irmãs, nasceu da nossa. Que era Sociedade Escolar Santa Lúcia, que era lá onde é o Salão Paroquial Lá onde tinha uma escolinha de tábua. Nossa escola e nossa igreja. Ai em 1930 e poucos, fomos construir a igreja, ai desmanchemos a escolinha, e fizemo aqui onde morava o Walter Stein. Essa casa dele não tinha nada ali, era só lote. E a casa do professor era a única casa que tinha, então construíram uma casinha pro lado da estrada. Ai fizeram a casa pro professor, porque o professor não era Estado nem nada que pagava, eram os pais. Ai cada mudada de professor ia morar ali. Então quando nós ajeitemo as irmãs ali, quando ficou pronto paramo a escola e foi todo mundo pras Irmãs. Isso tem 80 e poucos, 90 e poucos anos, era uma coisa só. Eu até fui homenageado, carregando livro, primeiro aluno que ainda existe

E ensinavam alguma coisa da história da Alemanha?

Não... Isso o professor não sabia muito da Alemanha. Alguns estavam estudando pra padre né...